



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA**

Matheus Rodrigues dos Santos

**"BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS":
UMA ANÁLISE DOS USOS DO NACIONALISMO E PATRIOTISMO NA
CANDIDATURA PRESIDENCIAL DE JAIR BOLSONARO EM 2018**

Florianópolis

2021

MATHEUS RODRIGUES DOS SANTOS

"BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS":
UMA ANÁLISE DOS USOS DO NACIONALISMO E PATRIOTISMO NA
CANDIDATURA PRESIDENCIAL DE JAIR BOLSONARO EM 2018

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Matheus Rodrigues dos
"Brasil acima de tudo, Deus acima de todos": : uma
análise dos usos do nacionalismo e patriotismo na
candidatura presidencial de Jair Bolsonaro em 2018 /
Matheus Rodrigues dos Santos ; orientador, Amurabi Pereira
de Oliveira, 2021.
134 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Nacionalismo. 3. Patriotismo.
4. Jair Bolsonaro. 5. Eleições presidenciais 2018. I.
Oliveira, Amurabi Pereira de . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política. III. Título.

MATHEUS RODRIGUES DOS SANTOS

**"BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS": UMA ANÁLISE DOS
USOS DO NACIONALISMO E PATRIOTISMO NA CANDIDATURA PRESIDENCIAL
DE JAIR BOLSONARO EM 2018**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Leticia Maria Costa da Nóbrega Cesarino
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Sociologia Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira
Orientador

Florianópolis
2021

Aos meus pais. A conquista do acesso à (pós)-graduação, inimaginável há uma geração, é por vocês e graças a vocês.

Às mais de 600.000 famílias brasileiras que perderam seus entes para a COVID-19. Em especial, às perdas que poderiam ter sido evitadas por políticas públicas que não existiram.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho somente fez-se possível a partir do compartilhamento de ideias, pensamentos, reflexões, abraços, anseios, choros e sonhos com aquelas pessoas que constituem e dão sentido ao meu ser social. Reconhecê-las é relembrar que nossa existência, ainda que individual, estará sempre condicionada às trocas e conexões que estabelecemos ao longo da trajetória.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Valdir e Zilda, por não somente acreditarem em meus sonhos, mas por torná-los possíveis através de seu amor incondicional. Aos meus lindos e amados avós, Maria, Antônio, Júlia e Júlio, com os quais tenho o privilégio de aprender sobre a vida, sobre histórias, sobre plantar e colher. E as minhas irmãs, Heloisa e Laura, por me permitirem participar de sua vida desde o primeiro dia.

Aos amigos que fiz durante o mestrado e que tornaram o cotidiano mais leve e alegre. Jocieli Decol, Maria Eduarda e Daniel Paro, estar ao lado de vocês fez com que o sentimento de ser um *outsider* nas Ciências Sociais fosse diluído em doses de compreensão, companheirismo e autoafirmação.

Aos amigos do Kappa House, que tenho para sempre guardado em meu coração por resignificarem o que entendo por amizade, juventude, aprendizado, compartilhamento e crescimento. Aline Andrade, Alysson Araldi, Ana Carolyna Teixeira, Arthur Salvador, Gustavo Theodoro, Iago Petrarca, Lucas Oliveira e Mariana Amaral, dizem que o lugar é feito de pessoas e, assim sendo, nenhum lugar poderá ser tão especial quanto Pelotas foi ao lado de vocês.

Aos amigos Adriano Simon e Werner Müller, por serem fonte inesgotável de conversas, mates, inspiração, risos e saudade.

Aos estimados amigos pedro-osorienses Silvana Alves, Mateus Duarte e Francine Magalhães, pelo tempo que passamos juntos no rio durante os dias de sol e pelas noites nas praças da cidade.

Aos amigos que tive o prazer de conhecer, conviver e dividir momentos em Florianópolis: Aline Sitowski, Ana Schuhli, Douglas Fabian, Fernando Henrique, Flávio Reck, Júlio Cesar e Sthefanie Aguiar.

Aos colegas da Revista Em Tese, com os quais pude desfrutar da experiência de atuar como editor e editor-gerente de um periódico de notável importância e comprometimento com a difusão do conhecimento científico, gratuito e de qualidade

na área das Ciências Sociais. Em especial, por dividirem o espaço da gerência comigo, Loren Berbert e Marieli e Machiavelli.

Representando todos os professores e professoras que passaram por mim durante a graduação na Universidade Federal de Pelotas, agradeço às Profas. Dras. Letícia Mazzucchi e Fernanda Fernandes, pelos primeiros contatos e oportunidades no universo da pesquisa científica.

À Professora Dra. Elizabeth da Silva, pelo acolhimento inicial ao meu projeto de pesquisa, pelas ricas contribuições durante a qualificação desta dissertação e por ter se dedicado a construir um espaço na universidade que fosse permeado por colegas gentis, solícitos e motivados.

Aos membros da banca de defesa, Profa. Dra. Letícia Cesarino e Prof. Dr. Tiago Borges, pela leitura atenta e pelas generosas contribuições críticas e reflexivas.

Ao orientador do presente estudo, Prof. Dr. Amurabi Oliveira, por ter aceitado meu inicialmente desajeitado pedido de orientação, ainda que a distância teórica entre nossas agendas fosse presente. Agradeço pelos incentivos, pelas bibliografias sempre pertinentes, pelas palavras de apoio, pelo pragmatismo sensível na condução das orientações, pelas necessárias provocações, por sempre ter se colocado de forma acessível ao contato e ao diálogo e por servir de inspiração a ser quem somos. Não pensei que pudesse escrever sobre um objeto tão pujante e necessário até que você dissesse que eu poderia – e deveria.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade de Santa Catarina, seu corpo docente e técnico, pela estrutura e incentivos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Ao Elivelto, por demonstrar diariamente que o amor e o cuidado são atos cotidianos ao mesmo tempo em que extraordinários.

RESUMO

A eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018 foi o principal reflexo político da ascensão conservadora no Brasil. Sua candidatura foi extensivamente marcada por referências e retóricas nacionalistas, religiosas e militaristas. Assim, o presente estudo objetivou analisar de que modo o nacionalismo e o patriotismo foram operacionalizados na constituição da identidade política de Jair Bolsonaro, considerando suas estratégias de divulgação e alcances. Para tanto, está dividido em três capítulos. No primeiro, recuperamos o debate teórico a respeito dos conceitos de nacionalismo e patriotismo, e seu potencial como força de mobilização político-eleitoral. No segundo, apresentamos as articulações entre a esfera religiosa, notadamente a evangélica, e concepção do nacionalismo de Jair Bolsonaro. Por fim, o terceiro capítulo é dedicada a analisar a proposta de plano de governo de Bolsonaro e suas as publicações no *Twitter* no que se referem às categorias de “nação” e “pátria”. O escopo temporal da dissertação é delimitado entre a homologação de sua coligação pelo Tribunal Superior Eleitoral e o resultado do segundo turno das eleições. Através dessas fontes, objetivou-se compreender como o então candidato utiliza a escrita, as redes sociais e o discurso para se expressar e referir à ideia de nação. Se trata de um estudo de caso de caráter qualitativo, analítico e interpretativo. As análises realizadas na pesquisa indicam para proeminência do nacionalismo como um importante recurso de mobilização popular utilizado pela campanha eleitoral de Jair Bolsonaro a partir de uma visão dicotômica da sociedade, dividida seus apoiadores, os cidadãos patriotas, e seus adversários, os inimigos da nação. Ainda, observamos como o discurso nacionalista de Bolsonaro serviu de apoio a sua estratégia de despolitização antipartidária naquela eleição.

Palavras-chave: Jair Bolsonaro. nacionalismo. patriotismo. eleições presidenciais 2018. Brasil.

ABSTRACT

Jair Bolsonaro's presidential election in 2018 is the main political reflection of the rise of conservatism in Brazil. His candidacy was extensively marked by a nationalist, religious and militarist rhetoric and references. Thus, this study aimed to analyze how nationalism and patriotism were operationalized in the constitution of Jair Bolsonaro's political identity, considering its dissemination strategies and achievements. In order to do so, it is divided into three chapters. In the first one, we recover the theoretical debate regarding the concepts of nationalism and patriotism, and their potential as a political-electoral mobilization force. In the second, we present the articulations between the religious sphere, especially the evangelical one, and Jair Bolsonaro's conception of nationalism. Finally, the third and last one, is dedicated to analyze Jair Bolsonaro's Government Plan and his messages publicized on Twitter regarding the categories "nation" and "homeland". The research's temporal scope is delimited between the approval of his candidacy by the Superior Electoral Court and the end of the election's second round. Through the study of the selected sources, the objective was to understand Bolsonaro's uses of writing, social networks and public speeches to express and make references to the idea of nation. It is a qualitative, analytical and interpretive case study. The analyzes carried out in this research point to the prominence of nationalism as a popular mobilization resource used by Jair Bolsonaro's electoral campaign from a dichotomous view of society, divided between his supporters, the patriotic citizens, and his political opponents, the enemies of the nation. Furthermore, we verified how Bolsonaro's nationalist discourse has supported his anti-partisan depoliticization strategy throughout that presidential election.

Keywords: Jair Bolsonaro. nationalism. patriotism. presidential election 2018. Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA.....	18
1.2 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	20
2. CAPÍTULO I – AS FACETAS DO NACIONALISMO E SUA INFLUÊNCIA TEÓRICA E POLÍTICA	25
2.1. ESTADO, NAÇÃO, NACIONALISMO E PATRIOTISMO: DELINEANDO CONCEITOS	25
2.2. O NACIONALISMO NA AGENDA DA PESQUISA SOCIAL	35
2.3. NACIONALISMO E PATRIOTISMO COMO ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA	47
2.4 REDESCOBRIMENTO DO NACIONALISMO? O CASO DO ATUAL NACIONALISMO POPULISTA E AUTORITÁRIO	52
3. CAPÍTULO II - UMA NAÇÃO PROJETADA SOB BÍBLIAS E VERSÍCULOS: A ESFERA RELIGIOSA NO NACIONALISMO BOLSONARISTA	59
3.1. A TRATEJÓRIA POLÍTICA DOS EVANGÉLICOS NO BRASIL.....	60
3.1. BOLSONARO, O NACIONALISMO CRISTÃO CONSERVADOR E O APOIO EVANGÉLICO NAS ELEIÇÕES DE 2018.....	67
4. CAPÍTULO III – A COMUNICAÇÃO POLÍTICA DIGITAL DA CANDIDATURA DE JAIR BOLSONARO A PARTIR DA ARTICULAÇÃO DAS NOÇÕES DE “NAÇÃO” E “PÁTRIA”	77
4.1. ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA ERA DAS REDES SOCIAIS: A PRESENÇA E ATUAÇÃO DIGITAL DE FIGURAS POLÍTICAS	77
4.2. OS USOS DA “NAÇÃO” E DA “PÁTRIA” NO <i>TWITTER</i> E NA PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO DE JAIR BOLSONARO.....	84
4.2.1 <i>Proposta de plano de governo</i>	84
4.2.2 <i>Manifestações no Twitter</i>	102
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	127

1. INTRODUÇÃO

O período de eleições é um momento que altera a normalidade da rotina de sociabilidade dos cidadãos. Atraídos ou repelidos pelas cerimônias envolvidas em uma campanha eleitoral, como a presença massiva de folhetos políticos nas ruas, a promoção de comícios eleitorais, a campanha eleitoral televisiva, a participação de candidatos e candidatas em debates em diversas plataformas de comunicação, a reunião e manifestação de militantes, a própria obrigatoriedade do voto, entre outros, torna-se quase impossível a tarefa de passar indiferente a uma campanha eleitoral. Nos últimos anos, no Brasil, essa lógica de funcionamento eleitoral vem ganhando uma dimensão ainda mais significativa no cotidiano das pessoas, possibilitada pela presença e uso extensivo das mídias sociais durante campanhas eleitorais. Seja através dos meios mais clássicos de propaganda eleitoral ou através dos meios digitais modernos, o período de corridas eleitorais tem o poder de acelerar e acirrar o debate político e transformar – temporariamente, ou não – a forma como uma sociedade se organiza e se visualiza, o fluxo econômico e as relações de prestígio e poder.

Palmeira e Heredia (1995), observando o poder transformador de campanhas eleitorais em comunidades rurais estudadas, cunharam o termo “tempo da política” para se referir a esse período. Para os autores, o “tempo da política” marcaria um momento em que as “facções políticas, que, no dia-a-dia, se dissolvem em múltiplas redes de relações pessoais, mostram-se por inteiro e por assim dizer, ganham existência aos olhos dos membros daquela sociedade” (*Idem*, p. 34). Durante sua vigência, os atores políticos que buscam a reeleição necessitam retornar às suas zonas eleitorais para uma espécie de prestação de contas do que foi feito ao longo do mandato ao mesmo tempo em que angariam novos votos. Através de presença física ou digital, esses atores permeiam-se em meio às diversas esferas da vida social. Para Almeida, a consequência do “tempo da política” é a produção de “participação política generalizada” (2019, p. 197). No Brasil, pode-se afirmar que as eleições presidenciais de 2018 não falharam em produzi-la.

Com treze candidatos oficialmente na disputa¹, a corrida presidencial de 2018 foi a campanha que contou com o maior número de candidatos desde o pleito de 1989

¹ A situação do ex-presidente e possível candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT), que enfrentava processos judiciais que resultariam na cassação de seus direitos políticos, permaneceu em aberto até pouco antes do 1º turno. O PT, inclusive, formalizou sua candidatura. No entanto, a mesma foi

– onde, naquela ocasião, houve vinte e dois participantes. Em 2018, os candidatos eram Alvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Ciro Gomes (PDT), José Maria Eymael (CD), Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoêdo (Novo), João Goulart Filho (PPL), Marina Silva (Rede) e Vera Lucia (PSTU). Um rol de presidenciáveis que continha representantes de praticamente todas as possibilidades do espectro político “direita-esquerda” do Brasil. Na disputa de segundo turno entre os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), ao dia 27 de outubro, sob as palavras de ordem “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Bolsonaro viria a se tornar o 38º presidente eleito da República com 55,13% dos votos válidos, rompendo a hegemonia petista de quatro vitórias consecutivas em eleições presidenciais (2002-2016).

Após a confirmação da vitória de Bolsonaro, houve a constatação entre analistas de que o “tempo da política” de 2018 diferenciava-se substancialmente daquelas que haviam ocorrido anteriormente (ABRANCHES, 2019; ALMEIDA, 2019). Abranches (2019) denominou as eleições gerais de 2018 de disruptiva, uma vez que colocou em xeque a efetividade e continuidade do sistema de presidencialismo de coalisão no país. O resultado do pleito não apenas rompeu com a lógica competitiva instaurada entre o PT e o PSDB, que desde 2002 haviam chegado juntos para a disputa do segundo turno, mas também introduziu ao debate político-eleitoral brasileiro novos elementos, narrativas e estratégias de campanha. A relação dos candidatos e do eleitorado com as mídias digitais, o uso extensivo de *fake news* como ferramenta de propulsão de candidaturas e ataques a adversários, o elevado nível de polarização política que conferiu uma orientação binária ao debate eleitoral, os sentimentos populares de identificação e repulsa aos partidos políticos – com destaque ao sentimento de aversão ao PT, que ganhou apelo generalizado e foi denominado de antipetismo – e a performance de candidatos e eleitores motivados por interesses e afinidades religiosas são alguns dos fatores aos quais analistas e pesquisadores costumam recorrer para explicar a configuração de forças e, especialmente, as particularidades das eleições daquele ano.

indeferida pelo Tribunal Superior Eleitoral. Logo após esse revés, o partido, então, realizou a candidatura de Fernando Haddad. Portanto, ainda que a campanha tenha contado com quatorze candidaturas, somente trezes foram deferidas.

Uma das principais variantes que influenciaram o curso das eleições de 2018 foi a intensa e utilização massa das redes sociais digitais e os efeitos que, a partir dela, se desenrolaram: a necessidade de adaptação por parte dos partidos e candidatos a essa modalidade de vinculação e divulgação de candidaturas; uma maior descentralização da informação por parte das mídias tradicionais – televisivas e impressas –, cuja credibilidade foi alvo de críticas e ataques; e a possibilidade de participação mais ativa na criação e compartilhamento de conteúdo e propaganda político-eleitoral por parte de indivíduos, eleitores e eleitoras “comuns”. Esse fenômeno já havia sido observado nas eleições presidenciais de 2014, porém foi em 2018 que intelectuais a consideraram decisiva para o resultado. A intensificação do uso das redes sociais digitais na política e em campanhas eleitorais está relacionada com a democratização do acesso e a inclusão digital no Brasil, que possibilita, entre outros, o agrupamento e a organização de indivíduos com afinidades e visões sociopolíticas e econômicas semelhantes.

Outros fatores que colaboram para a compreensão da influência das redes digitais na vida social, de forma mais ampla, e nos acontecimentos políticos do país, são a facilidade e, sobretudo, a recorrência com as quais os usuários dessas redes são expostos ao conteúdo propagado através das mesmas. Dessa forma, ainda que não seja a pretensão da presente pesquisa debruçar-se de forma exaustiva sobre os efeitos das redes sociais digitais nas eleições presidenciais de 2018, não seria possível a compreensão da construção e instrumentalização do nacionalismo bolsonarista nas eleições daquele ano sem dialogar com as nuances do mundo digital e da digitalização do campo político.

Cesarino (2019) mobiliza os conceitos de “lógica da diferença” (referindo-se ao que seria uma demarcação fronteiriça bem delimitada entre as figuras amigas e as inimigas – e, aqui, enfatizo a radicalização da retórica da campanha de Bolsonaro para tratar e até mesmo criminalizar os “inimigos”) e “lógica da equivalência” (a ideia de que o líder político seria uma extensão imediata do povo) – ambos cunhados por Ernesto Laclau, em seu esforço de compreensão e categorização do funcionamento da lógica populista – para descrever a inserção e atuação metalinguística digital da rede bolsonarista durante a campanha. A autora ainda avança a partir do pensamento de Laclau e identifica outros três recursos discursivos utilizados na campanha de Jair Bolsonaro, tanto por sua candidatura oficial, como por seus apoiadores. Em suas palavras, estas seriam:

mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios; espelho invertido do inimigo e devolução de acusações; e criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (notadamente, a academia e a imprensa profissional) (CESARINO, 2019, p. 533).

Juntas, essas táticas de campanha formaram um ambiente hostil no tratamento dos adversários políticos e aos meios de comunicação e informação, bem como aos profissionais da área, ao mesmo tempo em que provocaram uma espécie de crise de legitimidade da imprensa tradicional. Como resposta à crescente insatisfação popular para com a suposta parcialidade da imprensa, observou-se a consolidação de canais de comunicação política alternativos, com vídeos e textos produzidos e divulgados digitalmente, sem que houvesse a necessidade de especialização prévia por parte dos emissores do conteúdo, ou a checagem da veracidade das informações compartilhadas.

Essa conjuntura, no entanto, propiciou popularidade a um fenômeno em especial que balizou grande parte da discussão e do debate político sobre a corrida presidencial de 2018 no Brasil, assim como já havia acontecido em 2016, nos Estados Unidos: as *fake news* como parte estruturante da estratégia de campanha política. O exemplo de como o compartilhamento de *fake news* moveu a opinião popular no Brasil e a campanha presidencial de 2018 pode ser ilustrado pelo histórico de popularidade do termo nas buscas do *Google*: numa série histórica entre os anos de 2010 e 2019², o *site* registrou o pico de popularidade do termo, em território brasileiro, em outubro de 2018, há poucos dias do segundo turno das eleições. Após as eleições e incluindo todo o ano de 2019, o segundo maior pico de popularidade do termo “*fake news*” representou apenas 26% do primeiro.

Assim, pode-se dizer que o fenômeno da pós-verdade, descrito pelo Dicionário de Cambridge como sendo “relacionado a uma situação na qual as pessoas têm maior probabilidade de aceitar um argumento baseado em suas emoções e crenças, em vez de baseado em fatos”³, juntamente com a proliferação de informações falsas, expuseram uma fragilidade do sistema de disseminação e receptação de informações e notícias por meio das redes digitais contemporâneas e influenciaram estratégias

² Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2010-01-01%202019-12-31&geo=BR&q=fake%20news>. Acesso em: 18 jun. 2020.

³ “*Relating to a situation in which people are more likely to accept an argument based on their emotions and beliefs, rather than one based on facts*”. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/post-truth>. Acesso em: 18 jun. 2020.

políticas de presidenciáveis em 2018, notadamente a de Jair Bolsonaro, objeto da pesquisa.

Ainda que sua carreira política tenha se iniciado em 1989, como vereador da cidade do Rio de Janeiro e tenha atuado durante 27 anos como deputado federal pelo mesmo estado (1991-2018), a ascensão de Jair Bolsonaro ao centro do debate político no país remonta aos protestos de junho de 2013, quando sua figura começa a ser associada às demandas sociais pelo fim da corrupção. Nesse contexto de popularidade crescente, Bolsonaro passa a fazer aparições em programas de televisão de cunho humorístico e em pouco tempo ganha o *status* de “mito” entre seus apoiadores e começa a figurar como uma das principais lideranças políticas conservadoras. Além crescente projeção adquirida por Bolsonaro naquele contexto, os protestos de junho de 2013 marcam uma ruptura social no país, cujas consequências e desdobramentos, entre os quais se destacam a desconfiança generalizada de parte da população para com relação aos políticos e ao sistema representativo (ALMEIDA, 2019), ditariam o tom da política nacional dos próximos anos.

Foi durante seu voto, enquanto deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), no processo que daria o prosseguimento do afastamento da então presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, que o político se consolida como um dos principais expoentes da extrema direita em âmbito nacional. Na ocasião, Bolsonaro justifica seu voto de apoio ao afastamento de Dilma em memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro militar condenado pela Justiça Brasileira pela prática de tortura durante a ditadura militar no país (1964-1985) e finaliza sua fala com a repetida frase “por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim”, gerando reações de espanto e repúdio por parte da Ordem dos Advogados do Brasil e diversas organizações de direitos humanos (BARBA; WENTZEL, 2016), ao mesmo tempo em que fazia crescer sua admiração entre aqueles que o apoiava anteriormente.

Autointitulado conservador, Bolsonaro apoiou suas promessas de campanha presidencial, entre outros, em defesa da família, do cidadão de bem⁴, do armamento da população, dos valores cristãos e da pátria. O projeto de pátria defendido por Jair Bolsonaro, contudo, possuía um matiz próprio. O próprio já citado *slogan* da

⁴ Termo empregado constantemente por Bolsonaro e seus correligionários para se referir aos “brasileiros honestos e trabalhadores que são vítimas da violência do crime e da corrupção no Estado” (ALMEIDA, 2019, p. 201).

campanha – que denomina a coligação do partido –, como se pode observar, não é desinteressado; mas, ao contrário, carrega em si a mensagem do nacionalismo forte que seria levado a cabo pelo governo. Sua origem remonta ao final da década de 1960, período em que Brasil vivia sob um regime militar, quando comandantes da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército, criaram o “Centelha Nativista”, um grupo nacionalista que se reunia semanalmente e cujo viés ideológico, segundo Casali (s.d), perpassava pela missão de ressuscitar os valores do nacionalismo e amor ao Brasil, criando meios para reforçar a identidade nacional, evitando a fragmentação da população nos termos da luta de classe do marxismo.

Com efeito, o caráter nacionalista das palavras de ordem da campanha de Jair Bolsonaro retroalimentou um fenômeno crescentemente observado a partir dos movimentos de manifestação populares que se iniciaram com os protestos de junho de 2013: uma tendência de apropriação de símbolos nacionais por movimentos políticos e sociais conservadores. Segundo Stuenkel, essa tendência é verificada não somente no Brasil, mas em diversos países. Seu resultado é estratégico: “permite uma suposta divisão da população entre patriotas de um lado, e inimigos da pátria de outro” (2019, n.p).

O nacionalismo chauvinista, pautado na difusão de ideais conservadores, aliás, não é uma característica exclusiva da campanha de Bolsonaro; no Brasil, é um elemento identificado em agrupamentos políticos de extrema direita desde o final da Guerra Fria, que assistiam com receio ao processo de transição democrática no país, uma vez que tal abertura política poderia resultar no avanço de agremiações partidárias mais à esquerda do espectro (CALDEIRA NETO, 2020). Contudo, o autor ressalta que, ainda que a defesa da presença de um Estado autoritário, responsável pela difusão de um discurso ufanista, seja uma característica compartilhada por esses grupos ao longo dos anos, não existiu consenso a respeito de sua operacionalização: a finalidade do aparelho estatal, na visão de tais partidos e políticos ao longo das últimas décadas, poderia estar relacionada tanto à repressão de movimentos sociais, quanto à necessidade de intervenção na economia e nas relações trabalhistas (*Idem*).

Em que pese as diferentes visões da extrema direita brasileira a respeito de como deveria ser o *modus operandi* do Estado, Caldeira Neto (2020) identifica no bolsonarismo uma característica que parece divergir da retórica e imaginário nacionalista dos demais grupos: ainda em campanha presidencial, Bolsonaro sinalizava pelo esvaziamento do Estado em sua dimensão econômica – com a defesa

de políticas de privatizações de empresas estatais, inclusive em setores estratégicos, que seriam, na visão dos anteriores representantes da extrema direita brasileira, fundamentais para a manutenção da soberania nacional. Nas palavras do autor, “embora o discurso e a prática de Jair Bolsonaro façam jus a algumas ideias-força da extrema direita brasileira de inspiração neofascista, em outros momentos oferece pontos de ruptura, ou ao menos diferenças substanciais, como é o caso da defesa das privatizações” (CALDEIRA NETO, 2020, p. 135). A orientação econômica liberal do governo que pretendia fundar, foi uma das principais bandeiras da propaganda eleitoral bolsonarista, representada na figura de Paulo Guedes, atual ministro da Economia.

No entendimento de Maitino (2018), a atuação de Jair Bolsonaro alimentou uma corrente política no Brasil que vem sendo retratada como “novas direitas”⁵. Segundo o autor, essa nova organização política do espectro mais à direita possui em seu cerne a característica da exaltação do regime militar, incluindo os crimes que foram cometidos durante o período, além do absoluto repúdio ao comunismo. Para Rocha (2018), a pretensão de se apresentar como a legítima fonte de oposição ao PT, personalizando em si mesmo o sentimento antipetista, e a adoção de uma agenda política conservadora nas questões de costumes – a exemplo da posição contrária à legalização do aborto e a favor da “família tradicional” – e a concertação, à época, de interesses em comuns com grupos mais organizados, como o Movimento Brasil Livre (MBL), são elementos que fortaleceram a formação de uma identidade política comum às chamadas “novas direitas”, cuja principal figura e referência seria Jair Bolsonaro.

A ascensão de Bolsonaro à presidência do Brasil também pode ser lida como uma ruptura no próprio giro à direita vivenciado pela América do Sul nos últimos anos. De acordo com Stefanoni (2018), os projetos dos governos eleitos nos países vizinhos após o arrefecimento da “maré rosada”⁶ na região, tinham em comum o caráter antipopulista e o apreço por modelos políticos de matriz republicana-conservadora, a exemplo da Maurício Macri na Argentina: “ao menos no discurso, estes projetos

⁵ O conceito de “novas direitas” seria em alusão à “direita envergonhada”, agrupamento político de direita que se apresentara no cenário político após o período da redemocratização. Naquele momento, seus expoentes tiveram que enfrentar um ambiente sócio-político desfavorável ao autoritarismo de direita, tendo em vista os esforços institucionais para a superação do passado ditatorial (CALDEIRA NETO, 2020).

⁶ A “maré rosada” ou “maré rosa” foi o período da história política da América Latina iniciada nos primeiros anos da década de 2000 e interrompida na metade de década seguinte, em que partidos e coalizões que se autointitulavam de esquerda ou centro-esquerda ascenderam à presidência de diversos países da região.

proclamam a volta ao pluralismo, à independência dos poderes e à democracia liberal plena; uma espécie de ‘volta à normalidade’, alterada pelo populismo [dos governos progressistas da primeira década do século XXI]” (STEFANONI, 2018, n.p, tradução livre⁷). Nesse sentido, o projeto e o discurso político de Bolsonaro se distanciariam do republicanismo conservador de Macri, por exemplo, ao se valer de um personalismo populista e autoritário, mais alinhado às extremas direitas (*Alt-Right*) europeias, e ao caso contemporâneo estadunidense – com a presidência de Donald Trump – que costumam ser retratados como governos reticentes às instituições e valores democráticos, bem como a integração regional.

Pelo menos desde a segunda metade da década de 2010, a conjuntura internacional presenciou a eleição de líderes que performam um nacionalismo populista e autoritário, como o republicano Donald Trump, ou o filipino, Rodrigo Duterte, ambos eleitos em 2016. Na Europa, observa-se a presença de líderes que vêm ganhando destaque por assumir posicionamentos controversos, como o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, com um discurso eurocético e nacionalista de extrema-direita. Na corrida presidencial francesa de 2017, chamou a atenção a expressiva votação recebida pela candidata do partido Frente Nacional, Marine Le Pen (33,90% dos votos válidos no segundo), uma das principais vozes da extrema-direita nacionalista e populista, defensora de políticas contrárias à migração, à União Europeia, à liberalização econômica e ao multiculturalismo. Ainda no continente europeu, há o caso do *BREXIT*, uma das mais significativas rupturas de projetos de integração regional e multilateralismo modernos, influenciada, entre outros, por motivação nacionalista, que percebia na União Europeia uma fonte de ameaça à segurança, economia, cultura e soberania inglesa.

O nacionalismo, aqui, será entendido como uma estratégia política de mobilização popular utilizada pela campanha bolsonarista em 2018; um recurso ideológico utilizado para abarcar e justificar suas demais posições políticas: em nome do nacionalismo, da defesa (moral e material) da pátria, justificou-se o autoritarismo, a militarização, a moralização conservadora dos costumes e a adoção da agenda ultraliberal na economia. O objetivo dessa estratégia, entendemos, seria o de construir uma narrativa que estivesse comprometida em combater elementos considerados

⁷ “Al menos en el discurso, estos proyectos proclaman la vuelta al pluralismo, a la independencia de poderes y a la democracia liberal plena; una suerte de «vuelta a la normalidad» alterada por el populismo” (STEFANONI, 2018, p. 05)

desvirtuantes à suposta identidade nacional do Brasil. Esta última, por sua vez, estaria representada por valores conservadores no campo moral e liberais no campo econômico.

Ao se apresentar como a única via possível para a recuperação da suposta “essencial nacional”, fragilizada pelos governos anteriores, Bolsonaro, ao mesmo tempo em que instrumentaliza a ideia de nação, definido-a e reafirmando-a de acordo com seus interesses político eleitorais, parece conseguir traçar uma fronteira dotada de grande legitimidade popular entre quem seria patriota (aliados) e quem seria antipatriota (adversários), como fica explícito em uma fala do então candidato, transmitida ao vivo para seus apoiadores na Avenida Paulista na semana que antecedeu o segundo turno das eleições, em que exclama: “Nós somos o Brasil de verdade! Junto com esse povo brasileiro, construiremos uma nova nação! [...] Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria!”⁸.

A partir do contexto introdutório apresentado, o presente estudo visa analisar o uso da retórica nacionalista levado a cabo pela campanha presidencial de Jair Bolsonaro, considerando suas estratégias de divulgação, objetivos, limitações, especificidades, generalizações e a forma como ela se relaciona com a literatura produzida sobre os nacionalismos autoritários e populistas contemporâneos. Para tanto, será guiado pelo seguinte questionamento: como Bolsonaro se utilizou do nacionalismo para projetar sua candidatura presidencial, bem como sua identidade política em 2018?

1.1 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo nacionalismo enquanto objeto de estudo e pesquisa surgiu ainda durante os anos de graduação em Relações Internacionais. No entanto, naquela ocasião, por uma série de fatores, incluindo a falta de oportunidades e incentivos a pesquisas sobre o tema, ele acabou sendo deixado de lado em minha agenda e projetos em outras áreas foram desenvolvidos. O que eu não sabia, durante a graduação, é que o nacionalismo no Brasil e no mundo, que já ensaiava ocupar espaço de maior centralidade na agenda política há alguns anos, viria a se tornar foco

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9wxneOnlOI&feature=youtu.be>. Acesso em: 19 jun. 2020.

de interesse social, político, econômico e acadêmico em franca ascensão nos anos seguintes.

A presença de líderes já citados que vocalizam um nacionalismo populista e autoritário, como Donald Trump nos Estados Unidos, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Viktor Orbán na Hungria, e outros, como Narendra Modi na Índia e Recep Tayyip Erdoğan na Turquia, ajudam a compreender como esse fenômeno torna-se, diante de nossos olhos, uma das principais forças políticas que moldam o debate internacional sobre Estados e democracia. Nesse cenário, surge o contemporâneo caso brasileiro, representado pela figura do presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, e o meu interesse, enquanto pesquisador, em analisar as características do nacionalismo recursivamente empregado em sua candidatura e como ele se relaciona com os exemplos empíricos e com as produções teóricas internacionais.

O que esses casos apresentam em comum, como foi dito, é a representação de práticas, motivações e discursos não somente nacionalistas, mas que carregam consigo um caráter populista e autoritário, demonstrando um apelo, no mínimo, questionável às instituições democráticas, às minorias étnicas, raciais, sociais e religiosas, defendendo a adoção de uma orientação econômica protecionista, o fortalecimento de políticas punitivas e excludentes e o rechaço às organizações internacionais, à globalização, às políticas migratórias; também apresentam ceticismo em relação à imprensa e à ciência. O efeito desse cenário no ambiente acadêmico-científico é o surgimento e o incentivo à pesquisas, publicações, encontros e debates que se proponham a compreender a origem, os interesses e as possíveis consequências políticas, econômicas e sociais desse fenômeno.

A exemplo desse efeito, pode-se citar, inclusive, a escolha do tema do 26º Congresso Mundial de Ciência Política, organizado pela Associação Internacional de Ciência Política: “*New Nationalisms in a Open World*”, previsto para acontecer em 2021. A temática e sua justificativa para tal, partem do pressuposto de que presenciamos um novo tipo de nacionalismo aflorando em diversas regiões do mundo, um nacionalismo que flerta com orientações autoritárias e personalistas de poder, que podem representar uma ameaça à saúde e estabilidade de instituições representativas de uma democracia. E um dos questionamentos que balizarão o encontro é “como podemos interpretar e classificar os novos nacionalismos, levando

juntamente em consideração o populismo, o autoritarismo e o etnicismo?” (IPSA, 2020, n.p, tradução livre⁹).

Faz-se necessário ressaltar que, como bem alerta Billig (1995), o nacionalismo não deve ser reduzido a suas manifestações mais violentas, aquelas que se apresentam na forma de movimentos separatistas ou em orientações políticas extremistas que ameacem a estabilidade do Estado, da região ou do concerto internacional. Porém, é igualmente necessário o reconhecimento de que o nacionalismo populista e autoritário que tem ganhado espaço e relevância nos últimos anos é distancia-se de outras concepções nacionalistas empíricas ou teóricas de décadas anteriores, pois possui suas próprias características e motivações, e está localizado em uma conjuntura temporal própria – o presente.

Portanto, ao buscar compreender os contornos do projeto de nação e nacionalismo promovido pela campanha de Jair Bolsonaro em 2018, a realização da presente pesquisa se justifica política e socialmente pela relevância desse fenômeno contemporâneo que, ao lado de outros fatores, está a moldar os rumos do país. Academicamente, justifica-se pela necessidade de explorar um tema que, ainda que tenha sido objeto de discussão midiática e jornalística durante os últimos anos, teve pouco material produzido a seu respeito em estudos produzidos dentro do âmbito científico. Apesar da vocação espinhosa do tema, uma vez que ele está presente de forma vívida no dia-a-dia de muitos brasileiros, e do alto nível de polarização do debate político nacional, entendo que é uma das razões de ser da Sociologia e da Ciência Política a tentativa de oferecer material através do qual seja possível compreender de forma mais lúcida determinados elementos da realidade na qual estamos inseridos.

1.2 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Para qualquer pesquisa científica, o direcionamento metodológico é imprescindível pois ajuda a explicar a forma e o conteúdo da pesquisa, bem como auxilia na escolha de técnicas e procedimentos que funcionarão em cada caso, excluindo aqueles que não servirão. Mehrad e Tahriri (2019) apontam para existência de uma tendência simplória em dividir os estudos científicos em dois tipos: o primeiro,

⁹ “How can we interpret and classify new nationalisms taking populism, authoritarianism and ethnicism into consideration together with new nationalism?” (IPSA, 2020, n.p).

sendo compreendido por rótulos quantitativos, positivistas e objetivistas; e o segundo, rotulado de qualitativo, fenomenológico, construtivista, subjetivista, relativista e interpretativo. Ainda que os rótulos pertencentes a cada parte da dualidade acima descrita possuam semelhanças que permitem encaixá-los em tal categoria, suas particularidades podem ser negligenciadas pela suposição de que há apenas duas metodologias possíveis para as pesquisas científico-acadêmicas (WOOD; WELCH, 2010). Apesar da ciência das armadilhas que envolvem a leitura dualista e hierarquizada das metodologias quantitativas e qualitativas, bem como do potencial complementar que possuem, o presente estudo assumirá caráter preponderantemente qualitativo.

A presente pesquisa buscará interpretar e compreender criticamente, e em sua totalidade exequível, o fenômeno da retórica nacionalista utilizada durante a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, em 2018: suas estratégias, plataformas, interesses, limitações, contradições e os efeitos causados pelo discurso bolsonarista, ainda em período de corrida eleitoral, que visava forjar um “novo” nacionalismo no Brasil, baseado em valores populistas, autoritários, chauvinista e religiosos. Serão coordenados os esforços, portanto, a fim de produzir uma interpretação analítica acerca do projeto de nacionalismo defendido por Jair Bolsonaro; uma interpretação que busque compreender as diferentes camadas de inferências e significados embutidos no projeto político analisado.

Assim, o estudo possuirá caráter majoritariamente qualitativo, analítico e interpretativo, guiando-se pelo método procedimental de estudo de caso. O estudo de caso, segundo Pinto e Guazzelli (2008), é uma análise extensiva sobre um fenômeno social, político, econômico e/ou cultural, no qual se reúne uma grande quantidade de informações, detalhes e camadas de significações sobre o mesmo, dando condições para que o pesquisador ou pesquisadora possa elucidar suas questões acerca do objeto. Ainda que a impossibilidade de proporcionar um conhecimento mais abrangente e generalizado, visto que seu recorte deve ser limitado para que seja aprofundado, será de grande utilidade para a pesquisa em questão, uma vez que um de seus objetivos desta é, justamente, analisar um fenômeno social delimitado, em profundidade, para evidenciar as congruências e eventuais incongruências com o que a literatura teórica contemporânea nacional e internacional discorre sobre o tema.

As fontes utilizadas na pesquisa serão fundamentalmente de natureza primária, que, de acordo com a definição de Marconi e Lakatos (2003), são as fontes restritas

a documentos, sejam eles escritos ou não. Os documentos oficiais escritos são considerados uma fonte fidedigna de dados, podendo tratar de temas da vida pública de alcance regional ou nacional, e é tarefa do pesquisador ou pesquisadora “não só selecionar o que lhe interessa, como também interpretar e comparar o material, para torná-lo utilizável” (*Idem, Ibid*, p. 178).

Sendo assim, a principal fonte de material utilizado para análise será o material de divulgação oficial da campanha de Jair Bolsonaro durante as eleições presidenciais de 2018. Em primeiro lugar, a Proposta de Governo, disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Trata-se de importante fonte de coleta de dados pois é o documento em que sua coligação manifesta seus interesses, projetos e visões políticas. Na Proposta de Governo, buscar-se-á coletar e interpretar o material que se refira ao projeto de nacionalismo, objeto de pesquisa, defendido em campanha.

Outra importante fonte documental, ainda se tratando do material oficial da campanha, é sua manifestação nas redes sociais. Como se viu, as eleições presidenciais daquele ano foram marcadas pelo extensivo uso das mídias digitais, onde se criou um canal de comunicação eficiente – sobretudo no caso de Jair Bolsonaro – entre candidatos, de um lado, e eleitores e eleitoras, de outro. Por isso, a pesquisa observará as postagens escritas e transmitidas por vídeo, ao vivo, (as *lives*, como são chamadas) realizadas em sua página oficial do *Twitter*. O objetivo é analisar como o então candidato utiliza a escrita e a retórica para se expressar e referir ao projeto de nacionalismo quando em comunicação direta com seu potencial eleitor, atentando-se às relações simbólicas construídas, em suas manifestações, entre a ideia de nação, religião, valores e significados.

Para a busca e seleção das manifestações publicadas pelo perfil de Jair Bolsonaro no *Twitter*, utilizou-se a ferramenta de busca avançada do próprio sistema. Nela, selecionamos o intervalo de tempo desejado (18/08/2018 – 27/10/2018) e pudemos acessar todo o material publicado durante a disputa eleitoral. Para refinar a busca aos interesses específicos da pesquisa, adicionamos, posteriormente, algumas palavras-chave no sistema de busca avançada do *Twitter*, notadamente “nação” e “pátria”.

A técnica de pesquisa que será mobilizada no estudo para apurar o material de ordem primária supracitado, é a análise de conteúdo. Durante as décadas de 1950 e 1960, a análise de conteúdo ganhou espaço na agenda de metodologia científica em diversas áreas do conhecimento (RICHARDSON, 2012). Nessa mesma época,

entretanto, uma controvérsia se levantara a respeito de sua natureza: seria ela uma técnica essencialmente quantitativa ou poderia também ser aplicada em análises qualitativas? Berelson argumentava que a análise de conteúdo “é uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (1945, p. 489 *apud* RICHARDSON, 2012, p. 221). Dessa forma, entendia-se que a técnica deveria ser essencialmente utilizada para mensurar e codificar elementos quantificáveis de mensagens.

A defesa da utilização qualitativa da análise de conteúdo ganhou espaço ao compreender que ela deveria dedicar-se também aos elementos não quantificáveis de mensagens: o contexto da comunicação, o meio através do qual ela é realizada, os signos, sinais e interesses envolvidos, entre outros. Kaplan (1943) corrobora esse entendimento ao argumentar que a análise de conteúdo seria a estudo estatístico e semântico do discurso político. Na visão do autor, e, sendo tal, a visão compartilhada pela presente pesquisa, a análise de conteúdo está relacionada às características semânticas dos signos de uma mensagem e sua principal utilização seria em empreitadas científicas cujo objeto de pesquisa concentra-se no discurso político (KAPLAN, 1943).

Com efeito, apoiar-se-á nas proposições e procedimentos sugeridos pela técnica em questão a fim de auxiliar na atribuição de sentidos e significados ao discurso político de Jair Bolsonaro enquanto em campanha presidencial, buscando compreender os contornos da semântica utilizada na transmissão da mensagem política que tange ao tema do nacionalismo. Para tanto, seguirá os procedimentos organizacionais sugeridos por Bardin, cada qual com suas etapas internas: “1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1979, p. 95).

As fontes secundárias utilizadas baseiam-se essencialmente no material bibliográfico (artigos, livros, monografias, dissertações, teses, entre outros) já produzido sobre contribuições teóricas acerca do nacionalismo, estratégias de condução de campanhas políticas, nacionalismos populistas contemporâneos e o caso do Brasil; também recorrerá a estudos e análises que buscaram compreender os contornos e desdobramentos das eleições de 2018, com especial enfoque à performance de Jair Bolsonaro. Trata-se da primeira etapa do estudo, o levantamento do estado da arte dos principais conceitos discutidos na dissertação. Nessa etapa, como se costuma proceder, o estudo valer-se-á da documentação indireta, pois a

mesma “é útil não só por trazer conhecimentos que servem de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

Demandará o levantamento e reconhecimento dos pressupostos mais importantes das principais correntes e escolas teóricas que discutem sobre o fenômeno do nacionalismo. Buscar-se-á perpassar, entre outros, pelo modernismo de Ernest Gellner e Benedict Anderson, pelo etno-simbolismo de Anthony Smith, chegando nas novas abordagens, como a do nacionalismo banal de Michael Biling, o nacionalismo como formação discursiva de Craig Calhoun e o nacionalismo populista e autoritário de Roger Eatwell e Matthew Goodwin, por exemplo.

A definição do recorte temporal adotado na pesquisa se justifica pela necessidade de delimitar um período específico que pertence a um fenômeno político que é contemporâneo e, portanto, ainda em curso: a presidência de Jair Bolsonaro. Sendo assim, o estudo optou por dedicar os esforços de análise ao período de campanha presidencial eleitoral para que, além da necessidade natural de um recorte temporal bem definido, se torne possível uma leitura com menos interferências políticas cotidianas enquanto em sua construção. Desse modo, o escopo temporal observado pela dissertação irá se concentrar na análise de material de campanha divulgado durante o período entre a homologação de sua coligação (18 de agosto de 2019) e o resultado do segundo turno das eleições (27 de outubro de 2019).

2. CAPÍTULO I – AS FACETAS DO NACIONALISMO E SUA INFLUÊNCIA TEÓRICA E POLÍTICA

Nesse capítulo, adentraremos no universo do fenômeno do nacionalismo com vistas a delimitá-lo e contextualizá-lo ao presente estudo. Em primeiro lugar, apresentaremos algumas das possíveis definições e interpretações acerca do nacionalismo e outros conceitos-chave que aparecem atrelados a ele. Adiante, uma breve discussão sobre como o nacionalismo foi concebido, problematizado e apresentado pela teoria política e social, de modo que tomaremos parte do pensamento de autores como Karl Marx (1818–1883) e Norbert Elias (1897–1990) como objeto de análises incipientes. Em seguida, discutiremos as possibilidades de mobilização política que o discurso de nacionalismo oferece. E, por fim, destacaremos algumas observações sobre o atual nacionalismo populista e autoritário, retratado pela literatura contemporânea nacional e internacional (CASTELLS, 2018; BROWN, 2019; SCHWARCZ, 2019; EATWELL; GOODWIN, 2020), a qual o concebe como um fenômeno influente no cenário internacional e considera o caso brasileiro, sob o governo de Jair Bolsonaro, como pertencente a tal categoria.

2.1. ESTADO, NAÇÃO, NACIONALISMO E PATRIOTISMO: DELINEANDO CONCEITOS

Destarte, penso ser relevante o esforço para a tentativa de definição, comparação e discussão entre os conceitos de *Estado* e *nação*, para que possamos melhor delinear, em seguida, os conceitos de *nacionalismo* e *patriotismo*. Para tanto, recuperaremos algumas definições já desenvolvidas sobre o tema. Se trata de uma revisão inicial e não exaustiva com vistas a balizar as primeiras reflexões acerca desses quatro objetos teórico-conceituais que são, em maior ou menor medida, centrais para a realização do presente estudo.

Em sua definição clássica e amplamente aceita no ambiente acadêmico, Max Weber sugere que o Estado é uma comunidade humana que possui o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território: “O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (WEBER, 1982, p. 98).

É possível afirmar, portanto, tratar-se de um conceito político bem delimitado e estritamente racionalizado, ou seja, sem denotações subjetivas ou afetivas, além de gozar de relativa consensualidade teórica e empírica. Refere-se ao conjunto de instituições que administram um território soberano que, por sua vez, normalmente coincide com um país – ainda que essa equivalência nem sempre seja verdadeira. Os Estados (também denominados por Estado-nação, ou Estados nacionais¹⁰) são, em última instância, as unidades políticas que dividem e organizam o ordenamento internacional contemporâneo.

Por sua vez, a nação

Não é apenas uma entidade política, mas **algo que produz sentidos** – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma **comunidade simbólica** (HALL, 2006, p. 49, grifo do autor).

Assim como na definição de Hall (2006), Anderson também atribui elementos simbólicos na constituição da nação: se trata de “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (2008, p. 32). *Imaginada* pois, apesar de sua vivência em comunhão, os membros de uma nação jamais conhecerão a todos os outros; *limitada* porque possui fronteiras finitas, para além das quais existem outras nações; *soberana* porque surge no momento em que o iluminismo suplantava a legitimidade das sociedades feudais de ordem divina; e, por fim, *comunidade* porque é concebida por internas camaradagens horizontais, independentemente da desigualdade social existente (ANDERSON, 2008).

Preocupado em estabelecer parâmetros que, uma vez atingidos, poderiam credenciar determinadas sociedades ao posto de “nação”, Mauss (2017, p. 70) propõe que a nação é uma “sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, fronteiras definidas, relativa unidade moral, mental e cultural dos

¹⁰ A recorrente utilização dos termos “Estado-nação” e “Estados nacionais” para se referir ao Estado, nos termos weberianos – território delimitado, cuja comunidade humana pertencente a ele reclama para si o monopólio legítimo do uso da força física – reflete na difusão e na naturalização da ideia da “Nação como fundamento natural do poder político, isto é, da fusão necessária entre Nação e Estado” (BOBBIO et al, 1998, p. 795). Os autores acrescenta que a Nação costuma ser concebida como a base ideológica primordial para que as relações políticas de poder, bem como o sistema internacional, a partir da Revolução Francesa, sejam organizados sob a forma de Estados (nacionais): “a Nação é a ideologia de um determinado tipo de Estado, visto ser justamente o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a ideia de Nação suscita e mantém” (BOBBIO et al, 1998, p. 797).

habitantes, os quais aderem conscientemente ao Estado e às suas leis”. A visão do autor sobre a nação como uma sociedade integrada culturalmente é complementada pelo sentimento de legitimidade¹¹ que os Estados devem possuir perante seus cidadãos. Na compreensão maussiana, a nação se cristaliza a partir de seu enraizamento subjetivo nos habitantes daquela comunidade, bem como em sua identificação com as instituições políticas que o constituem (FOURNIER; TERRIER, 2017).

Nas três definições da ideia de nação mobilizadas acima, é possível observar a presença de elementos que reforçam o caráter cultural dessa entidade que se pretende definir. Diferentemente da proposição de Estado, a nação relaciona-se com aspectos simbólicos de pertencimento, memória, afetividade, solidariedade e identidade coletiva. Por isso, a nação extrapola os atributos físicos, institucionais e burocráticos, característicos do Estado weberiano, para dialogar com outras esferas de subjetividade presentes no corpo demográfico que compõe a sociedade de determinado Estado.

Assim, ela lança as bases da profundidade e legitimidade emocional necessárias para a incorporação da *condição nacional* presente na consciência coletiva e individual dos grupos sociais nacionais e na reprodução da vida política e social de nossa contemporaneidade. A simples existência das nações faz com que seja difícil concebermos o “fim da era do nacionalismo”, que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos” (ANDERSON, 2008, p. 28).

As nuances e relações de estabelecimento entre nações e nacionalismo também são frequentemente debatidas e questionadas por diversos autores, em diversas épocas e através de distintas lentes analíticas. Gellner demonstra uma interpretação instrumentalista do nacionalismo ao afirmar que são os movimentos nacionalistas que criam e desenham as nações: “nacionalismo não é o despertar da nação: ele inventa nações onde não existem – mas precisa de elementos de diferenciação preexistentes para trabalhar, mesmo que [...] sejam puramente

¹¹ Apesar de inserir a ideia de legitimidade e adesão voluntária ao Estado como sendo características da nação, Mauss define que a democracia não é uma condição *sine qua non* para o estabelecimento de nações. Entretanto, para ele, somente os Estados democráticos poderiam atingir o *status* de “nação completa”, ou seja, ser considerado uma “sociedade suficientemente integrada, com poder central democrático em algum grau, que tem, em todo caso, a noção de soberania nacional e cujas fronteiras em geral, são as de uma raça, de uma civilização, de uma língua, de uma moral – em uma palavra, de um caráter nacional” (MAUSS, 2017, p. 92).

negativas” (1964, p. 168, tradução do autor¹²). Gellner pressupõe, portanto, que para ser uma ideologia efetiva, o nacionalismo necessita da existência de elementos que permitam o contraste entre o nacional e o que seria o “não-nacional”.

Anderson (2008) não demonstra concordância com a leitura de que o nacionalismo agiria de forma a inventar a nação onde ela não existiria. Para ele, Gellner estaria implicitamente sugerindo que o nacionalismo mascara a existência de comunidades “não-verdadeiras” (os Estados nacionais em processo de formação), produzidas para consolidar o poder às novas elites políticas dos Estados. Anderson, inclusive, discorda da categorização “falsidade/autenticidade” para se referir a comunidades, pois, em último caso, esse raciocínio poderia levar a uma hierarquização entre os tipos de comunidades. Todas as comunidades, segundo o autor, não de ser imaginadas, visto que é virtualmente impossível conhecer todos os membros pertencentes a tal grupo, tornando necessário o exercício de imaginá-lo para além do que se pode ver em seu cotidiano. Nesse sentido, o que diferencia uma comunidade nacional de outra, é apenas a forma como se a imagina (ANDERSON, 2008).

Retomando o raciocínio de Gellner (1964) a respeito do contraste estabelecido entre o que seria nacional e todo o resto, ou seja, o “não-nacional”, é possível dizer que o nacionalismo norteia o sentido cultural, subjetivo e afetivo da comunidade nacional, mesmo que pela construção de antagonismos. Mais que nortear os sentidos subjetivos da comunidade nacional, o nacionalismo ajuda a consolidá-la através da difusão de uma cultura: “ele almeja fornecer um critério para a determinação da unidade de população adequada para ter um governo exclusivamente próprio, para o legítimo exercício do poder no Estado e para a correta organização de uma sociedade de Estados” (KEDOURIE, 1960, p. 09, tradução do autor¹³).

Calhoun (2008) desenvolve seu pensamento tentando se afastar das noções reificadas da ideia de nação e nacionalismo, aplicando ênfase à importância do nacionalismo enquanto ferramenta de formação discursiva que modela o mundo moderno: “É um modo de falar, escrever e pensar sobre as unidades básicas da

¹² No original: “*Nationalism is not the awakening of nations to self-consciousness: it invents nations where they do not exist - but it does need some pre-existing differentiating marks to work on, even if, as indicated, these are purely negative*” (GELLNER, 1964, p. 168).

¹³ No original: “*It pretends to supply a criterion for the determination of the unit of population proper to enjoy a government exclusively its own, for the legitimate exercise of power in the state, and for the right organization of a society of states*” (KEDOURIE, 1960, p. 09).

cultura, política e noção de seu lugar no mundo, que ajuda a constituir nações como dimensões reais e poderosas da vida social. As nações não existem ‘objetivamente’ antes de existirem em termos discursivos” (CALHOUN, 2008, p. 37). Segundo Calhoun (2008), sua unção mais básica é a de categorizar e agrupar populações humanas em dois sentidos: tanto oferecendo e induzindo a uma determinada interpretação coletiva da realidade, como um meio de constituir a identidade do grupo de dentro para fora. “O nacionalismo consiste, então, no uso da categoria ‘nação’ para organizar percepções de identidades humanas básicas, agrupando pessoas com outras da mesma nacionalidade, e as distinguindo de membros de outras nações (*Idem*, p. 53).

Para Calhoun (1997), a presença de certo grau de solidariedade social e algum nível de integração são elementos necessários para se pensar em agrupamentos, comunidades de diversas ordens, como em famílias ou na relação entre membros de um exército, por exemplo. No entanto, não são suficientes para definir ou se pensar em nação – são apenas critérios mínimos. Nesse caso, faz-se necessário um discurso que molde a consciência popular em termos nacionais, e esse é o papel que o autor atribui ao nacionalismo enquanto formação discursiva: uma maneira de

[...] pensar sobre solidariedade social, identidade coletiva e outras questões correlacionadas (como legitimidade política) [que] desempenha um papel crucial tanto na produção de uma autocompreensão nacionalista quanto no reconhecimento de reivindicações nacionalistas de terceiros (CALHOUN, 1997, p. 04, tradução do autor¹⁴).

Para auxiliar na compreensão do que significa o nacionalismo, Smith (1991) se propõe a dividir o termo para definir e analisá-lo separadamente a partir de duas categorias: o conceito/termo, de um lado, e a ideologia, de outro. Desse modo, o uso do termo nacionalismo estaria atrelado: 1) ao processo de formação e manutenção dos Estados-nação; 2) à consciência de pertencimento à nação, junto a sentimentos e aspirações por sua segurança e prosperidade; 3) à linguagem e simbolismo da nação; 4) a uma doutrina cultural das nações; 5) a um movimento político e social para atingir objetivos da nação e realizar a vontade nacional (SMITH, 1991).

A ideologia nacionalista, ou o nacionalismo enquanto ideologia, por sua vez, possui como proposições centrais:

¹⁴ No original: “*This way of thinking about social solidarity, collective identity, and related questions (like political legitimacy) plays a crucial role both in the production of nationalist self-understandings and the recognition of nationalist claims by others*” (CALHOUN, 1997, p. 04).

1. O mundo está dividido em nações, cada uma com sua individualidade, história e destino; 2. A nação é a fonte de todo poder político e social, e a lealdade à nação sobrepõe-se a todas as outras lealdades; 3. Os seres humanos devem se identificar com uma nação se quiserem ser livres e se realizar; 4. As nações devem ser livres e seguras para que a paz e a justiça prevaleçam no mundo (SMITH, 1991, p. 74, tradução do autor¹⁵).

Para Maia (2019), o conceito nacionalismo é, assim como a noções de “democracia”, “justiça” e “populismo”, um conceito essencialmente contestado¹⁶, ou seja, um conceito-chave sobre o qual não existe um consenso absoluto; mas, ao contrário, costuma abarcar uma série de significados. A autora reconhece que essa polissemia inerente à ideia de “nacionalismo” é um desafio a mais para aqueles que buscam analisá-la com precisão. Contudo, nos oferece uma possível leitura acerca do objeto de estudo: o nacionalismo se trata de uma “ideologia que prescreve a necessária coincidência entre as unidades políticas e as unidades nacionais, ou seja, que cada Nação deve ter o seu próprio Estado” (MAIA, 2019, p. 223). Nessa visão, três seriam os objetivos fundamentais do nacionalismo: 1) garantir unidade, 2) identidade e 3) autonomia à nação; sendo que a soberania popular (a nação como a única fonte legítima de poder político) e a autodeterminação (a nação deve se governar de maneira livre de interferências externas) se configurariam como sendo seus valores centrais (*Idem*).

A partir das definições trazidas acima, tomemos como central para o presente estudo, a ideia de que o nacionalismo pode ser considerado uma ideologia incontestavelmente consolidada, presente em todas as regiões do planeta, que age de modo a garantir a defesa da unidade, identidade e soberania das nações enquanto fonte maior de legitimidade não somente política mas também como fonte de legitimidade emocional e subjetiva perante seus cidadãos. Além de possibilitar a manutenção e reprodução do sistema de Estados nacionais, o nacionalismo, como uma formação discursiva, age como um marcador identitário social com potencial de

¹⁵ No original: “1. *The world is divided into nations, each with its own individuality, history and destiny;* 2. *The nation is the source of all political and social power, and loyalty to the nation overrides all other allegiances;* 3. *Human beings must identify with a nation if they want to be free and realize themselves;* 4. *Nations must be free and secure if peace and justice are to prevail in the world*” (SMITH, 1991, p. 74).

¹⁶ A definição de “conceito essencialmente contestado” pode ser melhor compreendida em: “*The term essentially contested concepts gives a name to a problematic situation that many people recognize: that in certain kinds of talk there is a variety of meanings employed for key terms in an argument, and there is a feeling that dogmatism [...], skepticism [...] and eclecticism [...] are none of them the appropriate attitude towards that variety of meanings*” (GARVER, 1978, p. 168).

categorização e mobilização popular a partir de critérios internos de unificação e critérios externos de diferenciação.

Por fim, outro termo que aparece de forma recorrente em pesquisas sobre nação e nacionalismo, é “patriotismo”. Na tentativa de estabelecer as fronteiras conceituais entre os dois *-ismos*, alguns pesquisadores dos campos da Sociologia, História e Psicologia Social, pretenderam contrapor o patriotismo e o nacionalismo de modo que o primeiro carregasse consigo um valor positivo e necessário às sociedades republicanas, presente sobretudo nos países do Ocidente. Já o nacionalismo estaria atrelado a movimentos exclusivistas, chauvinistas e irracionais, sendo, por conseguinte, retratado de maneira negativa, numa visão normativa, em que se pretende combatê-lo (CALHOUN, 1997). Ainda nessa tentativa de distanciamento entre os conceitos, alguns autores apostam na existência de uma distinção psicológica entre ambos, mas não em termos de intensidade, e, sim, em direcionamento (BILLIG, 1995).

Essa interpretação pode ser encontrada em um escrito de Dietz (1989), no qual a autora afirma que, ainda no século XIX, o conceito de patriotismo significava uma posição muito mais internacionalista do que estadista ou governamental; relacionava-se ao combate à tirania e opressão, e a figura do patriota representava a defesa por igualdade política e justiça social. No entanto, avança a autora, ao final do século XIX, a retórica do patriotismo foi gradualmente assimilada pelo emergente vocabulário de “Estado” e “nação” e sua simbologia. Dessa forma, “sua ideia central foi transferida para as doutrinas nacionais, partidárias e raciais da Era Moderna, perdendo caráter agudamente crítico [...] se tornando, assim, a base para o apoio acrítico do [pensamento] ‘meu país, certo ou errado’” (DIETZ, 1989, p. 189, tradução do autor¹⁷).

Dietz (1989) sustenta que a despeito de ser um conceito mais antigo, recorrente em diversas épocas históricas e empregado em diferentes contextos políticos, a terminologia “patriotismo”, ao final do século XIX, foi deixando de ser entendida como um senso de dever ao Estado, para ser aplicado como sinônimo de apoio incondicional a governos e programas políticos e de veneração da nação como valor incontestável da modernidade; sendo, assim, utilizada como uma espécie de *retórica do Estado*. Como resultado, a ideia de patriotismo se distanciou de sua conotação de defesa

¹⁷ No original: “[...] its central idea underwent a transference to the national, party and racial doctrines of the modern age, it lost its earlier, critical sting. [...] and became instead the basis for uncritical support of the ‘my country right or wrong’” (DIETZ, 1989, p. 189).

radical da liberdade e dos direitos constitucionais, presentes ainda no século XVIII (*Idem*).

Perseguindo o mesmo posicionamento teórico, Bar-Tal contrapõe explicitamente as duas terminologias. O autor começa propondo que o patriotismo não apenas se trata de um fenômeno sociológico, histórico e político, mas também psicológico, e pode ser definido como “uma ligação entre membros de um grupo entre si e em relação ao país em que residem” (1993, p. 48, tradução do autor¹⁸). Mais que uma ligação coletiva e em relação ao seu país, o patriotismo é concebido como uma das bases mais importantes na vida de uma sociedade ou uma nação; dessa forma, é um valor desejável, admirável e positivo. Por sê-lo, os sistemas educacionais de cada país buscam, de forma explícita, inculcar os valores do patriotismo nas gerações jovens, enfatizando sua importância vital para a reprodução daquela sociedade (BAR-TAL, 1993). O nacionalismo, por sua vez, estaria, ao lado do chauvinismo, relacionado não somente à defesa do Estado-nação como unidade política soberana e organizadora da vida social, mas à hostilidade e violência a grupos estrangeiros (BAR-TAL, 1993 *apud* BILLIG, 1995).

Para Connor (1993), “patriotismo” e “nacionalismo” são conceitos estritamente distintos, ainda que nem sempre antagônicos. Patriotismo, segundo o autor, está relacionado à ligação emocional de um cidadão a seu Estado, país, e instituições políticas. Nacionalismo, por sua vez, refere-se à ligação emocional de alguém a seu grupo étnico-nacional. Para conceber e fundamentar tal diferenciação, o pressuposto básico de Connor é o de que nem todo Estado (país) constitui um Estado-nação, ou seja, aqueles “Estados nos quais as fronteiras de um grupo étnico-nacional coincidem precisamente com suas fronteiras políticas” (CONNOR, 1993, p. 374, tradução do autor¹⁹). Nos poucos países considerados por Connor como Estados-nação²⁰ – e o autor cita como exemplos, entre outros, Japão e Portugal –, a diferenciação entre “patriotismo” e “nacionalismo” deixa de ser essencial, visto que “a lealdade ao grupo

¹⁸ No original: “[...] *attachment of group members towards their group and the country in which they reside*” (BAR-TAL, 1993, p. 48).

¹⁹ No original: “[...] *states in which the borders of an ethnonational group closely coincide with the borders of a state*” (CONNOR, 1993, p. 374).

²⁰ Connor (1993) ressalta que a grande maioria dos países não constituem “Estados-nação”, em seus termos; desse modo, os Estado-nação seriam a exceção à regra. Países em que as fronteiras políticas não coincidem com os limites étnico-nacionais, são categorizados por Connor (*Idem*) como “Estados multinacionais”.

nacional (nacionalismo) e a lealdade ao Estado (patriotismo) fundem-se e se reforçam em um único sentido na percepção da população” (*Idem*, p. 374, tradução do autor²¹).

Viroli (1997) entende que a linguagem e a simbologia do patriotismo é, historicamente, empregada para reforçar os ideais de amor às instituições políticas e os ideais de liberdade coletiva, republicanos em natureza. Desse modo, a tirania, o despotismo, a opressão e a corrupção seriam os valores antagônicos ao patriotismo republicano. A linguagem de nacionalismo, por sua vez, teria surgido na Europa no final do Século XVIII para o propósito de reforçar a unidade e a homogeneidade cultural, linguística, étnica de um povo. Seriam “adversários” do nacionalismo, portanto, “a contaminação e a heterogeneidade cultural, impureza racial e a desunião social, política e intelectual” (VIROLI, 1997, p. 01-02, tradução do autor²²).

Isso não significa dizer que o patriotismo negligencia, de alguma forma, as esferas cultural, étnica e linguística, uma vez que mesmo a república sempre foi expressa na literatura como uma forma de garantia de liberdade coletiva a uma particular população, com sua própria história e traços culturais (VIROLI, 1997). Portanto, não se trataria de uma definição absoluta ou exclusivista²³. Nesse sentido, Viroli (*Idem*) propõe que a principal distinção entre os conceitos de “patriotismo” e “nacionalismo” seria a ênfase em que cada ideia repousa. Para patriotas, o principal valor e objetivo político é a república, bem como a liberdade que ela pressupõe aos seus cidadãos; já os nacionalistas teriam como principal valor a ser defendido, a unidade cultural e espiritual da nação.

Podemos recorrer a um trecho de George Orwell (1945), no qual o autor reforça explicitamente a visão negativa presente na ideia de nacionalismo quando confrontada com a ideia de patriotismo, sumarizando e indo ao encontro do cerne do pensamento dos autores acima mobilizados. Orwell afirma:

O nacionalismo não deve ser confundido com o patriotismo. Ambas as palavras são normalmente usadas de uma maneira tão vaga que qualquer definição é passível de ser disputada, mas é preciso estabelecer uma

²¹ No original: “Loyalty to one’s national group (nationalism) and loyalty to one’s state (patriotism) merge into a single reinforcing blur in the perceptions of the populace” (CONNOR, 1993, p. 374).

²² No original: “[...] the enemies of nationalism are cultural contamination, heterogeneity, racial impurity, and social, political, and intellectual disunion” (VIROLI, 1997, p. 01-02).

²³ Sobre a simplificação por trás da definição inicialmente proposta, Viroli complementa que já houve opressão, discriminação e conquistas em nome do patriotismo; bem como, através do nacionalismo, já se lutou pela liberdade. O autor coloca da seguinte maneira: “The long history of the languages of patriotism and nationalism is of course much more complicated than this. Historically, patriotism has also meant loyalty to the monarch and the language of patriotism has also been used to oppress, discriminate, and conquer, while the ideal of the nation and the cultural and spiritual unity of a people have been invoked to sustain struggles for liberty” (VIROLI, 1997, p. 02).

distinção entre elas, uma vez que duas ideias diferentes e até mesmo opostas estão envolvidas. Por “patriotismo” entendo a devoção a um lugar e um modo de vida particulares, tidos por alguém como os melhores do mundo, mas sem o desejo de impô-los às outras pessoas. A natureza do patriotismo é defensiva, tanto militar como culturalmente. O nacionalismo, por outro lado, é inseparável do desejo de poder. O propósito permanente de qualquer nacionalista é garantir mais poder e mais prestígio *não* para si próprio, mas para a nação ou unidade em nome da qual escolheu anular a sua individualidade (ORWELL, 1945, s.p, grifos do original).

A interpretação de que o nacionalismo está necessariamente relacionado a uma visão de homogeneidade étnica e coesão e unidade política e social, é criticada por Billig (1995), que acredita haver um viés ocidentalista perante tal argumentação. O autor demonstra críticas a leitura que concebe o patriotismo como um valor cívico e o nacionalismo como um valor étnico, exclusivamente: “a distinção seria convincente se houvesse critérios claros e inequívocos, além de uma exigência ideológica para distinguir ‘nós’ de ‘eles’” (BILLIG, 1995, p. 55), tradução do autor²⁴). O autor elabora uma crítica direcionada à política e às instituições estadunidenses que, segundo ele, se esforçam para transmitir a impressão de que a lealdade aos Estados Unidos é um valor não apenas a ser defendido, mas também exaltado, de forma que não poderia ser irracional, perigoso ou imperialista, como se pretende retratar o nacionalismo. Para tanto, a saída foi a elaboração de um novo rótulo para representa-lo – o patriotismo: “‘Nosso’ nacionalismo aparece como ‘patriotismo’ – uma força benéfica, necessária e, frequentemente, americana” (*Idem*, p 55, tradução do autor²⁵).

Em comum, as definições e as simbologias históricas do conceito de “patriotismo”, realizada pelos autores até aqui, atribuem a ele uma denotação positiva, até mesmo necessária. O patriotismo, assim, estaria relacionado aos valores de liberdade, civilidade e republicanismo, distantes de qualquer noção xenofóbica, expansionista, imperialista, etnocêntrica, chauvinista e irracional, que acompanhariam o conceito de nacionalismo. Tal interpretação, no entanto, não é unânime e passou a ser gradualmente contestada pela literatura que ganhou corpo em seguida, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90 (BILLIG, 1995; CALHOUN, 1997; CANOVAN, 1996). Essas novas leituras questionam até que ponto a fronteira conceitual entre os dois termos são, de fato, verificáveis, ou se estão alinhadas a uma tentativa de

²⁴ No original: “*The distinction would be convincing if there were clear, unambiguous criteria, beyond an ideological requirement to distinguish ‘us’ from ‘them’*” (BILLIG, 1995, p. 55).

²⁵ No Original: “*‘Our’ nationalism appears as ‘patriotism’ - a beneficial, necessary and, often, American force*” (BILLIG, 1995, p. 55).

distanciar-se e, ao mesmo tempo, justificar seu próprio nacionalismo: o nacionalismo cotidiano do Norte Global.

2.2. O NACIONALISMO NA AGENDA DA PESQUISA SOCIAL

Na Europa, entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, o processo de desgaste das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos possibilitou que o caminho para o surgimento do Estado, enquanto unidade de organização política soberana, fosse construído, suplantando as formas de organização política e social feudais. No entanto, esse desalinhamento de lealdades não foi simples e direto, como uma espécie de substituição de entidades, visto que a religião e as dinastias “foram estruturas de referência incontestes, como ocorre atualmente com a nacionalidade” (ANDERSON, 2008, p. 39). É, inclusive, pensando nessa estrutura de referência inconscientemente adotada, que o autor se propõe a conceber o nacionalismo, e não como uma ideologia política que se aceita ou refuta de forma voluntária.

Ainda que de maneira gradual, heterogênea e fragmentada, a transferência de legitimidade da igreja e do principado aos Estados, o crescente fluxo demográfico, bem como a noção de pertencimento, agora, a um Estado soberano, com uma cultura, língua, história e origem definidas, e não mais a um poder divino superior, foram (e continuam sendo) fatores determinantes para a consolidação do Estado-nação. Dos efeitos psicológicos e sociológicos dessa mudança, na sensação de pertencimento do, agora, cidadão ao seu respectivo Estado nacional, decorre o surgimento de uma das mais potentes e duradouras ideologias políticas: o nacionalismo. Hall, para a discussão, adianta que “as culturas nacionais têm dominado a *modernidade* e as identidades nacionais tendem a se sobrepor a outras fontes, mais particularistas, de identificação cultural” (2006, p. 67).

O sistema internacional contemporâneo, passados quase quatro séculos desde o advento da Paz de Vestfália²⁶, permanece organizado em Estados-nação. Isso implica que, em diversas sociedades, seria inconcebível a percepção de

²⁶ Paz de Vestfália é como ficou reconhecido o evento dos Tratados de Vestfália, assinados em 1648, encerrando a Guerra dos Trinta Anos (1618–1648). Nas Relações Internacionais, é consensual que a Paz de Vestfália simboliza a consolidação dos Estados nacionais o surgimento do moderno sistema internacional, pois entre seus princípios norteadores estão as noções de soberania dos governos, a igualdade jurídica entre seus pares e a territorialidade bem delimitada, além de rejeitar a ortodoxia religiosa no ordenamento político internacional.

pertencimento a uma instância superior que não sua própria nação, tão enraizado e consolidado – e atual – é o fenômeno do nacionalismo. Nesse sentido, Walt (2011) afirma que a ideia de que a humanidade está dividida entre grupos que compartilham idioma, símbolos, mitos e uma narrativa sobre seu passado, e que esses grupos devem ter seu próprio Estado, tem sido uma força mundialmente inabalável há pelo menos dois séculos. Gellner corrobora esse pensamento ao entender que sem um sentimento de identificação nacional, o sujeito moderno estaria condicionado a um profundo sentimento de perda subjetiva: “a ideia de um homem sem uma nação parece impor uma grande tensão à imaginação moderna” (1983, p. 06, tradução do autor²⁷).

Esse é o ponto de partida mais comum para pesquisadores sociais que se propõem a analisar a questão nacional: a consolidação dos Estados e a paralela formação das nações. Admite-se comumente que a relação entre esses fenômenos seja complementar, de modo que o Estado, centralizador do poder político em seu território, tenha na comunidade nacional, sua contrapartida social (MAIA, 2017). Para além de oferecer a contrapartida social ao poder político do Estado-nação, o nacionalismo confere a ele, também, a ideologia que possibilita sua estabilidade e reprodução ao longo do tempo (BILLIG, 1995). Özkırmılı (2010) afirma que essa proposição norteia não somente nossas perspectivas analíticas, mas, também, o que é convencionalmente reproduzido nas ciências humanas em ambiente acadêmico, de modo que cientistas políticos e sociais tendem a tomar a existência da nação como algo dado, sendo o cenário de fundo necessário para suas investigações.

Para Canovan, por trás de pesquisas sobre a teoria democrática, representação e cidadania, residem “suposições sobre a existência de comunidades políticas unificadas e delimitadas que, suspeitosamente, se parecem com Estados-nação” (1996, p. 27, tradução do autor²⁸). Nesse sentido, as teorias políticas contemporâneas baseiam-se, mesmo que involuntariamente, na noção de que os Estados-nação fornecerão comunidades sociopolíticas fortes e estáveis, necessárias para que as mesmas sejam desenvolvidas e verificadas (CANOVAN, 1996).

²⁷ No original: “*The idea of a man without a nation seems to impose a far greater strain on the modern imagination*” (GELLNER, 1983, p. 06).

²⁸ No original: “*(...) assumptions about the existence of bounded, unified political communities that seem suspiciously like nation-states.*” (CANOVAN, 1996, p. 27).

A respeito do enraizamento e naturalização da ideia de nações como unidade de organização e divisão social, surge o conceito de *nacionalismo metodológico*²⁹. Essa ideia representa a presunção generalizada de que a nação é a forma de organização política e social natural da modernidade (WIMMER; GLICK SCHILLER, 2002). Segundo Chernilo (2006), *nacionalismo metodológico* pode ser compreendido como a tendência existente nas ciências sociais em equalizar o termo “sociedade” à “nação”. Assim, sob essa ótica, ao assumir a nação como a representação natural da sociedade moderna, ambos os conceitos – nação e sociedade – se tornam conceitualmente e historicamente indistinguíveis (CHERNILO, 2011). Essa interpretação, com certo nível de recorrência em análises, discursos e escritos, indica a consolidação da nação e, conseqüentemente, do nacionalismo não somente na literatura, mas também na realidade social contemporânea: imaginar sociedades, sociologicamente falando, passou a ser um exercício difícil de se desvencilhar do exercício de imaginação de nações.

Ao retirar as nações e o nacionalismo de uma perspectiva histórica, produtos de uma conformação sociopolítica específica, cientistas sociais, afirma Billig (1995), têm apresentado tendências a utilizar o conceito de nacionalismo de maneira limitada, projetando-o aos “outros”, naturalizando nosso próprio pertencimento nacional cotidiano. Segundo o autor, existem dois principais posicionamentos teóricos que investigadores sociais adotam e, por conseguinte, contribuem para a contínua reprodução dessa interpretação:

Em primeiro lugar, o hábito de *projetar teorias do nacionalismo*. Autores dessa abordagem consideram o nacionalismo como uma ideologia extrema, fora do cotidiano, equalizando-a a movimentos nacionalistas independentistas, por exemplo.

²⁹ O conceito (no original: *methodological nationalism*) foi cunhado por Herminio Martins, em 1974. Na ocasião, o autor afirmou que havia um certo consenso de que as pesquisas macrossociológicas deveriam adotar como unidade ótima de análise os Estados-nação, pois estes representariam a “sociedade total”, ideal para análises, pois se trataria de uma unidade isolada e padronizada. O que reforça a visão de que as nações seriam o contraponto social do Estado, além de se apresentarem ao sistema internacional como unidades coesas e homogêneas. Em suas próprias palavras: “*In the last three decades or so the principle of immanent change has largely coincided with a general presumption — supported by a great variety of scholars in the entire spectrum of sociological opinion — that the ‘total’ or ‘inclusive society’, in effect the nationstate, be deemed to be the standard, optimal or even maximal ‘isolate’ for sociological analysis. To be sure polyethnic, multiracial or multicultural societies have been included in macro-sociological studies; comparative research has flourished also, but it is significant that it often goes by the name of cross-cultural or cross-national. In general, macro-sociological work has largely submitted to national pre-definitions of social realities: a kind of methodological nationalism — which does not necessarily go together with political nationalism on the part of the researcher—imposes itself in practice with national community as the terminal unit and boundary condition for the demarcation of problems and phenomena for social science.*” (MARTINS, 1974, p. 276).

Ao fazê-lo, distanciam-se do nacionalismo, projetando-o a outros grupos étnicos e sociais, atribuindo-o emoções irracionais. Portanto, podem ser consideradas teorias com projeções retóricas: “o nacionalismo que cotidianamente reproduz o mundo de nações é ignorado, em termos teóricos, e visto como uma condição dos ‘outros’” (BILLIG, 1995, p. 16, tradução do autor³⁰);

Em segundo, *naturalização das teorias do nacionalismo*. De acordo com essa perspectiva, o que percebemos contemporaneamente como a lealdade dos cidadãos nacionais ao seu respectivo Estado-nação seria nada mais do que um reflexo da condição humana da necessidade de pertencimento a uma sociedade, ao compartilhamento de traços identitários. Dessa forma, o nacionalismo cotidiano não apenas deixa de existir enquanto nacionalismo, mas também deixa de ser um objeto plausível de investigação (BILLIG, 1995). A naturalização do nacionalismo, desse modo, nos impossibilita de visualizar de maneira crítica como seu poder de influência e mobilização popular molda, formal e informalmente, de maneira contínua, a organização interna dos países e o sistema internacional de Estados-nação.

Para complementar o argumento de que o nacionalismo seria um fenômeno que, diferentemente de outros “ismos” nunca gerou seus próprios grandes pensadores, Anderson (2008, p. 31) afirma que a dicotomia entre, de um lado, o poder e a capacidade de influência política do nacionalismo e, de outro, sua fraqueza e até mesmo sua incoerência teórico-filosófica, é uma dificuldade a ser superada pelos estudiosos do tema. Essa interpretação corrobora o entendimento de que o nacionalismo não desfruta de consenso conceitual. Gellner (1983) avança na crítica ao afirmar que, apesar da existência de contribuições diversas contribuições individuais, de autores pertencentes a diferentes campos e áreas de conhecimento, nenhum pesquisador ou pesquisadora foi capaz de se consolidar no desenvolvimento de uma corrente ou escola de pensamento sobre o nacionalismo e sua história.

Özkırımlı (2010) afirma que a tomada do nacionalismo enquanto objeto próprio de investigação acadêmica foi um processo que se consolidou apenas no século XX, apesar de estar presente nas sociedades como uma ideologia política desde, pelo menos, o final do século XVIII. Assim sendo, ao menos cem anos separam a ideologia nacionalista da agenda de pesquisa sobre nacionalismo. A partir do reconhecimento, nos idos do século XX, de que o nacionalismo não se tratava apenas de um estágio

³⁰ No original: “(...) the nationalism which routinely reproduces the world of nations is theoretically ignored, and nationalism is seen as a condition of ‘others’ (...)” (BILLIG, 1995, p. 16).

temporário na evolução das sociedades, filósofos e, posteriormente, historiadores, dedicaram a estudá-lo diretamente. A essa altura, no entanto, o interesse no objeto era antes ético e político, que propriamente analítico (ÖZKIRIMLI, 2010).

Özkırımlı (2010) propõe a categorização da evolução do estudo acadêmico do nacionalismo em quatro etapas: 1) século XVIII – século XIX: quando surge a ideia de nacionalismo, momento marcado pela contribuição, ainda que indireta, de autores clássicos como Immanuel Kant (1724–1804), Jean Jacques Rousseau (1712–1778), Karl Marx, Friedrich Engels (1820–1895), Émile Durkheim (1858–1917) e Max Weber (1864–1920). 2) 1918 – 1945: quando o nacionalismo se torna objeto de investigação acadêmica direta. 3) 1945 – 1989: período em que houve uma expansão nas produções acadêmicas, com debates teóricos mais plurais, através da contribuição de diferentes áreas do conhecimento; nessa etapa, surgem as contribuições dos autores modernistas, como Elie Kedourie (1926–1992). Por fim, 4) 1989 – presente: momento a partir de quando se tentou superar o debate clássico, construído na etapa anterior; aqui, ganham espaço as “novas abordagens”, como o nacionalismo banal de Michael Billig, além de abordagens feministas, pós-coloniais e com enfoque na formação discursiva do fenômeno nacionalista.

Na teoria social, Calhoun (2008) identifica três momentos e maneiras em que o fenômeno do nacionalismo fora mobilizado. Inicialmente, argumenta o autor, a teoria social tratou do nacionalismo como sendo uma ideologia política belicosa, que gerava relações de poder e conflito entre os países; via-se, portanto, como um fenômeno problemático a ser superado. Em seguida, atrelada à teoria da modernização e discutida tanto por Max Weber quanto por Émile Durkheim, a segunda fase da teoria social voltada para o nacionalismo passa a ler a nação como parte do desenvolvimento das sociedades modernas, política e economicamente falando; dessa compreensão, deriva também o entendimento de que as nações e as ideologias nacionais estariam suscetíveis a manipulações por parte das elites de cada Estado.

Por fim, a terceira vertente da teoria social trazida por Calhoun teria enfoque especial ao reconhecimento do papel do nacionalismo na produção de cultura, preservação da memória coletiva e à geração de solidariedade entre seus membros. Nessa etapa, ganham espaço as análises que tratam do nacionalismo não somente em suas manifestações mais extremas, violentas ou belicosas, mas também por sua presença cotidiana na vida dos indivíduos, como em eventos cívicos e competições esportivas.

Ainda com um olhar para a teoria sociológica clássica, nota-se que alguns pesquisadores consideram que, para o marxismo, o nacionalismo representaria um importante obstáculo teórico (ANDERSON, 2008; AVINERI, 1991; BORON, 2000). Avineri é assertivo ao afirmar que “de todos os fenômenos históricos discutidos por Marx, seu tratamento do nacionalismo, movimentos nacionalistas e o surgimento do Estado-nação são os menos satisfatórios” (1991, p. 638, tradução do autor³¹). Para Nairn (1981 *apud* MUNCK, 2000), o nacionalismo, ainda que não seja o único ponto cego no pensamento de Marx, seria o mais notável, tanto na teoria quanto na prática. Anderson (2008) prefere assumir o nacionalismo como uma *anomalía* incômoda à teoria marxista, razão pela qual optou-se por se esquivar a enfrentá-la.

Porém, a interpretação de que Marx teria falhado na compreensão dos fenômenos do nacionalismo e do Estado-nação, não é unânime. Benner (1995) contrapõe-se a essa visão ao defender a tese de que Marx e Engels apresentam argumentos e discussões sobre a questão nacional – que vão além dos escritos mais famosos de *O manifesto do partido comunista* [1848] que incitam a urgência do internacionalismo na luta do proletariado contra o sistema burguês de produção e organização política – que podem, inclusive, contribuir na tentativa de compreensão do nacionalismo de nossos próprios tempos. Özkırımlı (2010) vai ao encontro da percepção de Benner ao afirmar que Marx e Engels podem não ter produzido uma *teoria*, em si, de nacionalismo, mas não se pode apagar suas contribuições para a compreensão de nacionalismo e Estado-nação.

Para Marx, segundo Lenin (1986), o Estado é essencialmente um órgão de dominação e opressão de uma classe a outra; sua criação e normatização funciona de modo a legitimar e legalizar essa opressão, moderando o conflito entre as classes. Lenin prossegue apresentando aquilo que ele compreende por ser a visão burguesa a respeito do fenômeno do Estado: seria, para a burguesia, a ordem, a conciliação entre as classes (*Idem*). Marx e Engels, em *O manifesto do partido comunista*, afirmam que “o [poder] executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1998, p. 42). Sendo o Estado uma expressão ao mesmo tempo em que é instrumento da reprodução dos interesses da classe dominante – a burguesia –, não pode deixar de ser um

³¹ No original: “Of all the historical phenomena discussed by Marx, his treatment of nationalism, nationalist movements and the emergence of the nation-state is the least satisfactory” (AVINERI, 1991, p. 638).

instrumento de dominação de classe; dessa forma, apresenta incapacidade para revolucionar o cenário social, já que sua função é reproduzi-la (TONET, 2010).

Aron alerta, no entanto, que essa característica de conceber o Estado como um elemento maleável, passível de ser alterado ou suprimido, presente nos escritos de Marx insere-se numa tendência verificada entre os escritores do século XIX de considerar a esfera da política – o Estado – como sendo condicionada, ou, secundária, em relação à esfera dos fenômenos socioeconômicos: “Marx participa desse movimento geral; também ele considera que a política e o Estado são fenômenos secundários, com relação ao que acontece na sociedade” (1999, p. 132). E, assim, acaba por apresentar o poder político como sendo uma consequência dos conflitos econômicos e sociais. Em outras palavras, a superação da sociedade cujo modo de produção é capitalista (esfera econômica) irá condicionar o Estado (esfera política) a seu fim.

As próprias questões envolvendo o fenômeno do nacionalismo também encontram certas incongruências entre o projeto político descrito por Marx e Engels em *O manifesto do partido comunista* e o que apresenta o rumo histórico da sociedade internacional. A essa discussão, ressalta-se que um dos únicos pontos de distinção entre os comunistas e os outros partidos operários seria justamente a ideia de que “nas diversas lutas nacionais dos proletários, [os comunistas] destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade” (MARX; ENGELS, 1998, p. 51). Em seguida, ao construírem uma defesa das alegações de que os comunistas visavam abolir a pátria e a nacionalidade, afirmam:

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como, porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e elevar-se a classe dirigente da nação, **tornar-se ele próprio nação, ele é, nessa medida, nacional, mas de modo nenhum do sentido burguês da palavra** (MARX; ENGELS, 1998, p. 56, grifo do autor).

Assim, rejeitam a tese de que os operários seriam passíveis de possuir qualquer identificação com a pátria, nos moldes burguês do termo, para apresentar uma nova espécie de nacionalismo: na sociedade ulterior ao capitalismo, proposta pelos autores, os proletários, ao superarem as estruturas do poder político estatal, tornar-se-iam sua própria nação. Com efeito, contrariamente ao que esperavam Marx e Engels, o curso da história demonstrou que os trabalhadores ficaram praticamente desarmados, mostrando pouca ou nenhuma resistência perante o apelo nacionalista,

essa força que os fundadores do movimento comunista internacional haviam subestimado (BORON, 2000). Nesse sentido, ainda que não se negue o caráter burguês e ideológico do Estado-nação, e que sua influência sobre os operários seja produto de um hiato entre sua condição de proletário e seu momento de tomada de consciência de classe³², é observável a força e o apelo que o nacionalismo exerce na manutenção do *status quo*.

A problemática do Estado e da nação em Karl Marx segue sendo um tema em aberto, com múltiplas interpretações e leituras. No entanto, o esforço mais comum observado entre os teóricos marxistas contemporâneos – como em Benner (1995) – é o da construção de uma literatura que consiga conciliar os preceitos de Marx e Engels sobre a nação enquanto produto burguês, que oferece unidade político-ideológica às estruturas do sistema capitalista e cuja existência, num primeiro momento, e superação, na sequência, são condições *sine qua non* para o surgimento da sociedade ulterior ao capitalismo; ao mesmo tempo em que procura-se evitar excessivas reificações sobre este cenário que apresenta-se cada vez menos provável empiricamente, em razão, por parte, da consolidada força do nacionalismo enquanto fenômeno de identificação e lealdade do indivíduo para com o seu Estado-nação, identificado em diversos níveis de complexidade.

Já voltando-se para a teoria social contemporânea, um autor que elaborou importantes reflexões sobre o nacionalismo ao longo de todo o século XX foi Norbert Elias. O sociólogo alemão compreende a nação como sendo uma, entre outras, figuração social. Ele atribui às “ideologias nacionais” a função de oferecer maior coesão às sociedades modernas e a seus membros, oferecendo a estes uma sensação de pertencimento (ELIAS, 1994). Servem como garantia de coesão interna e defesa externa: “essas ideologias ajudam a unir os membros de um Estado e a fazê-los cerrar fileiras quando há ameaça de perigo; por outro, servem para atizar o fogo do conflito e da tensão entre as nações, e para manter vivos, ou até aumentar, os perigos que as nações procuram afastar com sua ajuda” (ELIAS, 1994, p. 61).

Elias tem na consolidação do Estado-nação – e na propagação das ideologias nacionais – e sua capacidade de substituir, em maior ou menor medida, outros núcleos coletivos (como a família) em sua função de proteção e acolhimento dos indivíduos,

³² A consciência de classe ocorre quando um grupo tome consciência sobre sua “unidade e sentimento de separação das outras classes sociais” gerando eventualmente um “sentimento de hostilidade em relação às outras classes sociais (ARON, 1999, p. 168).

um importante ponto de inflexão em sua teoria sobre a relação positiva entre o avanço do processo civilizacional e o aumento do grau de individualidade observado nas sociedades ocidentais; além de se tratar de um dos elementos mais característicos de toda a elaboração do pensamento sociológico elisiano. O autor deixa explícita essa ideia ao afirmar que “Por mais forte que tenha sido o avanço da individualização nos últimos tempos, a verdade é que, em relação ao plano do Estado nacional, a identidade-nós fortaleceu-se” (*Idem*, p. 140). Em seguida, Elias discorre sobre como o “caráter nacional” tornou-se um dos – ou, talvez, o – mais arraigados *habitus* observável nas sociedades modernas:

Olhando mais de perto, constata-se que os traços da identidade grupal nacional – aquilo a que chamamos de ‘caráter nacional’ – constituem uma camada do *habitus* social engastada muito profunda e firmemente na estrutura da personalidade do indivíduo.

O *habitus* social, e portanto a camada desse *habitus* que constitui o caráter nacional, certamente não é um enigma. Como formação social, ela é, à semelhança da língua, sólida e firme, mas também é flexível e está longe de ser imutável (ELIAS, 1994, p. 140).

Ainda que reconheça a existência de “aspectos estruturais inquestionáveis do atual estágio do desenvolvimento da humanidade que vão de encontro à soberania nacional e tendem cada vez mais a limitá-la” (*Idem*, p. 148), Elias não considera a formação de blocos supranacionais como forças substituintes dos Estados nacionais, no horizonte do processo civilizacional. O autor afirma que, dada a importância e o peso que possui o vínculo emocional dos indivíduos para com seu Estado-nação no que tange à formação de sua identidade-nós e, conseqüentemente, do *habitus* daquela sociedade, dificilmente observaremos um cenário futuro onde os Estados sejam substituídos por uma estrutura pós-nacional³³. Em suas próprias palavras,

[...] o *habitus* social pertinente ao Estado nacional e a imagem-do-nós e o ideal-do-nós a eles associados têm um sentido próprio. Isso lhes confere uma durabilidade que consegue impedi-los de continuarem a se desenvolver no mesmo ritmo do desenvolvimento social, em direção a um nível mais elevado de integração (ELIAS, 1994, p. 147).

Elias volta a reconhecer o peso que exerce o nacionalismo na constituição do *habitus* ao afirmar que o esse último está condicionado ao número de camadas interligadas possíveis de existência em sua sociedade (ocupação profissional e classe

³³ O sociólogo alemão demonstra a preocupação em afirmar que esses elementos emocionais e afetivos, apesar de comumente serem tomados como dados, não podem ser desconsiderados e descartados “por acordos, por atos de vontade ou pelo que se costuma entender como meios racionais” (ELIAS, 1994, p. 147).

social, por exemplo), e que esses planos interligados existem em maior quantidade em sociedades mais complexas e diversificadas: as sociedades modernas. Interessante, contudo, é notar que o autor destaca a que seria talvez a mais proeminente camada de significação presente nas sociedades modernas: “Trata-se da camada característica da filiação a determinado grupo social de sobrevivência, como por exemplo uma tribo ou nação. Nos membros das sociedades no estágio desenvolvutivo dos Estados modernos, isso é designado pela expressão ‘caráter nacional’” (*Idem*, p 123).

Avançando nas discussões sobre o nacionalismo, uma das categorias analíticas mais recorrentes é a que a distingue entre o nacionalismo cívico e o nacionalismo étnico. Entretanto, de início, faz-se necessário ressaltar que tal categorização é nebulosa e suas fronteiras não são empiricamente verificadas, em sua totalidade. Calhoun (2008) compreende o nacionalismo cívico como sendo uma forma de lealdade dos indivíduos a um Estado baseada somente em sua identidade e cultura política, oferecendo a possibilidade de que os cidadãos optem livremente por adotar determinada identificação nacional, como no caso da assimilação de imigrantes a esses Estados.

Dessa forma, “as nações cívicas podem, em princípio estar abertas para qualquer um que concorde em obedecer a suas leis. A cidadania no Estado é vista como uma participação primordial, mais do que prévia, num grupo de descendência ou numa tradição cultural” (*Ibid*, p. 57). As nações cívicas, portanto, estão mais relacionadas à ideia de participação política, cidadania, e respeito pelas leis, normas e instituições de um Estado. O nacionalismo cívico costuma ser articulado com o discurso de pátria, patriotismo, civilidade. Remete à modernidade, à liberdade e a valores ocidentalizados.

A atribuição da categoria étnica para descrever um modelo de nação, por outro lado, está vinculada à percepção de uma descendência biológica e/ou cultural que não pode ser adotada por *outsiders*, somente herdadas (CALHOUN, 2008). A retórica étnica está frequentemente relacionada a um apelo e exaltação do passado pois,

A redescoberta do passado étnico fornece memórias vitais, valores, símbolos e mitos sem os quais o nacionalismo seria impotente. Mas esses mitos, símbolos, valores e memórias possuem ressonância popular porque são baseados em tradições vivas do povo (ou segmentos dele) que servem tanto

para uni-los quanto para diferenciá-los de seus vizinhos (SMITH, 1998, p. 45-46, tradução do autor³⁴).

A noção de comunidades nacionais étnicas é poderosa pois fornece um senso de familiaridade e proximidade entre os cidadãos que se estende no tempo e no território do Estado, avançando por gerações e localidades: a ideia de proximidade entre cidadãos ligados a uma pátria, cujo passado comum é grandioso e contém as origens míticas de sua formação, é o que oferece as bases para a construção de identidades nacionais em diversas nações modernas (SMITH, 1998). O nacionalismo étnico encontra suas raízes identitárias na crença da existência de uma comunidade “pré-política – a nação – que alcança a subjetividade política graças ao Estado” (CALHOUN, 2008, p. 56). Calhoun também alerta para a relação existente entre o nacionalismo étnico e a violência étnica, bem como a projetos de purificação étnica.

A defesa da ideia de que a nação seria uma parte natural da vida humana, assim como são alguns traços biológicos, como a fala e a visão, é referida, na literatura de nacionalismo, sob o conceito de “primordialismo”. Essa abordagem vê a nação como algo existente desde um passado imemorial, irrecuperável e, portanto, dado. O traço comum³⁵ a todos os autores primordialistas seria a crença na naturalidade e antiguidade da nação (ÖZKIRIMLI, 2010). Geertz (1993) descreve o primordialismo como sendo relacionada à fatalidade de pertencer a determinada comunidade linguística e religiosa, cujas relações são caracterizadas por contiguidade imediata e ascendência parentesca e cujos códigos culturais são capazes de exercer coerção em seus membros.

A essa referência a mitos, símbolos e memórias que remetem a um nacionalismo étnico, Smith (1991) acrescenta que eles não necessariamente se expressam ou se expressarão, futuramente, em um Estado, de fato; são, primeiro, categorias distintas dos contornos estatais puramente legais e burocráticos. Ainda, a constante reafirmação de que determinada nação existe desde um passado irrecuperável pela memória racional e individual ou que suas tradições, valores e símbolos foram transmitidos de forma intacta desde seus heróis fundadores, é uma

³⁴ No original: “*The rediscovery of the ethnic past furnishes vital memories, values, symbols and myths, without which nationalism would be powerless. But these myths, symbols, values and memories have popular resonance because they are founded on living traditions of the people (or segments thereof) which serve both to unite and to differentiate them from their neighbours*” (SMITH, 1998, p. 45-46).

³⁵ Ainda que todos pertençam ao primordialismo, Özkirimli (2010) elabora quatro subcategorias para diferenciar os autores e interpretações pertencentes a essa corrente: o primordialismo nacionalista, o primordialismo sociobiológico, o primordialismo culturalista e o primordialismo perenialista.

ferramenta ideologicamente estratégica na difusão da narrativa nacional que se pretende difundir (CALHOUN, 2008). Sobre tal problemática, existem linhas de pesquisa que ressaltam “a manipulação dos sentimentos populares pela produção mais ou menos cínica da cultura nacional por parte dos intelectuais e das elites formadoras do Estado” (*Ibid*, p. 62).

Como afirmado acima, as categorias cívico e étnica para distinguir naturezas de nacionalismos, são imprecisas e esbarram em limites conceituais difusos entre si. Para tanto, Smith sugere uma espécie de conciliação ao afirmar que “a nação assimila dois conjuntos de dimensões, uma cívica e territorial e outra étnica e genealógica, em proporções variadas e em casos distintos” (1991, p. 15, tradução do autor³⁶).

De acordo Özkırmılı (2010), o intervalo entre os anos de 1945 e 1989 corresponde ao período mais intenso e prolífico nas pesquisas e publicações sobre nacionalismo, resultando em perspectivas mais diversificadas e contando com uma contribuição multidisciplinar. Nas primeiras décadas desse período, uma abordagem se destacou no estudo e compreensão do nacionalismo, ainda segundo o autor: a das teorias da modernização. Sob uma ótica funcionalista, essas teorias buscavam relacionar o nacionalismo com o contexto de ruptura da organização tradicional de sociedades pré-modernas em direção à modernização, enfatizando sua capacidade de prover um senso de coletividade em larga escala, operando como um mecanismo de reintegração e padronização cultural e institucional.

As teorias da modernização depositam grande peso e influência no papel dos mecanismos de comunicação na consolidação de uma nação, agregando constantemente seus indivíduos por meio da exposição às mesmas notícias, imagens, símbolos, literatura, entre outros. Özkırmılı (2010), entretanto, alerta para o caráter eurocêntrico da perspectiva funcionalista das teorias da modernização, uma vez que tendem a partir de experiências ocidentais, notadamente europeias, para reificar os conceitos de “tradição” e “modernidade”, esperando que esse modelo de desenvolvimento se replique em sociedades nacionais de outras regiões.

³⁶ No original: “Conceptually, the nation has come to blend two sets of dimensions, the one civic and territorial, the other ethnic and genealogical, in varying proportions in particular cases” (SMITH, 1991, p. 15).

2.3. NACIONALISMO E PATRIOTISMO COMO ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

O nacionalismo, sobretudo o nacionalismo de verniz cívico, praticamente indistinguível do universo linguístico e simbólico do patriotismo, são ideologias políticas de alta capacidade de mobilização política e, por isso, comumente explorado por candidatos à (re)eleição. Ainda que políticos possam divergir sobre temas de outra natureza, não há como imaginar que algum deles se colocaria contrário às crenças patrióticas na construção de sua candidatura. Isso ocorre porque o nacionalismo nos termos cívicos, ou seja, o patriotismo, pode ser enquadrado naquilo que Bélanger e Meguid (2008) denominam de *valence issues*: pautas políticas que, quando colocadas em debate, gozam de consenso entre os atores quanto a sua necessidade e seu fim, ainda que possam discordar quanto aos meios de alcançá-las. Assim como o combate ao crime e a necessidade de reduzir o desemprego, por exemplo, a defesa de valores patrióticos – mesmo que seja apenas um recurso retórico, ou que não se concorde em como reverter essa postura em políticas concretas – tende a ser uma variável dada.

Assumindo o patriotismo como um valor de elevada legitimidade popular, sob o qual existe um grande apelo de união, coesão e homogeneidade na defesa do interesse comum – a garantia de continuidade da existência da pátria tal como ela é representada nos termos patrióticos – é esperado que candidatos e candidatas em disputas eleitorais, sobretudo as de cargos federais, busquem construir um discurso político alinhado, mesmo que tangencialmente, a ele. Durante períodos eleitorais, cores, símbolos, discursos, slogans e posturas que remetam à pátria e ao que é retratado como pertencente ao universo do patriotismo em cada Estado, tornam-se abundantes entre candidatos e apoiadores de diversas posições do espectro político. Nessa lógica, a candidatura capaz de melhor cooptar e se colocar como representante da simbologia e do discurso patriótico, poderá contar com uma vantagem relativa na corrida eleitoral.

O nacionalismo como uma formação discursiva, teoria desenvolvida por Calhoun (1997), é especialmente útil para se pensar na relação entre mobilização política e nação. O autor expressa que “as nações são constituídas em grande parte pelas próprias reivindicações, pela maneira de falar, pensar e agir que se baseia nesses tipos de reivindicações para produzir identidade coletiva, mobilizar pessoas para projetos coletivos e avaliar povos e práticas” (CALHOUN, 1997, p. 05, tradução

do autor³⁷). Para ele, as nações não podem ser definidas de maneira rígida e objetiva pois elas são, antes de mais nada, as próprias reivindicações que se fazem em seu nome. Logo, quem está na posição de fazer reivindicações sobre a nação e, por conseguinte, defini-la, é a elite política do Estado.

O discurso do nacionalismo está associado à “produção de uma compreensão cultural e retórica que leva as pessoas a pensarem e enquadrarem suas aspirações em termos da ideia de nação e identidade nacional e à produção de versões particulares do pensamento e da linguagem em tradições e configurações próprias (CALHOUN, 1997, p. 06, tradução do autor³⁸). A produção desse alinhamento entre aspirações populares e aspirações nacionais é construída de forma contínua em discursos midiáticos, na literatura, na música, e, principalmente, através da demarcação retórica de lideranças políticas.

Entre as principais características desse discurso nacionalista estão: 1) indivisibilidade da nação; 2) soberania da nação; 3) noção ascendente de legitimidade – governo é legítimo apenas quando apoiado pela vontade popular ou enquanto serve aos interesses da “nação” ou do “povo”; 4) população mobilizada com base em sua filiação nacional – seja para eventos bélicos ou civis; 5) ligação cultural – algum grau de compartilhamento de crenças e valores entre a população; 6) profundidade temporal – a nação, tal como é representada, existindo há anos, de modo que sua origem se perde na história (CALHOUN, 1997). Nenhuma dessas características é absoluta e presente em todo discurso nacionalista, mas são, antes, um conjunto de retóricas acionadas quando se pretende mobilizar politicamente uma população.

A terceira característica acima elencada, referente à legitimidade governamental ser possível apenas enquanto se representa o *interesse da nação*³⁹, ilustra a importância, para partidos e candidatos disputando cargos federais, de se posicionarem retoricamente como defensores da pátria e de valores patrióticos. Sua função é dupla: confere ao governo a legitimidade que o garante como representante

³⁷ No original: “[...] nations are constituted largely by the claims themselves, by the way of talking and thinking and acting that relies on these sorts of claims to produce collective identity, to mobilize people for collective projects, and to evaluate peoples and practices” (CALHOUN, 1997, p. 05).

³⁸ No original: “[...] the production of a cultural understanding and rhetoric which leads people throughout the world to think and frame their aspirations in terms of the idea of nation and national identity, and the production of particular versions of nationalist thought and language in particular settings and traditions” (CALHOUN, 1997, p. 06).

³⁹ Ainda que a ideia de “interesse da nação” seja problemática e possa funcionar de maneira relacional, de acordo com contextos e disputas de poder próprias, nos discursos nacionalistas ela tende a ser empregada como um valor definitivo, bem delineado, acrítico e intransigente.

institucional, nos termos do discurso nacionalista, ao mesmo tempo em que retrata a população nacional como unificada e homogênea perante as aspirações da pátria, condição necessária para própria manutenção da estabilidade e da reprodução social dos Estados-nação.

A despeito de o nacionalismo civil, caracterizado e retratado como patriotismo, ser um instrumento de mobilização política de primeira ordem, o nacionalismo étnico também possui capacidade de gerar engajamento e, portanto, também pode ser utilizado de maneira instrumentalista na construção de discursos e identidades políticas. Calhoun (2008) argumenta que as narrativas nacionalistas de caráter etnocêntricas visam conceber uma fundamentação mitológica para a formação daquela nação, muitas vezes recorrendo a um passado épico, irrecuperável e desalinhado com as noções de tempo e modernidade: “É sem a menor dúvida ideologicamente eficaz afirmar que a nação existe desde os tempos imemoriais ou que suas tradições foram transmitidas intactas desde seus heroicos fundadores” (CALHOUN, 2008, p. 62).

Ao pretender construir um senso de excepcionalidade e singularidade à nação, essas narrativas servem de instrumento para manipulação popular através de uma “produção mais ou menos cínica da cultura nacional por parte de intelectuais e das elites formadoras do Estado” (*Idem*, p. 62). Essa retórica nacionalista pode assumir contornos violentos na disputa por representação e reconhecimento de identidades minoritárias dentro de um país, justificando, no limite, políticas de segregação racial, limpeza étnica e xenofobia. Apesar de sua potencialidade violenta, permanece sendo estrategicamente utilizada na construção de discursos políticos que pretendem falar em nome da nação.

No Brasil, afirma Alonso (2019), os signos da nação e da pátria vêm sendo historicamente utilizados para conferir identidade à candidatos, grupos, discursos e movimentos políticos da esquerda (como no caso das Diretas Já) e da direita (a exemplo dos regimes do Estado Novo, de 1937 a 1946, e da ditadura militar, de 1964 a 1985). Os dois períodos institucionalmente autoritários da história do Brasil, acima citados, são especialmente ligados ao uso do nacionalismo como recurso de mobilização política, pois a eficácia simbólica da reprodução dos hinos e símbolos nacionais e dos rituais patrióticos é ainda mais evidente em governos autoritários e ditatoriais: “era nessas horas que a pátria ganhava um sentido palpável e reconhecível por e para todos” (SCHWARCZ, 2019, p. 141).

De acordo com DaMatta (1997), “rituais” seriam momentos em que elementos da sociedade são manipulados de modo a projetar, salientar ou distorcer determinadas vertentes do cotidiano, dando asas e inventando um plano social próprio. Para o autor, as comemorações do Dia da Pátria, na data da independência, seriam um dos rituais considerados nacionais: aqueles em que a comunidade nacional se orienta, de maneira sincronizada e integral, para celebrá-lo. Se trata, portanto, de um ritual “totalmente orientado *para dentro* da sociedade brasileira, quando se destaca aquilo que é especificamente brasileiro: a bandeira nacional, as cores nacionais, o hino nacional, as autoridades máximos do país, a língua nacional e o poder nacional” (DAMATTA, 1997, p. 67, grifo do original).

Recuperando o argumento de que os rituais patrióticos, como os do Dia da Pátria, são eventos dotados de alto teor emocional e legitimidade popular, e explorados mais intensamente por governos autoritários, Schwarcz (2019) afirma que no Estado Novo já havia a preocupação de instaurar um sistema educacional no qual rituais patrióticos, como desfiles cívicos acompanhado de hinos e referências ao presidente, fossem recorrentes, numa tentativa de incutir a imagem de Getúlio Vargas como o “pai da nação”. A autora coloca que, naquele período,

os rituais e patriotismo, amplamente apoiados por Getúlio Vargas, dialogavam com demais regimes populistas e autoritários vigentes nesse mesmo momento, imprimindo um modelo de educação que primava pela exaltação de um passado inexistente, entoado a partir de hinos cantados coletivamente pelos estudantes (SCHWARCZ, 2019, p. 141).

Os anos em que o regime ditatorial militar vigorou no Brasil também foram marcados pelo uso político dos símbolos nacionais como estratégia de mobilização política, na tentativa de posicionar a ditadura e os militares como legítimos representantes do interesse comum da nação – quando, na verdade, representavam apenas o interesse do governo militar. Essa estratégia pode ser percebida, inclusive, em *slogans*, propagandas e cartazes ufanistas que se popularizaram naquele período, como “Quem não vive para servir ao país, não serve para viver no Brasil”, ou “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Observa-se a intenção de produzir uma espécie de vinculação necessária entre o que se entende por “Brasil” e o que se entende por “ditadura militar”, de modo que o primeiro é esvaziado de significado se separado do segundo.

A utilização da propaganda política com viés nacionalista pode ser verificada num dos primeiros atos de Médici, ao assumir a presidência em 1969: o militar reformulou a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), órgão que

administrava as atividades de comunicação do regime, para difundir a ideologia do governo e praticar medidas de censura. Conforme Schwarcz e Starling (2015, p. 454), “As peças [da Aerp] falavam em otimismo, orgulho e grandeza nacional; celebravam a diversidade e a integração racial brasileira” por meio de intensa propaganda política. A prática de vender a ideologia nacionalista militar foi apoiada pela censura, que visava frear a circulação do material cultural produzido pela oposição, facilitando os caminhos para “manipular os mecanismos de memória e interpretação da realidade nacional” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 464).

Ainda que o emprego do discurso e dos signos nacionalistas, como foi mencionado, não seja uma particularidade de governos autoritários ou à direita, a partir da segunda década do século XXI, no Brasil e em outros países, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, nota-se um desalinhamento na relação entre organizações e partidos políticos da esquerda e a simbologia nacional: grupos da direita e extrema direita têm se mostrado mais capazes de mobilizar populações através de elementos que remetem à ideia de patriotismo (STUENKEL, 2019). Seu resultado é estratégico: “permite uma suposta divisão da população entre patriotas de um lado, e inimigos da pátria de outro” (*Idem*, n.p).

A campanha presidencial de Jair Bolsonaro, nesse sentido, construiu sua estratégia de mobilização popular baseada no binarismo simples entre patriotas (seus eleitores e apoiadores), de um lado, e os inimigos da pátria (seus opositores), de outro. Sob o guarda-chuva conceitual das noções de pátria e patriotismo, como se sabe, residiram outras camadas de interesse e identificação social, como a comunidade econômica neoliberal e a comunidade moral conservadora e evangélica, aglutinando-se e interagindo de forma a conceder ao bolsonarismo seu conteúdo – moralmente conservador e punitivista e economicamente neoliberal – e sua forma – patriota.

Esse binarismo terminou por conceber a “pátria como negação de classe: Em vez de estratificação, homogeneidade. Nada separaria ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, senão talento e esforço” (ALONSO, 2019, p. 54). Aqui, raça, gênero e classe social ficam subordinadas ao marcador social mais importante, que confere ao bolsonarismo uma espécie de base identitária comum, o patriotismo. No entanto, como alerta Maia (2017, p. 110), “Essa construção identitária se apresenta bastante problemática no caso de Estados cuja população foi armada por influxos demográficos diversos, por diferentes populações diaspóricas, como é o caso do Brasil” pois desdobra-se em implicações práticas danosas, como, por exemplo, no

apagamento do enfrentamento ao racismo, à violência étnica e de gênero, ou às desigualdades socioeconômicas⁴⁰.

2.4 REDESCOBRIMENTO DO NACIONALISMO? O CASO DO ATUAL NACIONALISMO POPULISTA E AUTORITÁRIO

Acontecimentos políticos disruptivos da segunda década do século XX, especialmente a partir de sua segunda metade, levaram ao centro da agenda da pesquisa social internacional discussões sobre crise da democracia liberal (CASTELLS, 2018) e do neoliberalismo progressista (BROWN, 2019), bem como sobre o possível ressurgimento da influência do nacionalismo – com contornos populistas e autoritários – em governos e parlamentos de países centrais para a organização da ordem internacional (EATWELL; GOODWIN, 2020), incluindo o Brasil (SCHWARCZ, 2019). Deste modo, a percepção de que o sistema democrático liberal em diversas regiões do globo enfrenta perturbações com a ascensão de líderes, partidos e organizações políticas que questionam sua legitimidade através de retóricas nacionalistas, autoritárias, populistas e protecionistas, é generalizada.

As análises costumam retratar, de maneira focalizada, a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e o referendo britânico que culminou na saída do Reino Unido da União Europeia (evento conhecido como Brexit), ambos ocorridos em 2016. Trump e Brexit são, de fato, exemplos que demonstram como dois dos principais países financiadores do ordenamento internacional dominante desde o fim da Guerra Fria, baseado em valores democráticos liberais, no livre comércio, na formação e consolidação de blocos de negociação multilaterais e na confiança quanto aos efeitos da globalização, parecem ter colocado em cheque o desejo de mantê-la.

No entanto, outros países também presenciaram abalos na confiança e na estabilidade de seus respectivos regimes democráticos através da ascensão nacionalista ao poder. Para citar apenas casos em que líderes do grupo denominado por Eatwell e Goodwin (2020) de *nacional-populistas*⁴¹ chegaram ao poder executivo

⁴⁰ Sobre a problemática da mobilização nacionalista e as relações domésticas envolvendo classe, raça e gênero, Castells, discorrendo sobre o caso do nacionalismo escocês no contexto de votação pelo Brexit, adiciona que, em situações de mobilizações de cunho nacionalista, “a nação prevalece sobre a classe na definição do projeto político” (2018, p. 67).

⁴¹ O termo é utilizado como uma forma resumida de referência aos líderes e movimentos políticos retratados aqui. Para os autores, é a combinação de duas ideologias que englobam suas estratégias de mobilização: o populismo e o nacionalismo. “Os nacional-populistas priorizam a cultura e os

em seus países na última década⁴², temos Viktor Órban, primeiro-ministro húngaro desde 2010, Narendra Modi, primeiro-ministro indiano desde 2014, Recep Tayyip Erdoğan, presidente turco desde 2014, Rodrigo Duterte, presidente filipino desde 2016, além do já citado Donald Trump, presidente estadunidense desde 2016 e do objeto de pesquisa do presente estudo, Jair Bolsonaro e sua eleição à presidência brasileira em 2018.

Apesar de serem costumeiramente agrupados como representantes de uma mesma categoria de políticos autoritários, é preciso reconhecer que se trata de um grupo fundamentalmente heterogêneo e que cada país remonta a uma conjuntura específica. Contudo, o reconhecimento dessa heterogeneidade não nos impede de estabelecer relações e buscar semelhanças entre suas estratégias e discursos políticos. Nesse sentido, a retórica nacionalista e populista recursivamente empregada ao longo de suas trajetórias parecem indicar um fio condutor profícuo para compreendê-los e compreender sua relação com a tese de que a ideologia nacionalista estaria novamente balizando os rumos da política internacional e ameaçando a estabilidade da democracia liberal.

Para compreender a razão por trás do argumento de que o nacionalismo, como ideologia política com alta capacidade de mobilização, havia, então, “ressurgido” através dos nacional-populistas contemporâneos, recorreremos àquilo que Billig (1995) caracterizou como o hábito de *projetar* e *naturalizar* as teorias do nacionalismo. Segundo ele, ficamos condicionados a perceber o nacionalismo como um fenômeno atípico, excepcional e beligerante; ou, ainda, a sequer considerá-lo em nossas análises, atrelando-o exclusivamente às guerras do século XX. Apliquemos tal proposição teórica no contexto da década de 1990, nos anos que se seguiram a partir do fim da Guerra Fria, em que houve, sobretudo nos países ocidentalizados, a sensação de que a difusão mundial das democracias liberais globalizadas e da hegemonia do capitalismo como modelo de organização econômica seriam processos

interesses da nação e prometem da voz a pessoas que se sentem negligenciadas e mesmo desprezadas por elites distantes e amiúde corruptas” (EATWELL; GOODWIN, 2020, p. 09).

⁴² Para além dos países em que líderes nacional-populistas assumiram o poder, Castells (2018) elenca outros casos para ilustrar seu argumento de que a democracia liberal representativa passa por um colapso gradual em todas as regiões do planeta. O autor cita, entre outros, o México e seu problema histórico com o narcotráfico, a Coreia do Sul e a destituição da então presidente Park Geun-hye, acusada de práticas corruptas e ocultistas, a França que presenciou a candidata de extrema-direita Marine Le Pen chegar ao segundo turno das eleições presidenciais em 2017, e os casos de Polônia, Noruega e Finlândia, em que partidos xenófobos chegaram ao governo, sozinhos ou através de coalisões.

irreversíveis. Logo, uma vez que os eventos políticos ocorridos durante a década de 2010 apresentam-se como distúrbios na ordem mundial liberal ocorridos pela ascensão de líderes nacionalistas, populistas e autoritários, ganha espaço o argumento de que o nacionalismo, então, ressurgiu como força política.

O nacionalismo, entretanto, ao longo de nossa história contemporânea, nunca deixou de existir como ideologia influente para a organização política doméstica e internacional. O que ocorre, segundo Maia (2019), é que o período de instabilidade internacional que atravessamos, serve um cenário ideal para as mobilizações de cunho nacionalista, visto que elas oferecerão respostas simplificadas às problemáticas de alta complexidade que da crise derivam e que também a alimentam. A autora segue:

[...] o conteúdo dos nacionalismos é sempre contextual – ele reage especificamente aos problemas e questões do momento específico no qual ele está agindo, orientado sempre pela sua estrutura básica expressa na tríade unidade-identidade-autonomia. Desde 2016, o que temos enfrentado, nitidamente, **é uma articulação antiglobalização**, que identifica na livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas a causa primeira dos problemas enfrentados domesticamente, sejam eles desemprego, inflação, segurança pública, ou terrorismo (MAIA, 2019, p. 226, grifo do autor).

A ocorrência dos nacionalismos populistas e autoritários também é percebida pela comunidade acadêmica institucionalizada. O 26º Congresso Mundial de Ciência Política, a ser realizado em 2021, terá como tema do evento a discussão sobre “Novos nacionalismos em um mundo aberto”⁴³. A motivação pela escolha do tema reside no pressuposto de que presenciamos, em diversos Estados, a ascensão de líderes que esposam uma modalidade de nacionalismo com tendências populistas e autoritárias, suficientemente salientes para que seja considerado distinto de sua versão clássica, surgida no século XIX na Europa (IPSA, 2020).

Ainda que reconheça a já mencionada heterogeneidade no grupo de líderes nacional-populistas, bem como salvaguardando seus contextos domésticos, o Congresso afirma que a similaridade de seus discursos políticos aponta para a evidência de um novo fenômeno nacionalista global. A extensiva utilização de referências nacionais e especificidades culturais e étnicas em suas retóricas políticas, a posição reticente quanto aos efeitos da globalização e da integração regional para a soberania do Estado, a hostilidade com a presença de imigrantes e a desconfiança

⁴³ O tema do Congresso pode ser verificado em detalhes em: <https://wc2021.ipso.org/wc/congress-theme>. Acesso em 12 set. 2020.

de que a comunidade nacional perderia seus traços identitários caso cedesse o controle simbólico das fronteiras às elites financeiras e políticas internacionais, são o que, segundo o Congresso, uniriam líderes como Vladimir Putin, na Rússia, além dos já citados casos de Donald Trump, Viktor Órban, Recep Tayyip Erdoğan, Rodrigo Duterte, e Jair Bolsonaro (IPSA, 2020).

Analisando a crise da democracia liberal e do neoliberalismo, bem como a ascensão dos líderes nacional-populistas dessa década, Brown (2019, p. 09) oferece uma classificação inicial que apresenta a simbiose de elementos, valores e interesses presentes naquilo que a autora denomina de “forças da extrema direita” e que pode ser útil para a melhor compreensão do fenômeno estudado aqui. A autora menciona como o nacionalismo populista contemporâneo foi assimilado ao mesmo tempo em que assimila elementos clássicos do neoliberalismo, gerando uma força social que, a priori, poderia ser antagônica em sua natureza:

Estas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais) (BROWN, 2019, p. 10).

Schwarcz (2019, p. 225) considera que esses líderes autoritários, alguns ascendentes e outros já consolidados, apresentam a tendência de tentar “criar a *sua* própria história – voltar ao passado buscando uma narrativa mítica, laudatória e sem preocupação com o cotejo de fatos e dados”, um passado nacional em que a prosperidade e a grandeza da nação eram a regra. Com a exceção de que esse passado glorioso, na verdade, nunca existiu para além das narrativas políticas. Para a autora (*Idem*), o ultranacionalismo religioso, cultural e étnico, a necessidade de um líder messiânico e carismático, capaz de responder por todos, e a naturalização de certos grupos nacionais em detrimento de determinadas minorias – que acabam sendo transformadas em estrangeiros em seu próprio Estado – são as bases comuns desse movimento.

Para Castells (2018), os distúrbios observados na ordem democrática liberal e causados pelo avanço das redes globalizadas, relacionam-se com uma crise de legitimidade nos Estados-nação, que se veem em tensão entre o cosmopolita e o nacional. Os Estados nacionais, ao mesmo tempo em que estão intrinsecamente atrelados à esfera identitária da nação, precisam compor a sociedade das redes

globalizadas – cujo traço identitário seria representado pela homogeneização das idiosincrasias locais –, transcendendo interesses que seriam exclusivos de seus cidadãos para atender a interesses de elites e instituições transnacionais. A tentativa de gestão entre tais forças contraditórias, termina por causar nos Estados-nação uma “profunda crise de legitimidade” (*Idem*, p. 94).

O argumento de que os líderes nacional-populistas e autoritários pertencem a uma articulação antiglobalização é encontrado também em outros autores (EATWELL; GOODWIN, 2020). Em comum, as análises associam os movimentos nacionalistas e autoritários contemporâneos ao discurso contrário à globalização pois, no limite, esta seria responsável pelo apagamento de identidades locais, regionais e, especialmente, nacionais – ponto sensível e compartilhado entre os líderes desse grupo. As críticas direcionadas aos supostos efeitos danosos da globalização na relação identitária entre o cidadão e sua nação, constituem um dos principais pontos de convergência entre os nacional-populistas, bem como ajudam a justificar sua necessidade de atuação. Sobre isso, Castells (2018, p. 37) pontua: “O temor da globalização incita buscar refúgio na nação. O medo do terrorismo predispõe a invocar a proteção do Estado. O multiculturalismo e a imigração, dimensões essenciais da globalização induzem o chamamento à comunidade identitária”.

Eatwell e Goodwin (2020) afirmam que o nacionalismo populista e autoritário dialoga e oferece afago a eleitores que

São motivados pelo profundo desejo de trazer de volta à agenda um conjunto mais amplo de valores e retomar sua voz: reafirmar a primazia da nação sobre organizações internacionais distantes e não responsabilizáveis; **reafirmar identidades nacionais amadas e enraizadas** contra identidades transnacionais difusas e sem raízes [...] (EATWELL; GOODWIN, 2020, p. 31, grifo do autor).

A construção da narrativa nacional-populista, dessa forma, está primariamente apoiada “em alegações sobre o declínio e a destruição nacional” (*Idem*, p. 65) causadas pelo avanço dos efeitos da globalização na percepção da vida cotidiana, como o aumento dos fluxos migratórios, a mudança na composição étnica e religiosa dos países ocidentais e suas derivadas tensões culturais, políticas e econômicas. Eatwell e Goodwin (2020), inclusive, mencionam que o embate causado pelos efeitos supracitados da globalização no imaginário do coletivo nacional tem mobilizado e incentivado uma política de medo, focada nas ameaças culturais que avançariam sobre as identidades nacionais tradicionais: “a ideia de que a imigração e a mudança

étnica criam um risco iminente para o caráter distintivo do grupo nacional, para seus valores, identidades e modos de vida” (*Idem*, p. 97).

A sensação material e subjetiva de transferência da soberania nacional às instituições políticas e econômicas internacionais é, dessa forma, instrumentalizada pelos nacional-populistas, que irão argumentar pela defesa do recrudescimento do Estado-nação em face do avanço da globalização. Apoiam-se, assim, numa estratégia de mobilização a partir do nacionalismo protecionista, na esfera econômica, e do nacionalismo populista e autoritário, na esfera política. Pretende-se recorrer à nação como única unidade política e identitária possível de representá-los contra as oligarquias econômicas globais, e à construção retórica de um “povo”⁴⁴ nacional alinhado com valores tidos como patrióticos e comprometido com o acirramento das fronteiras políticas, sociais, econômicas e, sobretudo, simbólicas entre a nação e o global. Portanto, o nacionalismo populista será considerado um denominador comum desse movimento conservador contemporâneo.

A vocalização dessas políticas não ocorre somente através da retórica nacionalista, mas a partir de sua combinação com a retórica populista. Os atores políticos deste nacional-populismo se valem de uma estratégia que visa retratá-los como verdadeiros representantes do “povo” e, portanto, gozando da legitimidade necessária para representá-lo. Sua retórica é construída a partir de três promessas principais: 1) a promessa de dar voz à vontade popular, fazendo com que o “povo”, outrora esquecido pelas elites locais e globais, seja ouvido e obedecido; 2) a promessa de pertencerem ao grupo de pessoas simples e comuns do cotidiano e, assim, unificando e personalizando o interesse popular; e 3) a promessa de combate constante às elites auto interessadas e corruptas, que governam de maneira distante da população (EATWELL; GOODWIN, 2020).

A análise dos efeitos da simbiose entre o nacionalismo e o populismo no Brasil de Bolsonaro, nos Estados Unidos de Trump, no Reino Unido do Brexit e em outros países, nos permite afirmar que seu resultado é uma força política com alta capacidade de mobilização, desfrutando de legitimidade popular suficiente para mover seus representantes ao centro do cenário político, especialmente em períodos de incertezas econômicas e sociais. Maia (2019) acrescenta que

⁴⁴ Ainda que se pretenda falar em nome de um “povo” nacional, Eatwell e Goodwin (2020, p. 77-78) afirmam que “a concepção que esses movimentos fazem do ‘povo’ que representam é vista como estrita, exclusivista e baseada na total rejeição da legitimidade de visões e grupos sociais alternativos”.

Essa é uma combinação bastante eficiente e explosiva em termos políticos – enquanto a ideologia populista se articula como antielitista, mobilizando politicamente “o povo” de maneira emocional, o nacionalismo fornece, em alguma medida, o conteúdo para essas afirmações, definindo e identificando contextualmente quem é “o povo”, e quem são as elites que ameaçam a nação (MAIA, 2019, p 227).

Bolsonaro, como se observou, é um dos líderes políticos pertencentes ao grupo de nacional-populistas contemporâneos. Sua comunicação e articulação política durante a campanha presidencial de 2018 se valeu intensamente de retóricas nacionalistas e populistas. Por seu apelo populista, conseguiu personificar determinadas demandas sociais específicas para então torná-las equivalentes e unificadas (SILVA, 2019). Ao instrumentalizar o nacionalismo populista, posou como o único representante legítimo não apenas do “povo”, como também da nação, tendo a possibilidade de conferir seu próprio conteúdo moralizante às duas categorias: o “povo” representado no cidadão de bem, e a defesa da nação representada pelos valores patrióticos e pelo combate às forças supostamente hegemônicas da globalização.

Assim, importa considerar que a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil é parte de uma articulação internacional de forças nacional-populistas, autoritárias e conservadoras que, como coloca Schwarcz (2019), testam a resiliência das instituições democráticas de seus países. Portanto, antes de adentrarmos nas especificidades contextuais da campanha presidencial de Bolsonaro, demonstrando especial atenção a sua relação com a retórica nacionalista, populista e autoritária, buscou-se apresentar um breve plano de fundo da conjuntura global para que as dinâmicas do nacional-populismo possam ser vistas por uma lente macro, evidenciando algumas de suas principais tendências e congruências através da literatura contemporânea.

3. CAPÍTULO II - UMA NAÇÃO PROJETADA SOB BÍBLIAS E VERSÍCULOS: A ESFERA RELIGIOSA NO NACIONALISMO BOLSONARISTA

Bolsonaro foi membro da brigada paraquedista enquanto estava no Exército. Como congressista, capitalizou sentimentos nacionalistas que fizeram parte tanto dos protestos em massa que ocorreram em 2013 quanto do movimento de *impeachment* iniciado em 2015. Em sua preparação para a campanha presidencial, foi batizado como evangélico sem que tenha renunciado a sua fé católica. Esses três elementos heterogêneos – o militarismo, nacionalismo e o cristianismo – foram unidos para o *slogan* da campanha de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (SILVA, 2019, p. 17-18, tradução do autor⁴⁵).

Conforme elaborado por Silva (2019), o *slogan* da candidatura de Bolsonaro reúne três elementos centrais e interdependentes para o bolsonarismo. O autor destaca o caráter heterogêneo dos três elementos destacados; portanto, pode-se observar em multidimensionalidades e variadas visões ideológicas em qualquer discurso que pretenda fundi-los. Analisando o entrelaçamento das diferentes pautas mobilizadas por agentes da extrema direita, Pierucci (1987, p. 40) alerta para o fato de que os alinhamentos políticos observados neste espectro não são como “peças de um quebra cabeça que pudessem ir se encaixando como subconjuntos independentes, formando um todo harmonioso e confinado”.

O autor propõe que é necessário lê-los de forma relacional e contextual. Segundo ele, as variáveis ideológicas que compõem esse universo multidimensional, “se interpenetram, reagem uma sobre a outra, se misturam às vezes, se fagocitam sempre, aqui se enriquecem, ali se anulam, aqui aparecem e ali se escondem, feito massas estelares, distintas, mas nem por isso menos nebulosa” (PIERUCCI, 1987, p. 40). Para Burity (2020a, p. 91-92, tradução do autor⁴⁶), a atual “onda conservadora é a convergência parcial e temporária de forças, demandas, afetos, cuja proximidade não se mede por identidade ou semelhança, mas por ressonâncias e construção de equivalências entre ‘conteúdos’ muito diversos”. Dessa forma, é necessário se atentar a como diferentes ideologias, posicionamentos e pautas são mobilizadas, em cada

⁴⁵ No original: “Bolsonaro was a member of the parachutist brigade while he was in the Army. As a congressman, he capitalized on nationalist sentiments that were part of the both the mass protests of 2013 and the impeachment movement that began in 2015. In his preparation for the presidential campaign, he was baptized as an evangelical without renouncing his catholic faith. These three heterogeneous elements – the military, nationalism, and Christianity – were conflated into the main motto of Bolsonaro’s campaign: ‘Brazil above everything. God above everyone.’” (SILVA, 2019, p. 17-18).

⁴⁶ No original: “The conservative wave is the partial and temporary convergence of forces, demands, affections, whose proximity is not measured by identity or similarity, but by resonances and the building of equivalences among very different ‘contents’” (BURITY, 2020, p. 91-92).

contexto temporal e geográfico específico, para conferir sentido a determinadas agendas políticas de extrema direita.

A partir dessa leitura, pretende-se, ao longo do presente capítulo, se aprofundar na compreensão da estratégica conformação entre nação e religião no discurso e na identidade política de Jair Bolsonaro durante o pleito eleitoral de 2018. Mais especificamente, buscar-se-á analisar como a religião cristã (em especial, a evangélica) foi recursivamente acionada pela candidatura de Bolsonaro no que tange à elaboração de sua concepção de nacionalismo, extensivamente baseado em explorar valores da esfera cristã sob a justificativa de defesa moral da pátria.

3.1. A TRATEJÓRIA POLÍTICA DOS EVANGÉLICOS NO BRASIL

Com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1891, a primeira do período republicano, o Brasil experimenta uma transição no modelo de relação entre Estado e religião: deixa de ser um Estado confessional e passa a ser um Estado laico. Apesar do horizonte temporal que nos separa da consolidação da secularização no Brasil, é sólida a afirmação de que a religião nunca foi ausente da esfera pública ou do Estado, representando uma instituição influente em diversos aspectos da vida cotidiana do brasileiro.

Borges (2009) pontua que um dos efeitos da secularização do Estado brasileiro, inclusive, pode ser identificado na possibilidade de maior participação e expressão política por parte de grupos religiosos minoritários, antes reprimidos pela dominação política e demográfica católica. Para o autor, no entanto, foi somente a partir de meados da década de 1980 que o Brasil assistiu “a emergência de uma experiência religiosa mais plural e conflitiva, com um maior distanciamento entre a Igreja Católica e o Estado” (*Idem*, p. 156). Nesse sentido, estudos dão conta de demonstrar que na Assembleia Constituinte da Constituição Federal de 1988, já foi observada a participação e influência de deputados abertamente evangélicos em um número até então inédito no cenário político do país (PIERUCCI, 1996; MELO, 2018).

Ainda que a esfera religiosa sempre tenha sido onipresente na sociedade brasileira, não obstante a consolidação do Estado laico no Brasil, Burity (2020a) considera que ela nunca foi uma ameaça real à separação formal “Igreja-Estado”, pelo menos até meados da década de 2010. A partir de 2016, quando o Brasil entra no turbulento período pós-*impeachment*, o autor afirma que há disputas no debate

público brasileiro sobre quais seriam os sentidos práticos da separação entre Estado e religião, levadas a cabo por diferentes agentes políticos e religiosos.

A eminente possibilidade da chegada à presidência por parte de um líder cuja recorrência a elementos e referências religiosas em suas manifestações escritas e orais para basear a construção e justificativa de suas posições políticas, impôs uma tensão nos debates sobre a relação entre Estado, igreja e religião. Deste modo, a popularidade de Bolsonaro, à época da campanha presidencial, ofereceu um novo fôlego às reflexões e disputas pela própria definição dos conceitos de laicidade e secularização no Brasil. Apesar de não defender explicitamente a ruptura da condição formal laica do Estado brasileiro, Bolsonaro manteve-se compromissado com a ideia de que a secularização – entendida como uma diminuição da influência social exercida pela religião (OLIVEIRA, 2017) – não poderia significar um completo afastamento entre decisões políticas e motivações religiosas.

A respeito da trajetória política evangélica no Brasil, Burity (2021) argumenta que os evangélicos foram, durante muitas décadas, um caso do que o autor denomina de “minorização”. A minorização é retratada não necessariamente em termos numéricos, mas como um processo de pluralização e autoafirmação de grupos minoritários que desafiam e contestam as definições de identidade nacional, além de demandar maiores níveis de representação e participação política e social. Conforme suas palavras, a “minorização tinha a ver com a reivindicação de fazer parte do povo por meio de autoafirmação e representação autônoma. Os pentecostais, por muito tempo, eram vistos como membros de uma seita estrangeira, talvez representando interesses antinacionais” (BURITY, 2021, p. 06, tradução do autor⁴⁷).

A gradual mudança de *status* do pentecostalismo no Brasil, bem como sua expansão demográfica e política, são resultados de uma série de transformações e readaptações das igrejas neopentecostais do país que tomaram curso a partir do final da década de 70. Essa ramificação passou a ser denominada de “neopentecostal” e tendo na Igreja Universal do Reino de Deus, fundada pelo pastor Edir Macedo, uma das principais organizações religiosas de ordem neopentecostal no Brasil.

Para Guadalupe (2020), o surgimento do neopentecostalismo na América Latina é um dos principais fatores que ajudam a explicar a saliência política dos

⁴⁷ No original: “*Minoritisation had to do with a claim to be part of the people through self-assertion and autonomous representation. Pentecostals had long been seen as members of a foreign sect, maybe representing anti-national interests.*” (BURITY, 2021, p. 06).

evangélicos no continente. Mariano (1999) afirma que no anseio de conquistar as massas e expandir sua presença e influência, as igrejas neopentecostais passaram por um processo de dessectarização, rompendo com o ascetismo contracultural pentecostal, alguns de seus dogmas e se acomodando progressivamente às condições sociais e culturais dos estratos demográficos mais populares e periféricos no país.

Analisando a influência da religião no voto durante as eleições presidenciais de 1994, Pierucci e Prandi (1995) observam que, à época, os evangélicos constituíam 13,3% do eleitorado brasileiro (cerca de 13 milhões de eleitores). Dessa fatia, os autores destacam alguns dados sociodemográficos coletados: 33,3% dos eleitores pentecostais possuíam uma renda familiar de até dois salários mínimos (que era no valor de R\$70,00); a taxa de fiéis pentecostais desempregados era maior que a média nacional, bem como a taxa de trabalhadores irregulares e/ou informais (27,2%, com a média nacional em 19,1%); a proporção entre eleitores pentecostais analfabetos também era superior que entre todos os extratos religiosos analisados.

A constatação de que as religiões de orientação pentecostais eram predominantes entre os menos favorecidos socioeconomicamente, leva os autores a concluir que os evangélicos estariam mais suscetíveis a buscar em lideranças carismáticas e instituições religiosas o auxílio na organização de suas próprias vidas, ou mesmo que estes possam fazê-lo por eles, “quer como uma dádiva, com o que estiveram por tanto tempo familiarizados na sociedade brasileira tradicional, quer como aprendizado de uma disciplina de si que os capacite a melhorar de vida” (PIERUCCI; PRANDI, 1995, p. 38). A esse respeito, Mariano (1999) considera que, entre acadêmicos daquela década, o pentecostalismo era comumente associado a aspectos negativos, ligados a noções de alienação, anti-intelectualismo, caciquismo e caudilhismo.

Ao enfatizar a expansão do neopentecostalismo nas camadas mais pobres da sociedade, Mariano (1999) observa que tal vertente religiosa se apresentou como um afago, oferecendo novas perspectivas econômicas e sociais às periferias e comunidades marginalizadas Brasil afora, em especial aos migrantes de origem rural. Porém, diferentemente do que pregava o pentecostalismo tradicional, as igrejas neopentecostais, ao promover essa conversão religiosa, não demandavam do crente uma contrapartida contracultural, sectária e ascética, deixando de exigir que os novos fiéis “não apenas deveria(m) se isolar e se apartar das coisas, interesses e paixões

mundanos, bem como morrer para o mundo” (*Idem*, p. 101). Desde então, o conforto espiritual do evangélico poderia estar em harmonia com determinados elementos outrora considerados hereges e/ou indignos do reino de Deus, como certas vestimentas, determinados estilos musicais e outros hábitos relacionados ao prazer e lazer, por exemplo.

Por não condenar – mas, na verdade, incentivar e promover – o acúmulo de bens materiais, a ascensão social, a prosperidade econômica e o convívio com o luxo, o neopentecostalismo também é considerada uma representação da teologia da prosperidade. A teologia da prosperidade serve como incentivo para que os fiéis ajam com determinação em seus objetivos financeiros para alcançar a estabilidade econômica e gozar da posse de bens materiais. A ética pregada por essa teologia prevê uma “ação econômica voltada para o mundo, em que possuir e ascender são sinais de que Deus, e não o diabo, agem em sua vida” (ALMEIDA, 2021, p. 41). Com efeito, o encorajamento e o estímulo a disposições empreendedoras, balizadas por uma noção neoliberal da economia, são atreladas às práticas neopentecostais.

Ainda que mantenham viva a batalha contra o diabo e o pecado, os neopentecostais, com destaque para aqueles em posição socioeconômica mais privilegiada, são capazes de conviver de forma pacífica com determinados prazeres e práticas consideradas mundanas (MARIANO, 1999). Essa constatação é central para a compreensão da demanda por maior presença e representatividade de evangélicos em espaços públicos, como na política e na mídia. Nesse sentido, o autor aponta que

a observância, pelo fiel, dos preceitos de santidade quanto sua luta contra o mundo não se processam via fuga, afastamento. Mas sim, e primordialmente, através do enfrentamento, do desbravamento **e da conquista de áreas por eles ainda não alcançadas, da participação direta nas esferas que pretendem cristianizar**, da intrepidez evangelística (MARIANO, 1999, p. 102, grifo do autor).

A partir de sua presença expandida, organizada e institucionalizada, Mariano (1999) considera que a classe neopentecostal, em especial suas lideranças religiosas, buscou constituir uma espécie de dominação cristã do Estado e da vida privada, influenciando nos rumos da país por meio de duas estratégias principais: a primeira, sendo a via tradicional da conversão, moralização e propagação do evangelho em níveis individuais, visando atingir o nível da coletividade; e a segunda, através da atuação e demanda por participação e representação em espaços midiáticos e políticos.

A crescente presença e atuação política de evangélicos no Brasil não é um fenômeno recente, além de ser objeto de pesquisa da Ciência Política e Sociologia desde, pelo menos, a década de 1990. Ao longo de suas trajetórias, a bancada, o eleitorado e os líderes evangélicos revestiram-se de diferentes alianças. Essa transitoriedade de posturas e alianças é observada já na década de 1990 por Mariano (1999), que atribui à capacidade de contextualização, flexibilização, acomodação e relativa secularização do discurso a partir dos anseios e conjunturas de cada conjuntura, uma das principais razões para o sucesso numérico do neopentecostalismo no Brasil desde aquele período.

Mariano (1999) pontua a mobilidade das alianças políticas estabelecidas por políticos evangélicos ao longo de diferentes contextos, da seguinte forma:

para que os parlamentares evangélicos possam influir mais diretamente nos destinos nacionais através do jogo político *stricto sensu*, além de multiplicar sua representação, precisam unir-se num bloco suprapartidário e supradenominacional. Quer dizer, têm de superar as rivalidades entre suas igrejas e os antagonismos entre seus partidos. Isto, na prática, parece que não lhes demandaria grande esforço. A viabilidade da união deles numa bancada para aprovar projetos de seu interesse depende tão-somente da natureza dos projetos em pauta (MARIANO, 1999, p. 108).

Observando a constatação de que a classe política evangélica consegue transitar entre diferentes coalisões políticas (mesmo que diametralmente opostas, quando colocadas em perspectivas), torna-se fácil compreender que a adesão em massa à candidatura bolsonarista não significa que estiveram automaticamente alinhados a governos conservadores. Se a motivação anticomunista e anticatolicista que marcou a chegada dos evangélicos pentecostais à política, os levou a apoiar à candidatura populista e de direita de Fernando Collor de Melo, ela não os impediu de, anos mais tarde, reposicionarem-se ao centro do espectro, consolidando seu apoio à candidatura de Fernando Henrique Cardoso (BURITY, 2020b). Tampouco os impediu de estabelecer uma aliança pragmática com os governos petistas.

A Igreja Universal do Reino de Deus, de Edir Macedo, não somente pertenceu à base aliada do governo Lula em 2002, como também esteve presente em sua candidatura através do vice-presidente José Alencar, inicialmente através do Partido Liberal (PL) e, posteriormente, do Republicanos – antigo PRB. Almeida (2019) estressa que o apoio de Edir Macedo e da Igreja Universal do Reino de Deus aos governos petistas permaneceram até a reeleição de Dilma Rousseff. No caso do

governo Rousseff, o Republicanos (PRB) esteve representado por Marcelo Crivella no cargo de ministro da Pesca e Aquicultura entre os anos de 2012 a 2014.

A relação oscilante entre líderes evangélicos e os governos petistas é brevemente recuperada por Mariano e Gerardi (2019). Segundo os mesmos, apesar da “demonização evangélica” contra o PT ter esmaecido durante a presidência de Lula, ela também foi reativada em determinados contextos, como a partir do lançamento do PLC 122/2006, um Projeto de lei da Câmara que visava criminalizar a homofobia no Brasil, e do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037 de 2009, que discutia pontos sensíveis para a comunidade evangélica, em especial a descriminalização do aborto. Essas propostas, em grande medida, balizaram as eleições presidenciais de 2010, “recheando os debates de temas morais (aborto e homofobia e resultando na difusão de boatos persecutórios e antipetistas nas igrejas” (MARIANO; GERARDI, 2019, p. 70).

Apesar de fragilizada, a aliança política entre lideranças evangélicas e candidaturas petistas permaneceram naquela eleição, garantindo a Dilma o apoio de figuras influentes entre a comunidade evangélica no Brasil, como Edir Macedo, Marco Feliciano e Marcelo Crivella. Já nos primeiros anos do governo de Rousseff, entretanto, as cisões entre evangélicos e as decisões políticas da presidenta tornaram-se insustentáveis para a manutenção da aliança. Nesse contexto, Mariano e Gerardi (2019) avaliam que a posse de Marco Feliciano (PSC/SP) na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em 2013, representa um marco para o início da ruptura definitiva entre lideranças petistas e expoentes da bancada evangélica. E se seguiu conforme descrevem:

Em 2014, confrontaram-se nos debates sobre o Plano Nacional da Educação sobre a inclusão da promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual, vetada pela bancada cristã. A partir daí, deputados evangélicos irromperam a propor projetos de lei para implantar o programa Escola sem Partido contra a suposta doutrinação marxista e comunista e de “ideologia de gênero” nas escolas. O antipetismo radicalizou-se ainda mais de 2015 em diante, quando o assembleiano Eduardo Cunha (PMDB/RJ) tornou-se presidente da Câmara Federal e, em seguida, comandou a abertura do processo de impeachment. Em nome de Deus e da família, a bancada evangélica selou de vez o antipetismo destacando-se como a que mais votou a favor do impeachment (89%) (MARIANO; GERARDI, 2019, p. 70-71).

Consolidada a destituição da presidenta Dilma Rousseff e a pulverização do sentimento antipetista, que atingiu não somente o Partido dos Trabalhadores, mas toda a esquerda institucional no país, as relações de poder político-partidárias permaneceram abertas ao surgimento e consolidação de novos atores. Burity (2020b)

descreve um cenário onde forças políticas neoliberais e moralmente conservadores puderam articular-se em torno de um projeto político que garantiu à direita evangélica um protagonismo e uma visibilidade importantes para sua influência nas próximas eleições majoritárias. Nesse contexto, Goldstein (2019) enfatiza a o desprestígio generalizado da classe política tradicional e a perda de apoio do PT entre as camadas mais pobres da população, que havia anteriormente conquistado através de exitosas políticas públicas de transferência de renda, como alguns dos aspectos que permitiram o avanço de lideranças evangélicas conservadoras – socialmente lidas como não pertencentes ao universo da política partidária.

Assim, importantes lideranças evangélicas e parlamentares ligados ao segmento religioso convergiram estratégias numa tentativa deliberada de influenciar no debate público, na formulação e execução de políticas locais (BURITY, 2020b). No entanto, para atingir o objetivo de consolidar-se como um ator proeminente na política nacional, afirma o autor, a classe política evangélica precisou ultrapassar sua condição de fé minoritária para se apresentar como um conglomerado de atores e instituições nacionalmente capazes de mobilizar e influenciar uma sociedade fragilizada por crises políticas, financeiras e morais.

É possível afirmar que que as lideranças evangélicas obtiveram êxito em se apresentar publicamente como mediadores da reconexão social, moral e política que se ansiava naquele momento. Papel proeminente nesse processo de expansão e consolidação dos evangélicos no cenário pós-*impeachment* é atribuído à candidatura de Jair Bolsonaro para a presidência em 2018. Conforme o autor, “[a candidatura de Jair Bolsonaro] se vinculou organicamente (às vezes de forma instrumentalizada) ao campo religioso conservador, especialmente à direita evangélica” (BURITY, 2020b, p. 11, tradução do autor⁴⁸). Para Campos (2020), a candidatura presidencial de Jair Bolsonaro cristalizou um consenso entre os evangélicos de forma que não se observou no Brasil desde a ditadura militar.

A utilização de referências e simbologias evangélicas foi observada durante toda a campanha presidencial de Jair Bolsonaro e seus correligionários. Em entrevistas, comícios, transmissões ao vivo em suas redes sociais e manifestações por escrito, ao elemento religioso era sempre reservado um espaço de destaque. Empenhado em difundir a narrativa de que, para o Brasil, a saída da crise econômica

⁴⁸ No original: “se vinculó orgánicamente (a veces de una manera claramente instrumental) con el campo religioso conservador, especialmente la derecha evangélica” (BURITY, 2020b, p. 11).

e política dependia do cidadão de bem, comprometido com os valores da família tradicional, do patriotismo e, principalmente, da crença cristã, Bolsonaro se apoiou na moralidade conservadora do evangelismo pentecostal para consolidar sua proposta de governo, pautar sua agenda moral, social, econômica e securitária e, por fim, para dar forma e conteúdo ao seu próprio projeto de nacionalismo: populista, autoritário e messiânico.

3.1. BOLSONARO, O NACIONALISMO CRISTÃO CONSERVADOR E O APOIO EVANGÉLICO NAS ELEIÇÕES DE 2018

Na leitura de Bourdieu realiza de Max Weber em “A economia das trocas simbólicas”, o sociólogo francês discute sobre as diferenças conceituais entre os protagonistas da ação religiosa do pensamento weberiano (profeta, feiticeiro e sacerdote). Por não contar com os mesmos aparelhos burocráticos e as instituições religiosas que o sacerdote detém, o profeta depende, em grande medida, de sua capacidade carismática, baseada em profecias extraordinárias e descontínuas, com mensagens de rupturas e contestação da ordem cotidiana (BOURDIEU, 2007). O autor acrescenta:

O poder do profeta baseia-se na força do grupo que mobiliza por meio de sua aptidão para *simbolizar* em uma conduta exemplar e/ou em um discurso (quase) sistemático, os interesses propriamente religiosos de leigos que ocupam uma determinada posição na estrutura social (BOURDIEU, 2007, p. 92, grifo do original).

Pode-se compreender, portanto, que o profeta atua a partir de um lugar de periferia institucional, colocando-se como uma figura *outsider* das relações político-religiosas. A atração de suas palavras repousa em sua capacidade individual e extraordinária de mobilizar e recrutar indivíduos. No entanto, ainda que se reconheça as habilidades carismáticas de um profeta como sendo um requisito para sua capacidade de mobilização popular, Bourdieu reafirma que a liderança de um profeta não pode ser resumida às suas aptidões carismáticas individuais. O que se observa, na realidade, é que a confluência de determinadas situações extraordinárias pode estimular o surgimento e a consolidação de profetas que corporifiquem e reproduzam disposições já existentes em membros do grupo que se pretende influenciar.

E, para acabar de vez com a representação do carisma como uma propriedade ligada à natureza de um indivíduo singular, seria necessário, ainda, determinar em cada caso particular, as características sociologicamente pertinentes de uma biografia particular que fazem com que

um determinado indivíduo se encontre *socialmente* predisposto a sentir e a exprimir, com uma força e uma coerência particulares, disposições éticas ou políticas, já presentes, de modo implícito, em todos os membros da classe ou do grupo de seus destinatários (BOURDIEU, 2007, p. 93-94, grifo do original).

O arcabouço teórico weberiano e discutido por Bourdieu a respeito do *modus operandi* dos profetas permite uma associação com a atuação de Bolsonaro enquanto uma liderança carismática na política. O profeta “traz ao nível do discurso ou da conduta exemplar, representações, sentimentos e aspirações que já existiam antes dele embora de modo implícito, semiconscente ou inconsciente” (BOURDIEU, 2007, p. 92). Por sua vez, quando explora politicamente a suposta destruição dos valores cristãos e conservadores em meio a uma sociedade tomada por interesses ocultos e conspiratórios, associados a grupos e agentes políticos de esquerda⁴⁹, Bolsonaro instrumentaliza uma situação de crise material e subjetiva preexistente para executar suas profecias vazias que morrem em si mesmo.

A despeito de sua observada presença política em outros governos, o engajamento de grupos evangélicos pentecostais na candidatura de Bolsonaro entrelaça-se com três fatores observados por Casarões (2020): a expansão demográfica da população autoidentificada com a fé evangélica, a crescente politização de temas sobre costumes e morais, e o aumento da presença de lideranças evangélicas com mandatos eletivos. Juntos, esses fenômenos jogaram luz para a possibilidade de mudanças substanciais na relação entre Estado, política, religião e sociedade, no Brasil (*Idem*).

Almeida (2019) defende a ideia de que os interesses dessa classe religiosa seriam articulados em pelo menos quatro diferentes frentes, sendo elas: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante. Dessa maneira, fica evidente o forte entrelaçamento entre as pautas da agenda evangélica e as defendidas pela candidatura de Jair Bolsonaro, o que ajuda a compreender seu maior sucesso relativo junto a essa parcela de eleitores. Nesse momento, podemos destacar a presença da frente do punitivismo securitário como um dos principais pontos de interesse da classe religiosa, para começar a refletir a respeito das afinidades entre o eleitor cristão e o imaginário do universo militar, e

⁴⁹ Ou, simplesmente, dissidentes do bolsonarismo, ainda que autointitulados como pertencendo ao centro ou à direita do espectro político brasileiro – como é o caso atual do Movimento Brasil Livre (MBL), por exemplo.

como essa convergência temática ofereceu as bases simbólicas para que a candidatura de Bolsonaro pudesse, livremente, articulá-las em conjunto.

Apesar de se intitular católico, Bolsonaro obteve êxito em dialogar com o segmento evangélico pentecostal. Em 2016, quando já se discutia sobre sua candidatura à presidência nas eleições de 2018, o então deputado federal, durante uma viagem à Israel, foi batizado nas águas do Rio Jordão, numa cerimônia conduzida pelo Pastor Everaldo, figura de prestígio entre os evangélicos e candidato à presidência em 2014 pelo Partido Social Cristão (PSC). A capacidade de alinhar o discurso com os líderes religiosos pentecostais, sobretudo no que se refere às questões morais, cooptando significativamente essa parcela de eleitores, é um dos fatores que ajudam a explicar sua vitória.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha entre os dias 24 e 25 de outubro de 2018, cujos dados foram, posteriormente, adaptados ao resultado das eleições sem discrepâncias significativas, indica que Bolsonaro obteve mais votos que Haddad entre o eleitorado católico, espírita e evangélico. No entanto, é possível explicar seu sucesso eleitoral recorrendo-se apenas à última categoria: enquanto Haddad, segundo os dados da pesquisa, recebeu 10.042.504 votos do eleitorado evangélico, Bolsonaro recebeu 21.595.284. A diferença entre os votos evangélicos (11.552.780) é maior que a própria diferença total entre os dois candidatos, no resultado final (10.715.087) (DATAFOLHA, 2018). Essa é a razão qualitativa que embasa a afirmação de que as eleições presidenciais de 2018 foram definidas pelo eleitorado evangélico.

Ainda que represente menos de um terço do eleitorado brasileiro, o segmento religioso em questão conta com lideranças evangélicas muito atuantes na política, e atualmente passou a desfrutar do resultado de um extensivo “ativismo religioso na sociedade” (ALVES, 2018, n.p). Almeida (2019) afirma que no momento em que as figuras de liderança evangélica abriram e declararam seu apoio à candidatura de Bolsonaro, e o autor destaca o caso do bispo Edir Macedo, poucos dias antes da votação do primeiro turno, seus fiéis os acompanharam nesse movimento.

Para Almeida (2019), o apoio em bloco do eleitorado evangélico, influenciado por seus líderes, à candidatura de Jair Bolsonaro, levanta questionamentos sobre a (falta de) articulação política da então candidata Marina Silva (REDE), abertamente evangélica, com essa parcela de população votante. O autor afirma que, por não assumir uma posição de porta-voz dos interesses e pautas conservadoras defendidas

pela comunidade pentecostal, “sua identificação com os evangélicos foi ficando progressivamente mais fraca, pois não viam nela uma militante da família tradicional” (*Idem*, p. 200). De fato, enquanto Marina buscava se manter alinhada a uma proposta política laica, racional e pautada na discussão e diálogo, Bolsonaro parecia estar interessado em reafirmar, sempre que possível, seu compromisso com o campo religioso conservador.

A escolha bolsonarista pela retórica evangélica possuía contornos explícitos, incisivos, que, por vezes, tornaram difusa a distinção entre o político e o sagrado. Em fevereiro de 2017, durante uma visita à cidade de Campina Grande (PB) como deputado federal, Jair Bolsonaro discursou em meio a apoiadores. Na ocasião, Bolsonaro tensionou retoricamente a laicidade do Estado brasileiro, afirmando se tratar de um país cristão – por conta da maioria de católicos e evangélicos. Em tom hostil e agressivo, afirmou: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico, não! O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. Vamos fazer um Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar para as majorias. (...) As minorias que se adequem, ou simplesmente desapareçam!”⁵⁰.

Dois nuances da fala destacada de Jair Bolsonaro merecem especial atenção. Em primeiro, ela reforça a noção de que a laicidade do Estado brasileiro permanece um terreno de disputas políticas. Conforme observado anteriormente por Burity (2020a), há no debate político brasileiro contemporâneo, atores que recursivamente tensionam os pressupostos da separação entre Estado e religião, buscando redesenhar as definições de laicidade e secularização. Para Oliveira (2017), essas ofensivas não se tratam de tentativas de dissolução da laicidade do Estado, mas da busca por uma ampliação semântica do conceito, de modo que ele possa abarcar, gradualmente, maiores interesses de setores ligados às igrejas pentecostais. Nessa ótica, torna-se relevante investigar quais os efeitos práticos, nas diferentes esferas sociais, causados por um alargamento conceitual da noção de laicidade do Estado.

Em segundo lugar, há uma reivindicação que desafia uma das principais premissas das democracias liberais – a de que a democracia seria um governo para todos. Em seu discurso, Bolsonaro coloca em xeque esse pressuposto ao afirmar que, em seu governo, a vontade da *maioria* será imposta sobre as minorias – que deverão se curvar, adequar ou desaparecer. Aqui, é relevante observar como Bolsonaro, mais

⁵⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gHnwzEAmgfU&t=53s>. Acesso em: 16 set. 2021.

uma vez, se apoia na estratégia discursiva populista de estabelecer a formação não de *um povo*, mas *do povo*. Nesse caso, o “elemento unificador” mobilizado para caracterizar essa pretendida maioria, é a religião de matriz cristã. Como se verá ao longo do estudo, tal estratégia é repetidamente empregada no decorrer de sua campanha, visando a concepção de uma maioria totalizante a partir de outros elementos comuns, notadamente as noções de pátria e patriotismo.

O sucesso na formação dessa maioria depende, em grande medida, da capacidade de Bolsonaro em transitar entre o universo católico e evangélico, credenciando a si mesmo como um pertencente a ambas as religiões. Nesse sentido, a utilização do termo “cristão” é fundamental para borrar fronteiras entre evangélicos e católicos. Ao afirmar que “o Estado é cristão”, Bolsonaro joga a seu favor a dualidade do termo, promovendo aproximação com os dois maiores segmentos religiosos do país, sem que precise se comprometer, exclusivamente, com alguma delas.

Oliveira (2017) entende que a sobreposição de significados e possibilidades retóricas do termo “cristão” em discursos religiosos, permite que o mesmo seja invocado em situações onde se almeja constituir um imaginário majoritário. Nas palavras do autor,

(...) é interessante perceber que a ideia de “cristão” surge amiúde como um elemento recursivo, tendo em vista que com isso se reforça o argumento de que não se trata apenas de demandas específicas de uma minoria contra as demandas de outra minoria, mas sim, de uma maioria – e esta incluiria os católicos – que gostaria de ter seus valores resguardados (quando não reforçados) (OLIVEIRA, 2017, p. 455)

Essa ambiguidade corporificada por Bolsonaro entre o catolicismo e os evangélicos faz com que Campos (2020) qualifique-o como um “personagem limítrofe” entre ambas as religiões. Para o autor, “sua posse na Presidência da República foi encarada não só como a ascensão ao poder de um homem “cristão” e “íntegro”, mas também de um homem “quase evangélico” (*Idem*, p. 354).

Para Casarões (2020), Bolsonaro obteve êxito em corporificar uma expectativa de muitos evangélicos ao se apresentar como um candidato presidencial “verdadeiramente evangélico” com viabilidade eleitoral sem precedência recente. Seu ativismo cristão reacionário, o casamento com Michelle Bolsonaro celebrado pelo pastor Silas Malafaia – líder da igreja neopentecostal Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e seu batismo nas águas do Rio Jordão em 2016 são eventos que o autor elenca para ilustrar a aproximação entre Bolsonaro e o eleitorado evangélico.

Segundo Mariano e Gerardi (2019, p. 69), as principais lideranças evangélicas apoiaram a candidatura bolsonarista por considerá-lo o legítimo representante dos valores conservadores do evangelismo (neo)pentecostal e capaz de “derrotar o inimigo petista e os perigos que lhe atribuíam: implantar o comunismo, perseguir os cristãos, abolir o direito dos pais de educar os filhos, reorientar a sexualidade das crianças, destruir a família”.

O apoio praticamente unanime que Bolsonaro recebeu das principais lideranças evangélicas do país, antes mesmo da definição do segundo turno das eleições, pode ser sumarizado numa fala de José Wellington Bezerra, um dos líderes da Assembleia de Deus, a maior congregação evangélica do país. Alguns dias antes do primeiro turno das eleições de 2018, Bezerra declarou: “De todos os candidatos, o único que fala o idioma do evangélico é Bolsonaro. Não podemos deixar a esquerda voltar ao poder”⁵¹. No início daquele ano, o pastor Silas Malafaia também já anunciava sua embarcada na candidatura bolsonarista: “Bolsonaro é o único que defende diretamente a ideologia da direita. Ele encarna os valores mais caros ao nosso povo na questão dos costumes. Pode anotar, 80% do voto evangélico irá para Bolsonaro nestas eleições”⁵².

Durante as eleições e após o resultado do pleito, as incorporações, por parte de Jair Bolsonaro, das demandas e das pautas mais conservadoras das classes religiosas (com destaque para as referências e acenos aos evangélicos), levantaram discussões a respeito da possibilidade de que tal agenda pudesse extrapolar os limites retóricos e influenciar na formulação de políticas de governo. Hipótese que veio a se confirmar ao longo dos meses que sucederam o início de seu mandato, em especial na área de política externa através da atuação disruptiva do então chanceler Ernesto Araújo, que pautou o posicionamento internacional do Brasil nos fóruns multilaterais de negociação a partir de uma noção fundamentalmente religiosa da política (VAZ; GARCIA, 2021; LOPES, 2021).

Durante uma *live* publicada em sua página no *Facebook* algumas horas após o resultado oficial do segundo turno das eleições, Bolsonaro fez a seguinte declaração: “O que eu mais quero é, seguindo os ensinamentos de Deus, ao lado da Constituição

⁵¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>. Acesso em: 16 set. 2021.

⁵² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/influenciador-nas-redes-sociais-silas-malafaia-vai-apoiar-bolsonaro-com-uso-de-canhao-digital-22501478>. Acesso em: 16 set. 2021.

brasileira, inspirando em grandes líderes mundiais e com boa assessoria técnica, isenta de indicações políticas de praxe, começar a fazer um governo a partir do ano que vem que possa colocar o Brasil no lugar de destaque. Temos tudo para sermos uma grande nação”⁵³. Ao elencar os “ensinamentos de Deus” como uma das diretrizes que apoiarão a condução de seu governo eleito, colocando-os em situação de paridade com a própria Constituição Federal, Bolsonaro novamente propõe a defesa de um Estado que se oriente pela moral religiosa; ou, em outras palavras, de uma nação cristã.

Borda (2020) destaca três principais argumentos utilizados por fiéis e líderes políticos e religiosos latino-americanos em sua defesa da conversão (ou manutenção) do Estado em uma “nação cristã”, quais sejam:

(i) um argumento demográfico, baseado no fato de que os dados obtidos nos censos realizados na população de um país mostram que a maioria dos habitantes se identificam como “cristãos”, em suas diferentes formas, (ii) um argumento histórico, baseado na crença de que os “pais fundadores” de sua nação eram “cristãos” e fundaram seu país com base em suas crenças religiosas e (na falta de “pais fundadores”) na história do cristianismo (na verdade catolicismo) no continente; e (iii) um argumento cultural baseado na existência de um conjunto de traços culturais comuns entre a maioria das pessoas que professam a fé cristã em uma mesma nação (BORDA, 2020, p. 132-133).

Para problematizar a instrumentalização da religião durante a candidatura de Jair Bolsonaro, chamamos a atenção para o primeiro e o terceiro argumento identificados pelo autor. O primeiro, relativo a uma maioria demográfica cristã que justifique a adoção da moral religiosa como pilar da condução das políticas públicas no Brasil, foi explicitamente defendido pelo então candidato em declarações acima recuperadas, como quando disparou publicamente: “vamos fazer um Brasil para as maiorias (cristãs)”.

Na estratégia bolsonarista, tal argumento se baseia na condição majoritária da fé católica no Brasil, sem que deixe de inserir os contornos mais conservadores das igrejas (neo)pentecostais. O argumento também joga luz às mudanças no perfil religioso do Brasil, que apontam para uma diminuição do número de fiéis católicos e um aumento no contingente evangélico, projetando uma situação de equivalência

⁵³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sem-mencionar-haddad-bolsonaro-diz-que-vai-governar-com-ensinamentos-de-deus-ao-lado-da-constituicao-23193739>. Acesso em: 16 set. 2021.

demográfica entre as duas religiões já na década de 2030 (GUADALUPE, 2020). A transição brasileira de uma “nação católica” para uma “nação evangélica” pode ser lida como efeito parcial da crescente participação evangélica na política, e dá indícios da importância eleitoral relativa cada vez maior dos fiéis evangélicos.

O terceiro argumento, que explora a relação existente entre fiéis cristão e a comunhão de determinados traços culturais, morais e sociais, também foi identificado no discurso político de Bolsonaro em 2018. É sabido que os argumentos morais, notadamente advindos de uma moral religiosa e conservadora, estiveram no cerne da candidatura de Jair Bolsonaro (ALONSO, 2019; ALMEIDA, 2019; ALMEIDA, 2021; QUINALHA, 2019). Retomando a proposição de Almeida (2019), de que os interesses da classe religiosa seriam articulados, entre outras frentes, por uma agenda moralmente reguladora e socialmente intolerante, destacamos o lugar do conceito de “família” na retórica de Bolsonaro.

A partir da de suposições conspiratórias e alarmistas, a narrativa bolsonarista baseou-se na premissa de que as famílias (concebida nos moldes tradicionais – heteronormativas e cristãs) e, em especial, as crianças, estariam ameaçadas por supostas ideologias esquerdistas que visavam deturpá-las. Assim, um dos principais campos de atuação e vigilância de grupos políticos religiosos é o que concerne sobre o lugar da família e o da escola na educação de crianças e adolescentes.

Centrais ao programa eleitoral bolsonarista, o combate à “ideologia de gênero” e a defesa do movimento “Escola Sem Partido”, foram pautas exploradas pelo então candidato, beneficiando-se do pânico moral causado pela replicação desse tema entre os círculos religiosos e conservadores. Proposições defendendo a laicidade dos ambientes educacionais e a relevância da educação sexual para jovens e crianças foram automaticamente associadas a práticas de doutrinação infantil e apologia à homossexualidade (QUINALHA, 2019).

Nessa seara, as questões referentes à sexualidade e ao gênero são preponderantes na militância conservadora de viés religioso; mais que a própria defesa do ensino religioso ou do ensino de teorias criacionistas em escolas (ALMEIDA, 2021). A constatação de Almeida encontra ressonância no argumento utilizado por lideranças evangélicas na defesa da candidatura de Bolsonaro. Nas vésperas do segundo turno das eleições, Malafaia disparou: “Bolsonaro é a favor dos

valores de família, é contra essa bandidagem de erotizar criança em escola, que toda a esquerda quer"⁵⁴.

Ao lado do sentimento antipetista e dos princípios neoliberais, o conservadorismo moral foi identificado por Messenberg (2017) como um dos três campos semânticos que sustentam a extrema direita no Brasil – datada a partir das manifestações de junho de 2013. Conforme a autora, os campos semânticos são formados a partir da repetição constante de determinadas ideias-força; e a consolidação de tais campos é responsável pela formação de constelações de sentidos e subjetividades dessa considerada nova direita, a qual tem em Jair Bolsonaro seu principal expoente. Para a presente pesquisa, é relevante notar que entre as principais ideias-forças do campo semântico do conservadorismo moral estão, interligados, os temas da “família tradicional”, do “resgate da fé cristã” e do “patriotismo” (MESSENBURG, 2017).

Por fim, o grande marco da disputa eleitoral de 2018 foi o controverso ataque sofrido por Bolsonaro em uma aparição em Juíz de Fora (MG). Os desdobramentos do atentado permitiram que Bolsonaro e seus apoiadores costurassem uma narrativa messiânica de salvação religiosa. Os fiéis evangélicos e apoiadores de Bolsonaro, à época, passaram a vestir camisetas com os dizeres “Meu partido é o Brasil”, nas cores verde e amarelo – mesmo modelo que Bolsonaro vestia na ocasião – e com manchas vermelhas que representariam o sangue do então candidato (GOLDSTEIN, 2019). Para Campos (2020), as relações entre o atentado e a reação de Bolsonaro e seus apoiadores é lida com as seguintes palavras:

O seu sofrimento, as cirurgias e a preservação da morte foram considerados “intervenção divina”. Por tais coisas **Bolsonaro foi visto como um homem semelhante ao “Cristo sofredor”, ao herói que arrisca a vida para “salvar a pátria”**, levando a todos na direção da unidade e da “idade de ouro” (CAMPOS, 2020, p. 362, grifo do autor)

O discurso bolsonarista passou a ser ainda mais permeado por conotações messiânicas, que atribuíam à Jair Bolsonaro a missão religiosa de sobreviver ao atentado, com o apoio divino, para operar a missão que Deus lhe havia reservado, de salvar o Brasil das deturpações que teria sofrido por grupos inimigos. Michelle Bolsonaro, em consonância com tal retórica, declarou após a facada: “O Senhor colocou paz em nosso coração. O que ia ser uma morte, converteu-se num milagre.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796>. Acesso em: 16 set. 2021.

Resgatou o patriotismo, resgatou uma nação, despertou uma igreja que rezou pela sua recuperação”⁵⁵.

A declaração de Michelle Bolsonaro é ilustrativa do argumento que se pretendeu aqui apresentar, uma vez que explicita a relação simbiótica, para o bolsonarismo, das noções de religião e pátria. A recuperação de Bolsonaro representou uma manifestação divina de redenção da pátria, pois suas figuras foram recursivamente posicionadas em situação de sobreposição e equivalência. Como se verá no próximo capítulo, o episódio também foi extensivamente explorado pelo então candidato em suas redes sociais na difusão de sua narrativa patriótica e redentora.

⁵⁵ Disponível em: <https://istoe.com.br/michelle-atentado-contra-bolsonaro-resgatou-uma-nacao-e-despertou-uma-igreja/>. Acesso em: 16 set. 2021.

4. CAPÍTULO III – A COMUNICAÇÃO POLÍTICA DIGITAL DA CANDIDATURA DE JAIR BOLSONARO A PARTIR DA ARTICULAÇÃO DAS NOÇÕES DE “NAÇÃO” E “PÁTRIA”

O último capítulo da pesquisa será dedicado a interpretar e analisar o conteúdo do plano de governo e manifestações escritas e orais por parte do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, que expressem a visão de sua candidatura a respeito dos conceitos de “nação”, “pátria” e afins, como “identidade nacional”, não apenas por referências textuais explícitas, mas também através de símbolos e subjetividades. No primeiro momento, apresentaremos uma discussão teórica sobre as estratégias de comunicação e discursos políticos, enfatizando os efeitos da crescente digitalização da política nesse processo. A seguir, adentraremos na análise do conteúdo dos dois materiais da campanha presidencial de Jair Bolsonaro selecionados, a saber: a Proposta de Governo, disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral; e de *tweets* emitidos pela sua conta oficial no *Twitter* (@JairBolsonaro) durante o período de 14 de agosto de 2018 a 28 de outubro de 2018 (intervalo de tempo correspondente à duração institucional da campanha eleitoral presidencial daquele ano). Desse modo, no que se refere às noções de pátria e nação, buscaremos identificar padrões ou descontinuidades da comunicação política bolsonarista entre um canal oficial de campanha (a proposta de plano de governo) e um canal informal (suas mensagens no *Twitter*).

4.1. ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA ERA DAS REDES SOCIAIS: A PRESENÇA E ATUAÇÃO DIGITAL DE FIGURAS POLÍTICAS

As estratégias de comunicação e o discurso político fazem parte de uma agenda de pesquisa multidisciplinar, abrangendo, entre outros, os campos da comunicação, linguística, antropologia, psicologia, ciência política e sociologia. Mais especificamente, nos últimos anos tem se ampliado e consolidado uma agenda de pesquisa internacional focada em compreender as dinâmicas entre a lógica de comunicação e as estratégias discursivas de candidatos e partidos políticos e sua relação com as plataformas de interação on-line, especialmente as redes sociais (VISCARDI, 2020; BLOMMAERT, 2020; WODAK, 2015; SVESSON, 2011).

Blommaert (2020) propõe que, desde o final do século XX, experienciamos uma vida social, cultural, política e econômica que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente,

on-line e off-line. Nesse sentido, devemos compreender os arranjos sociais contemporâneas como sendo um resultado de práticas de interação social, de formação e agrupamentos identitários e de intercâmbio de conhecimento que acontecem digital e presencialmente. O autor denomina esse período de “a era do pós-digital” (BLOMMAERT, 2020, p. 391) e atribui a ele a criação de um novo ambiente discursivo e sociolinguístico.

Nesse novo ambiente pós-digital, a comunicação, especialmente a comunicação política, ocorre de maneira mais complexa e refratária do que previa o clássico modelo de comunicação direta do teórico Ferdinand de Saussure, com a relação “emissor” e “receptor” bem definida e delimitada. Agora, argumenta Blommaert (2020) observa-se a presença de atores humanos e não-humanos interagindo e atuando ambos como produtores e receptores de mensagens políticas. Um dos principais efeitos percebidos a partir de tal interação entre interlocutores no processo de criação de discursos e mensagens políticas seria a relativa perda de hegemonia dos próprios políticos no que tange à criação do conteúdo e aos efeitos do que é postado nas redes sociais. Isso significa dizer que as mensagens publicadas digitalmente nos perfis dos atores políticos tomarão rumos que não necessariamente são previstos inicialmente por eles e sua equipe.

Nas palavras de Blommaert:

A ideia de que o discurso político é exclusiva ou principalmente *o discurso de políticos profissionais*, é um anacronismo. É verdade que os políticos muitas vezes fornecem a “entrada” para os complexos processos de comunicação [...]; mas eles não determinam seus efeitos, intensidade ou escala de circulação – coisas realizadas por múltiplos públicos (incluindo *bots*) em interação com algoritmos das plataformas (BLOMMAERT, 2020, p. 398, grifo do original, tradução do autor⁵⁶).

Os rumos tomados pelas mensagens publicadas em redes sociais, mediados por seu fluxo de circulação e pelos efeitos de algoritmos, fazem com que elas desenvolvam um certo nível de independência em relação aos emissores originais. Nesse curso, pode-se alterar sua finalidade e seus significados; as mensagens digitais passam a existir no mundo a partir de sua própria história, redesenhando seus

⁵⁶ No original: “*The idea that political discourse is the discourse of professional politicians alone, or even primarily, is an anachronism. True, politicians often provide the ‘input’ for the complex communication processes [...]; but they do not determine its effects, intensity or scale of circulation – things performed by the multiple audiences (including bots) in interaction with platform algorithms.*” (BLOMMAERT, 2020, p. 398, grifo do original).

alcances e interpretações para além do que se poderia imaginar inicialmente, no momento de sua postagem.

Essa mobilidade do discurso digital causa o que Blommaert (2020) denomina de *entextualização*, ou seja, um processo através do qual os discursos são descontextualizados e recontextualizados em seguida, de modo que podem adquirir novas conotações e significações. A cada etapa de descontextualização seguida por uma recontextualização, os discursos digitais são reentextualizados a partir uma nova ótica, passando por uma interpretação que dependerá das preferências e interesses dos novos interlocutores envolvidos em tal processo (SILVA, 2020). Dessa forma, torna-se imperativo se atentar ao modo como ocorre a mobilidade textual, percebendo como o discurso original é afetado por novas significações e subjetividades durante seu percurso de postagem e compartilhamentos.

A respeito especificamente do compartilhamento de conteúdo, uma função comum das redes sociais, especialmente no caso do Facebook e Twitter, Varis e Blommaert (2015) argumentam que em cada compartilhamento, ocorre um processo totalmente novo de contextualização, e não apenas a simples replicação do mesmo conteúdo. Uma vez que determinada postagem é retirada de seu contexto original – o local ou página onde fora publicada pela primeira vez –, ela sofrerá o processo de *entextualização*, podendo, assim, ser ressignificada de acordo com o novo contexto: quem a compartilhou, quantas pessoas compartilharam, em que página ou *site* ela foi compartilhada, entre outras variáveis que poderão influenciar a forma como tal postagem será lida. Portanto, a forma pela qual se comunica e se compartilha discursos on-line, inerente ao funcionamento das redes sociais mediadas por algoritmos e intensa circulação de conteúdo, afeta diretamente a (re)produção de significados políticos (SILVA, 2020).

Svesson (2011) considera que políticos extrapolam o uso estratégico e normativo da internet – aquele que visa a obtenção de mais eleitores e aquele que objetiva uma melhor comunicação com seu eleitorado, respectivamente. Para o autor, políticos fazem um uso reflexivo da internet: nela, se expressam e constantemente negociam sua própria identidade e imagem política. Como consequência, as manifestações e interações emitidas nas redes sociais de políticos – sejam elas verbais, orais ou visuais – permeiam a construção da imagem desses atores (VISCARDI, 2020).

A retórica construída e alimentada nas redes sociais de atores políticos – no caso específico do presente estudo, os atores pertencentes ao campo político da extrema-direita – alimenta a construção de sua imagem e identidade política, como nos informa Svesson (2011). O autor argumenta que as redes sociais são utilizadas para negociar, manter e monitorar as identidades políticas desses agentes, refletindo o objetivo de construir, ter controle e direcionar sua imagem e a forma como se apresentam à arena política. No ambiente digital, em suas contas pessoais nas mais diferentes redes sociais, atores políticos selecionam determinados discursos, retóricas e narrativas, assumem determinados posicionamentos e, assim, negociam suas identidades políticas através da interação com seu público, seu eleitor em potencial.

Para Silverstein (2003), a forma como nos comunicamos e o uso que fazemos da linguagem concretizam a maneira como nós nos organizamos e localizamos no espaço-tempo e como nos categorizamos dentro da vida social. O autor segue: “cada vez que implementamos formas específicas de linguagem, criamos arranjos sociais como consequências do uso dessas formas; trazemos novos arranjos sociais à existência” (SILVERSTEIN, 2003, p. 10-11, tradução do autor⁵⁷). Sob essa ótica, podemos assumir que o tipo de discurso e de retórica utilizada nas redes sociais desses atores políticos são responsáveis por criar e alimentar um arranjo social próprio, com a lógica de funcionamento específica desses ambientes – postagens, comentários, repostagens e compartilhamentos.

Uma mensagem, para Silverstein (2003), é composta por *estilo e imagem*. Em suas próprias palavras:

A imagem não é necessariamente visual; é um retrato abstrato de identidade formado a partir de padrões cumulativos de congruência em todos os tipos de signos indiciais – incluindo os visuais – que os destinatários e o público podem experimentar com imaginação, como um holograma. O estilo – a forma como a imagem é comunicada – tem grau e profundidade de organização; pode ser consistente dentro de um evento, ou ao longo de uma série deles, ou mesmo em toda uma biografia (SILVERSTEIN, 2003, p. 15, tradução do autor⁵⁸).

⁵⁷ No original: “(...) each time we deploy specific forms of language we create social arrangements as consequences of using these forms; we bring new social arrangements into being” (SILVERSTEIN, 2003, p. 10-11).

⁵⁸ No original: “Image is not necessarily visual; it is an abstract portrait of identity fashioned out of cumulating patterns of congruence across all manner of indexical signs—including visual ones—that addressees and audiences can imaginatively experience, like a hologram. Style—the way image is communicated—has degree and depth of organization; it may be consistent within an event, or over a series of them, or even across a whole biography” (SILVERSTEIN, 2003, p. 15).

O emissor de uma mensagem, portanto, “implanta estrategicamente um estilo a fim de criar uma imagem, de maneira consequente” (*Idem*, tradução do autor⁵⁹). Ao aplicar esse conhecimento ao estudo dos discursos e retóricas utilizadas por políticos em redes sociais, pode-se dizer que não apenas esses atores criam um arranjo social próprio ao selecionar sua linguagem e tipo de comunicação virtual, mas também fazem uso de determinadas imagens e estilos que ajudam a compor tal arranjo. Assim, torna-se observável a tendência de linearidade e padronização entre as mensagens (contendo imagens e estilos) de cada ator político; bem como a observável diferença entre a retórica e as mensagens construídas por seus pares, especialmente por aqueles posicionados em diferentes posições do espectro político.

A escolha e a repetição – de maneira estratégica e consciente, como alertam Silverstein (2003) e Svesson (2011) – por determinados estilos e imagens fazem parte do processo de construção da identidade das mensagens e da atuação política virtual desses atores, facilitando sua identificação e sua distinção entre os demais. Ao longo desse processo de formulação de mensagens virtuais com determinados estilos e imagens, figuras políticas acabam por construir redes sociais com padrões linguísticos e visuais marcantes, que devem refletir sua identidade e seus interesses na política. Silverstein (2003, p. 132, tradução do autor⁶⁰) sumariza esse fenômeno com a seguinte colocação: “Em nossa política, identidade é a ‘mensagem’ corporificada”. Ou seja, na vida política, incorporamos as mensagens que transmitimos, transformando-as em nossa própria identidade.

Se anteriormente ao surgimento dessas novas tecnologias e plataformas de interação digital, atores políticos dependiam da intermediação de canais clássicos de comunicação e mídia – como a televisão, o rádio ou o jornal impresso – para se conectar com eleitores e expandir seu eleitorado, agora podem fazê-lo de maneira “direta”, constante e, portanto, eficaz através das redes sociais. Assim, a instantaneidade, a sensação de proximidade entre os interlocutores e o contínuo fluxo de emissão e recepção de mensagens e interações nas plataformas digitais, próprios de seu mecanismo de funcionamento, fazem com que elas tenham se tornado uma das principais ferramentas para a promoção da imagem de partidos, candidatos e políticos já eleitos. Nesse sentido, Viscardi (2020) observa que

⁵⁹ No original: “*strategically deploys style to create image in a consequential way*” (SILVERSTEIN, 2003, p. 15).

⁶⁰ No original: “*In our politics, identity is ‘message’ embodied.*” (SILVERSTEIN, 2003, p. 132).

Diante desse cenário, no Brasil, assim como em inúmeros outros países do mundo, todas as redes sociais vêm sendo utilizadas nos últimos anos para a construção e manutenção da mensagem e *persona* dos políticos, a disseminação de ideias de todo tipo (incluindo teorias conspiratórias e informações falsas e manipuladas) e a captação de eleitores (VISCARDI, 2020, p. 1137).

A problemática que surge a partir do entendimento de que as redes sociais, no bojo de sua natureza, abrem brechas para que usuários – anônimos e figuras públicas, como políticos – ajam de modo a disseminar conteúdo conspiratório, alarmista, falso e com discurso de ódio é tema de investigação de Wodak (2015), que se propõe a analisar como partidos de extrema-direita atuam, em diversos países, na dimensão virtual do debate público. A autora constata que parte de sua atuação na esfera digital consiste na instrumentalização de determinadas minorias (étnicas, religiosas, linguísticas etc.) como bodes expiatórios para problemas sociais. Ao fazê-lo, constroem uma narrativa on-line que procura retratar determinado grupo (“eles”) como sendo um perigo ou uma ameaça a “nós” e ao bom funcionamento de “nossa” nação.

Para Wodak (2015), o essencial para a compreensão da atuação digital de grupos e partidos políticos de extrema-direita é se atentar não somente à *forma* da retórica utilizada, mas também ao seu *conteúdo* específico: baseado no medo, nas teorias conspiratórias e alarmistas. Segundo a autora, é imprescindível reconhecer que a retórica política de grupos da extrema-direita, elaborada em diferentes domínios sociais, incluindo o domínio virtual, se trata sempre de uma combinação entre determinada forma e conteúdo. Em suas palavras, sua propaganda política virtual “sempre combina e integra forma e conteúdo, visa públicos específicos e se adapta a contextos específicos” (WODAK, 2015, p. 03, tradução do autor⁶¹).

Para tais políticos da extrema-direita, uma das principais formas de marcar presença nas redes sociais e nas mídias tradicionais é através da provocação e da escandalização. Conforme Wodak (2015, p. 19, tradução do autor⁶²), “políticos populistas da extrema-direita [...] intencionalmente provocam a escandalização ao violar publicamente normas socialmente aceitas”. Ao publicar e compartilhar em suas redes sociais conteúdos provocativos, por vezes contendo discursos de ódio implícito ou explícito, com teor racista, sexista ou homofóbico, por exemplo, tais políticos forçam uma reação dos demais veículos de imprensa, colocando-a em uma situação

⁶¹ No original: “*always combines and integrates form and content, targets specific audiences and adapts to specific contexts*” (WODAK, 2015, p. 03).

⁶² No original: “*Right-wing populist politicians [...] intentionally provoke scandals by violating publicly accepted norms*” (WODAK, 2015, p. 19).

embaraçosa: ignorar pode soar como endossar; reportar, necessariamente traz visibilidade (*Idem, Ibid*).

Essa presença nas redes sociais marcada por provocações e polêmicas gera uma consequência dupla ao debate público nas sociedades: em primeiro lugar, elas possuem a forte capacidade de definir a agenda política, uma vez que força os demais atores (outros partidos políticos e veículos tradicionais de imprensa) a abordá-las, ainda que seja para repreender, contestar ou condenar. Em segundo lugar, o cansaço e a desilusão do público com a política movida a escândalos, resultando em um fenômeno de despolitização e movendo o debate público cada vez mais à direita do espectro político (WODAK, 2015). A atuação digital a partir de redes sociais de grupos políticos – especialmente os grupos populistas de extrema-direita – representa, portanto, um fenômeno complexo e com alto grau de capacidade de influenciar não somente o cenário político de seus países, como também de lançar tendências discursivas e comunicativas internacionais, visto que são atores que possuem articulação e relação de interdependência entre si (EATWELL; GOODWIN, 2020).

A esse ponto, objetivou-se apresentar uma breve introdução a respeito das estratégias discursivas utilizadas por grupos políticos em suas redes sociais visando a conformação contínua de sua identidade política e como esta é influenciada pela interação com os públicos que os acompanham na internet.

4.2. OS USOS DA “NAÇÃO” E DA “PÁTRIA” NO TWITTER E NA PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

Considerando as teorias mobilizadas acima a respeito da presença e da comunicação digital de figuras políticas, especialmente os grupos políticos de extrema direita, dedicaremos a próxima seção à observação e análise da comunicação digital realizada pela candidatura presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. O enfoque recai sobre o modo como os conceitos de “nação”, “pátria” e variantes próximas, como “patriotismo” e “identidade nacional”, são articulados em sua campanha formal (proposta de plano de governo) e informal (mensagens publicadas em sua conta oficial no *Twitter* durante o intervalo correspondente à duração das eleições presidenciais: 14 de agosto de 2018 a 28 de outubro de 2018).

4.2.1 *Proposta de plano de governo*

A Lei Nº 9.504/97, responsável pela regulamentação do funcionamento de eleições no Brasil, estipula que a proposta de plano de governo é um dos documentos necessários⁶³ a serem apresentados ao Tribunal Superior eleitoral (TSE) para que candidatos e candidatas ao Poder Executivo das três esferas federais possam solicitar o registro de sua candidatura. Apesar de seu caráter obrigatório, a lei não estipula requisitos ou formatações específicas para a apresentação de tal documento; ficando, portanto, a cargo de cada candidatura a definição de seu conteúdo, forma e tamanho.

Ao não definir especificações para o conteúdo e a forma do documento, a legislação abre brecha para duas situações envolvendo as propostas de governo. Em primeiro lugar, a possibilidade da não inclusão de propostas concretas de políticas, tornando recorrente a presença de afirmações mais vagas e genéricas, como “combater o crime” ou “reduzir o desemprego”, sem que necessariamente se discuta como fazê-los. Em segundo, a intensa disparidade de estilo, formatação, extensão e conteúdo debatido entre propostas de governo de diferentes candidaturas. Nas eleições presidenciais de 2018, por exemplo, podemos observar⁶⁴ propostas de governo mais extensas e em formato de texto corrido, como a de Fernando Haddad (PT), Ciro Gomes (PDT) e Guilherme Boulos (PSOL); bem como propostas em

⁶³ A proposta de governo passou a ser incluída na lista de documentos obrigatórios para apresentação ao TSE no momento do registro da candidatura em 2009, com a entrada em vigor da Lei Nº 12.034/09.

⁶⁴ A proposta de governo de todas as candidaturas para a eleição presidencial de 2018 está disponível no site do TSE. Os documentos podem ser acessados através do link: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 03 mar. 2021.

construção de uma nuvem de palavras⁶⁵ do documento. O documento em questão, denominado “O Caminho da Prosperidade”, foi convertido em uma nuvem de palavras a partir de um *software* on-line, que posiciona ao centro e dá maior destaque aos termos mais presentes no plano. É importante salientar que o *software* ignora alguns termos que ele considera como sendo apenas funções de ligações gramaticais. Ainda, ele diferencia palavras com a mesma grafia, mas que estão postas com diferença entre letras maiúsculas e minúsculas (como é o caso de “BRASIL” e “Brasil”).

Assim, a partir da observação da Figura 1, podemos identificar que os termos mais recorrentes no documento são “BRASIL”, “Brasil”, “Acima”, “DEUS”, “BOLSONARO2018”, além de “TUDO” e “que”. Esse resultado se justifica pela presença do *slogan* “BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS” no canto superior esquerdo de e do termo “BOLSONARO2018” no canto inferior direito em todas as 81 páginas do documento, conforme a Figura 2. A escolha pelo *slogan*, como se discutiu no capítulo anterior, e sua presença massiva na proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro dão o tom do documento, marcado pelas expressões e referências ao Brasil, enquanto nação e pátria, e à Deus. Ou seja, até esse momento, a proposta de governo parece convergir com a identidade política construída em torno da figura de Jair Bolsonaro, carregando elementos nacionalistas e religiosos para o centro da narrativa.



Figura 2. Primeira página da proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro, com a indicação dos elementos “BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS” e “BOLSONARO2018”, que se repetem em todas as páginas do documento. Fonte: O CAMINHO DA PROSPERIDADE (2018). Elaboração do autor.

⁶⁵ A nuvem de palavras é um recurso visual que retrata, de forma hierarquizada, a partir de um critério de organização definido, palavras contidas em um documento ou página da internet. Nesse caso, a nuvem posiciona ao centro e em maior tamanho as palavras mais recorrentes da proposta do plano de governo de Jair Bolsonaro, retirada do site do TSE.

Ainda observando a Figura 1, num segundo ou terceiro escalão de termos mais recorrentes, destacamos a presença de “Forças”, “Armadas”, “mortes”, “homicídios”, “corrupção”, “segurança”, “policiais”, “Guerra” e “armas”. Tais terminologias aludem e acenam a outras duas características centrais à identidade política construída pela candidatura de Bolsonaro: militarização e punitivismo. Alguns dos termos destacados, inclusive, parecem ter mais espaço no documento que outros, que, em tese, deveriam pautar a agenda política eleitoral, como “saúde” e “educação”.

A centralidade – no plano de governo e, de forma mais abrangente, em toda a formação discursiva de Jair Bolsonaro enquanto candidato à presidência – dos temas de combate ao crime e segurança pública é, em parte, justificada pelo fato de a violência figurar como uma das maiores problemáticas de políticas públicas no Brasil nos últimos anos. Segundo um relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a evolução do número de homicídios no Brasil subiu de 52.807 casos em 2011 para 65.602 casos em 2018; além de ser a principal causa de mortalidade entre jovens de 15 a 29 anos no país (CERQUEIRA *et al.*, 2020). Dessa forma, o bolsonarismo encontra respaldo nos elevados índices de violência, ao mesmo tempo em que os atribui a uma suposta condescendência dos governos de Lula e Dilma com a criminalidade, para justificar o punitivismo presente em seu discurso.

Além de estarem em diálogo com o retrato dos crescentes índices de violência nos últimos anos no Brasil e acenarem ao caráter nacionalista, religioso, militarista e punitivista da identidade bolsonarista, tais elementos parecem conferir ao documento um verniz polêmico (HASS DA SILVA; REIS, 2020), repousando ênfase na escandalização da violência e da morte e convergindo com a descrição, criada por Wodak (2015), do comportamento virtual de políticos populistas da extrema direita que se baseiam na polêmica e no escândalo social para mobilizar o eleitorado.

Ainda observando a nuvem de palavras, também chamamos a atenção para a presença do termo “esquerda”. Utilizando, mais uma vez, “saúde” e “educação” como termos referenciais, pode-se dizer que “esquerda” possui igual ou maior recorrência no documento. Brandão (2017) ressalta que para os simpatizantes de Bolsonaro, os projetos propostos pelo político parecem ser menos importantes que os projetos e ideologias às quais ele se opõe. Nesse sentido, a presença recorrente do termo “esquerda” funciona de modo a demarcar as fronteiras ideológicas que distanciam Bolsonaro do que é tradicionalmente pertencente ao campo político das esquerdas.

Se trata de uma construção de identidade política baseada em antagonismos dicotômicos.

Sobre a demarcação de fronteiras ideológicas envolvendo o que se compreende por “direita” e “esquerda” na política do Brasil, ressalta-se as tentativas de Bolsonaro e seus apoiadores em redesenhar, a seu próprio modo, o espectro político brasileiro. Sob a ótica do bolsonarismo, partidos políticos que tradicionalmente estão situados à centro-direita (ou direita moderada), como é o caso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Democratas (Dem)⁶⁶, de acordo com a classificação de Power e Zucco (2009), passam a ser retratados como pertencentes ao campo das esquerdas uma vez que não se alinham integralmente ao discurso de Bolsonaro, ou não avancem em pautas conservadoras ligadas aos costumes e à religião, por exemplo. Nessa visão, a única referência legítima da direita política no Brasil passa a ser Bolsonaro e seus correligionários.

Avançando a análise sobre a proposta de plano de governo do então candidato Jair Bolsonaro, denominada “O Caminho da Prosperidade”, se trata, portanto, de um documento com 81 páginas, em formato de *slides*. Os *slides* seguem um padrão gráfico e estético que é estabelecido por fundo branco, a maior parte das palavras na cor preta, dentro de uma caixa de texto em cor verde. Há, no entanto, palavras e elementos gráficos que são destacadas em vermelho, como nos casos que serão apresentados abaixo. Ainda, todas as páginas contam com *slogan* de campanha e o termo “BOLSONARO2018”, como demonstrado pela Figura 2. Em relação ao conteúdo, está dividido em sete principais eixos temáticos, quais sejam: 1) Valores e Compromissos; 2) A nova forma de governar: mais Brasil, menos Brasília; 3) A nova forma de governar: estrutura e gestão; 4) Mais Brasil e menos Brasília: linhas de ação; 5) Segurança e combate à corrupção; 6) Saúde e educação; e 7) Economia e infraestrutura (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018).

Através desse estilo de formatação gráfica, podemos observar a estratégica colocação de alguns elementos e cores, e como eles dialogam com a conformação da identidade bolsonarista. Nesse sentido, a Figura 3 recupera os *slides* de número 15 e 17, respectivamente, para que se possa observar os quadros destacados em verde escuro e o quadro destacado em vermelho. Os quadros em verde escuro trazem as seguintes mensagens: “Apesar do momento difícil, é importante não esquecer que

⁶⁶ Retratado no estudo de Power e Zucco (2009) como Partido da Frente Liberal (PFL), sua nomenclatura antiga.

SOMOS MUITO MAIS FORTES que todos esses problemas” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, p. 15) e “O PAÍS FUNCIONARÁ MELHOR COM MENOS MINISTÉRIOS” (*Idem*, p. 17). Diferentemente do texto presente no restante do documento, que é representado na cor preta, essas mensagens são escritas nas cores branca e amarela. O branco e o amarelo, apresentados no fundo verde escuro, remetem automaticamente às cores da bandeira nacional e ao estilo e estética política de Jair Bolsonaro e seus simpatizantes.

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

O BRASIL É MAIOR
QUE NOSSOS PROBLEMAS

Apesar do momento difícil, é importante não esquecer que **SOMOS MUITO MAIS FORTES** que todos esses problemas.

O Brasil passará por uma rápida transformação cultural, onde a impunidade, a corrupção, o crime, a “vantagem”, a esperteza, deixarão de ser aceitos como parte de nossa identidade nacional. POIS NÃO MAIS ENCONTRARÃO GUARIDA NO GOVERNO.

Importante mencionar novamente: As leis e, em destaque, Nossa Constituição serão nossos instrumentos! Ninguém será perseguido, todos terão seus direitos respeitados. Todavia, investigações não serão mais atrapalhadas ou barradas.
A Justiça poderá seguir seu rumo sem interferências políticas e isso deverá acelerar as punições aos culpados.

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

ATUALMENTE TEMOS 29
ESTRUTURAS MINISTERIAIS
23 Ministérios;
2 Secretarias com status de Ministério;
4 Órgãos com status de Ministério;
Fonte: www2.planalto.gov.br/pressreleases/ministerios

REDUÇÃO DE MINISTÉRIOS

Um número elevado de ministérios é ineficiente, não atendendo os legítimos interesses da Nação. O quadro atual deve ser visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular “toma lá-dá-cá”.

BOLSONARO2018

BOLSONARO2018

Figura 3. Páginas 15, à esquerda, e 17, à direita, da proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro. Fonte: O CAMINHO DA PROSPERIDADE (2018).

Quando o texto afirma que “SOMOS MUITO MAIS FORTES” (*Idem*, p. 15), infere-se que o sujeito oculto da frase são os próprios brasileiros, a união de pessoas que compartilham desta nacionalidade. No entanto, é preciso ter em mente que o conceito de “povo brasileiro” que a retórica bolsonarista aplica, é excludente e dicotômico: aqui, brasileiros são retratados exclusivamente pelos cidadãos que comungam das políticas e, sobretudo, dos valores defendidos pela candidatura de Bolsonaro (FERNANDES, 2019), os chamados “cidadãos de bem”. Não à toa, eleitores e apoiadores bolsonaristas se autorreferenciavam como patriotas durante as eleições de 2018 (CESARINO, 2020), prática que permanece até a atualidade.

O que se percebe na semiótica dos quadros verdes é a combinação de um estilo e um conteúdo textual que visa colocar o pretendido governo de Bolsonaro na posição de legítimo porta-voz da nação e dos nacionais: as cores da bandeira nacional, símbolo amplamente utilizado por Bolsonaro e seus eleitores, com uma mensagem que convoca os brasileiros (nos termos excludentes supracitados) a unirem-se em torno do projeto de governo que se pretende formar. Dessa maneira,

podemos começar a nos atentar à identificação de um padrão no estilo e imagem, nos termos de Silverstein (2003) da comunicação política virtual da candidatura de Jair Bolsonaro.

O *slide* de número 15, à esquerda da Figura 3, traz consigo uma caixa de texto ao lado do quadro em verde escuro discutido anteriormente, com os seguintes dizeres: “O Brasil passará por uma rápida transformação cultural, onde a impunidade, a corrupção, o crime, a ‘vantagem’, a esperteza, deixarão de ser aceitos como parte de nossa identidade nacional, POIS NÃO MAIS ENCONTRARÃO GUARIDA NO GOVERNO.” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 15). Gostaríamos de ressaltar o emprego da expressão “identidade nacional” na mensagem. O texto afirma que a corrupção e o crime eram parte da suposta identidade nacional do Brasil até aquele momento. Segue dizendo que, uma vez eleito, o governo de Jair Bolsonaro seria responsável por uma rápida mudança cultural, assumindo para si a capacidade de redesenhar aquilo que, de maneira vaga, se chamou de identidade nacional.

Como se viu no primeiro capítulo, Calhoun (1997) defende que o nacionalismo, enquanto formação discursiva, costuma ser uma estratégia utilizada por elites políticas para se projetarem retoricamente como representantes legítimos da pátria e dos valores, interesses e códigos identitários atribuídos a ela. Entretanto, tais valores, interesses e códigos identitários que são atribuídos às noções de pátria e nação, são, na verdade, transitórias e relacionais: se alteram de acordo com o contexto e os interesses de quem as articula em dado momento. Para a elite política interlocutora do discurso nacionalista, no entanto, são conceitos tomados de forma definitiva e, conseqüentemente, instrumentalizada.

No trecho analisado, a comunicação política parece funcionar como o previsto pela teoria do nacionalismo discursivo, de Calhoun (1997): a elite política reivindicando o poder de (re)definição e representação da suposta identidade da nação. Primeiro, informa que os governos antecessores, através de práticas imorais, criminosas e corruptas, gravaram essas características no cerne da identidade nacional brasileira; ou seja, tiveram, durante seus anos de governo, o poder de defini-la. Num segundo momento, infere que a identidade nacional será novamente redesenhada através da formação e atuação do governo de Jair Bolsonaro. Trata-se de uma simplificação e instrumentalização política de um conceito amplamente contestado, como é o caso de “identidade nacional”.

Ainda na Figura 3, podemos observar um quadro vermelho com letras brancas, à direita da imagem. O quadro descreve a estrutura ministerial do Brasil em 2018: “ATUALMENTE TEMOS 29 ESTRUTURAS MINISTERIAIS: 23 Ministérios; 2 Secretarias com status de Ministério; 4 Órgãos com status de Ministério” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 17). O primeiro elemento que salta aos olhos, é a escolha da cor do quadro: um tom de vermelho muito saturado. Essa cor causa forte contraste não somente com relação aos demais elementos da página, mas em relação ao documento como um todo, que é predominantemente branco, com textos na cor preta e com elementos visuais que variam entre verde, amarelo e azul.

Entendemos que o vermelho, naquela mensagem, foi estrategicamente empregado por duas principais razões. Em primeiro lugar, visualmente, através do contraste, ele demarca e intensifica a fronteira que separa o Brasil e os governos até o ano de 2018, e o Brasil almejado pela eleição presidencial de Bolsonaro, após 2018. Em segundo, associa ao governo anterior (e aqui é preciso salientar a preponderância do antagonismo que Bolsonaro e seus eleitores constroem com relação ao Partido dos Trabalhadores, ainda que, naquele momento, o partido não estava em situação de governo há mais de dois anos) às negatividades da opção por um Estado supostamente expansivo e ineficiente, em função de sua quantidade de Ministérios⁶⁷.

Ainda que as interpretações sobre as cores possam divergir de acordo com as diferentes culturas de diferentes localizações geográficas, é incontestável seu caráter universal em informar e carregar consigo símbolos que auxiliam na formação de nosso pensamento simbólico (CHEVALIER; GHEERBRAU, 2018). Nesse sentido, apostamos que a utilização da cor vermelha na proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro remonta aos símbolos e às subjetividades que ela representa tanto de forma mais abrangente, quanto de maneira mais específica, relacionado ao contexto sociopolítico brasileiro.

No Brasil, é a cor utilizada por grupos de direita e extrema-direita para alimentar a antítese de seu projeto político e simbólico de nação. Tais grupos constroem a representação dos adversários políticos e ideológicos, localizados no campo à

⁶⁷ No dia 5 de outubro de 2018, durante uma de suas últimas transmissões ao vivo nas redes sociais antes do primeiro turno das eleições, Bolsonaro deu uma declaração afirmando que, se eleito, governaria com uma estrutura ministerial reduzida. Em suas palavras: “um ministério enxuto, com no máximo 15 ministros, que possa representar os interesses da população, não de partidos”. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Tvh4_C4ERag&ab_channel=JairBolsonaro. Acesso em: 18 mar. 2021). No entanto, após eleito, construiu uma estrutura ministerial com 22 ministérios; portanto, sete a mais do que o prometido durante a campanha eleitoral.

esquerda do espectro, principalmente através da cor vermelha, demarcando-a com uma conotação negativa, violenta e – mais importante para esta análise – antipatriota. Essa observação é relevante para compreendermos as nuances simbólicas do nacionalismo presente na campanha de Jair Bolsonaro pois, ao representar seu antagonista pelo vermelho, reforça-se, através do contraste, sua própria representação e identidade pelo verde, amarelo e azul; não por acaso, as cores da bandeira e símbolos nacionais brasileiros.

A Figura 4, uma captura de tela dos *slides* 27 e 28 da proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro, ilustra esse movimento de atribuição de elementos visuais representados pela predominância da cor vermelha quando se refere à esquerda brasileira. O estilo das mensagens é idêntico ao quadro vermelho analisado da Figura 3: caixas de texto num tom saturado de vermelho e palavras na cor branca. A presença extensiva dos tons saturados de vermelho parece sinalizar negatividade, conflito, agressividade e violência, especialmente quando se observa o conteúdo das mensagens: um gráfico sobre a variação na taxa de homicídios por estados, no *slide* 27 e uma discussão sobre a origem das mortes violentas no Brasil não serem associadas à ação policial, na página seguinte.

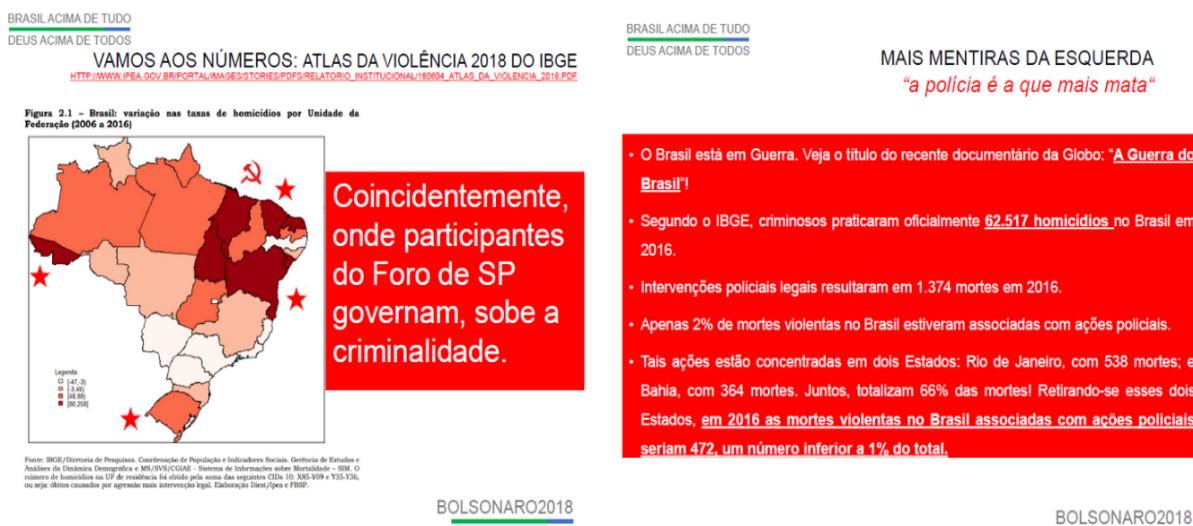


Figura 4. Páginas 27, à esquerda, e 28, à direita, da proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro. Fonte: O CAMINHO DA PROSPERIDADE (2018).

Conforme Motta (2019), uma das manifestações simbólicas mais expressivas dos grupos sócio-políticos de direita e extrema direita, no Brasil, é a constante a oposição das cores nacionais – verde e amarelo – ao vermelho, cor simbólica da esquerda. De fato, na Figura 4, salta aos olhos a completa ausência das cores verde,

amarelo e azul no conteúdo dos *slides* – com exceção dos *slogans* padronizados nos cantos superiores e inferiores, já discutidos. Trata-se de um completo desvio no padrão do estilo do documento. Essa ruptura estética é observada justamente nas páginas em que não se refere às propostas e planos do futuro governo Bolsonaro, mas num espaço exclusivamente dedicado à associação explícita entre esquerdas e violência e também à associação implícita entre esquerdas e antipatriotismo.

Além das cores, outros dois elementos visuais se destacam no gráfico presente na Figura 4: a foice e o martelo, representando o comunismo, e estrelas vermelhas, possivelmente associadas ao Partido dos Trabalhadores. Motta (2019) ressalta que uma das principais características visuais daquilo que o autor chama de “propaganda antiesquerdista” construídas por grupos direitistas é a intensa utilização de foices e martelos, da figura de Karl Marx, Che Guevara e outros símbolos comunistas. Sempre num caráter de rechaço, visando, no limite, sua criminalização. No Brasil, a guinada política à direita a partir de 2013 representou um aumento na recorrência e adesão popular de tais propagandas e mobilizações antiesquerdistas – que incluem motivações e discursos anticomunistas e antipetistas⁶⁸.

Nesse contexto, desde o período que precedeu o controverso processo de *impeachment* de Rousseff⁶⁹ – consumado em 2016 através do que Santos (2017) denomina de golpe constitucional – um dos brados mais ecoados em redes sociais e em manifestações organizadas por grupos sociopolíticos da direita conservadora no Brasil, foi o “nossa bandeira jamais será vermelha” (MOTTA, 2019). Consideramos esse bordão significativo pois ele sumariza o argumento que vem sendo construído até aqui a respeito da articulação entre nacionalismo e patriotismo e a formação identitária da direita brasileira a partir de 2013 – que oferece as bases simbólicas para a construção da identidade política do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro. Essa, por sua vez, influencia toda a estratégia de comunicação virtual do político, desde sua forma (estilo, imagens, cores e estética) até seu conteúdo (temas, correntes ideológicas etc.).

⁶⁸ *Antipetismo* é a terminologia utilizada para se referir ao fenômeno de rejeição ao Partido dos Trabalhadores. Para Motta (2019), ela se refere a uma categoria das pesquisas de opinião que visa mensurar e analisar os níveis de repulsa popular em relação ao partido.

⁶⁹ À época, enquanto deputado federal eleito pelo PSL-RJ, Bolsonaro justificou seu voto em apoio ao afastamento de Dilma em homenagem ao coronel Ustra, responsável por torturas durante o período da ditadura militar do Brasil (1964-1985). Bolsonaro disse: “Perderam em 1964, perderam em 2016. Contra o comunismo, contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o pavor de Dilma Rousseff.” (OLIVEIRA, 2016).

Ainda que o bordão tenha surgido num contexto anterior ao das aspirações presidenciais de Jair Bolsonaro, alguns anos depois, a ideia contida na mensagem “a nossa bandeira jamais será vermelha” seria apropriada pela campanha presidencial do então candidato, sendo replicada, inclusive, em sua proposta de plano de governo. Conforme mostra a Figura 5, o *slide* de número 8 do documento traz os dizeres: “A NOSSA BANDEIRA É VERDE-AMARELA” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 08).

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

A NOSSA BANDEIRA É VERDE-AMARELA

- Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira.
- Queremos um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco.

PRECISAMOS NOS LIBERTAR!

VAMOS NOS LIBERTAR!

BOLSONARO2018

Figura 5. Página 08 da proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro. Fonte: O CAMINHO DA PROSPERIDADE (2018).

Podemos analisar a presença dessa mensagem no plano de governo de Bolsonaro nos termos daquilo que Svesson (2011) descreve como o uso reflexivo da internet por parte de atores políticos: a negociação de sua própria identidade e imagem política a partir de trocas de referências com o mundo social. Assim, a presença da afirmação de que a bandeira brasileira é verde e amarela, em sua proposta de governo, significa um aceno para determinado grupo social – seu potencial eleitorado – no sentido de que suas manifestações presenciais e virtuais estão sendo ouvidas e contempladas através da comunicação oficial da candidatura de Bolsonaro.

Essa troca de referências entre políticos e apoiadores na construção da identidade virtual de candidatos, que Svesson (2011) se refere como sendo um uso reflexivo da internet, inclui o uso de elementos, símbolos, imagens e bordões de origem exógena às candidaturas, em suas manifestações digitais. Trata-se de uma

estratégia especialmente explorada por políticos populistas, pois tem o potencial de causar um efeito de proximidade entre eleitorado e candidato, gerando sensação de espontaneidade naquilo que está sendo comunicado, visto que é um “reflexo” da linguagem utilizada em contextos sociopolíticos externos à rede digital.

Cesarino (2019), analisando as nuances do bolsonarismo e de sua performance digital, tem desenvolvido o conceito de “populismo digital” para se referir a esse fenômeno em curso. Segundo a autora (2019, p. 533), a “criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (notadamente, a academia e a imprensa profissional)” está entre as principais características do populismo digital. Dessa forma, os discursos de Bolsonaro e a linguagem utilizada durante sua campanha são sensivelmente influenciadas pelas dinâmicas comunicativas das redes digitais (SILVA, 2020). As dinâmicas comunicativas on-line e presenciais influenciam não apenas a comunicação informal das redes sociais de Bolsonaro, mas, também, a comunicação oficial de sua candidatura presidencial, como se observa através da análise de seu plano de governo.

De volta à proposta de plano de governo, o documento continua: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira. Queremos um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 08). Destacamos duas movimentações estratégicas nesse excerto. Em primeiro, novamente a tentativa de antagonizar os governos anteriores, retratados como oligarquias corruptas influenciadas pelo suposto marxismo cultural, com aquilo que se chamou de “valores da Nação”. Aqui, recorreremos mais uma vez ao nacionalismo discursivo de Calhoun (1997) para pensar não somente sobre a instrumentalização simplória de uma ideia tão ampla e disputada como a que reside por trás “valores da Nação”, mas também para reconhecer a tentativa de posicionar o pretendido governo como representante legítimo desses valores, diferentemente de seus predecessores.

Em segundo lugar, um simbolismo nacionalista por trás do trecho “Queremos um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 08). O documento inscreve que o pretendido governo de Bolsonaro deseja um Brasil de *todas* as cores; no entanto, logo adiante, cita as cores

desejadas, revelando tratar-se de somente quatro – justamente, as cores que representam os símbolos nacionais, sua candidatura e seus grupos apoiadores. A seleção estratégica de cores citadas naquele contexto retroalimenta a relação simbólica entre bolsonarismo, nacionalismo e populismo.

Ao equacionar “todas as cores” existentes às quatro cores nacionais (denotando, ao mesmo tempo, o eleitorado e o patriotismo retórico de sua campanha), há também uma equivalência simbólica entre os eleitores de Jair Bolsonaro e o “todo” da população brasileira. Esse é um dos princípios da lógica populista, segundo Laclau (2013, p. 134-135.): “Para termos o ‘povo’ do populismo, precisamos de algo mais. Precisamos de uma *plebs* que reivindica ser o único *populus* legítimo, uma parcialidade que quer funcionar como a totalidade da comunidade”. Nesses casos, parece não haver espaço para as dissidências, para a presença do vermelho, do rosa e do preto, porque a noção bolsonarista de nação e pátria são operacionalizadas através de uma narrativa totalizante e excludente.

Ainda na Figura 5, na metade inferior da imagem, lê-se: “PRECISAMOS NOS LIBERTAR! VAMOS NOS LIBERTAR!” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 08). A mensagem nos leva a refletir sobre a necessidade de libertação daquilo que o documento considera como oligarquias corruptas que, ao longo dos últimos 30 anos, destruíram os valores da Nação e da família brasileira. Considerando que o documento foi desenvolvido em 2018, o marco temporal utilizado para sinalizar o início do que se entende por destruição dos valores nacionais (últimos 30 anos), praticamente coincide com o final do período da ditadura militar no Brasil, em 1985. Assim, infere-se que ao longo dos 21 anos em que o Brasil esteve sob o regime militar, não havia a necessidade de se libertar contra um poder opressor (a despeito da natureza do regime ser ditatorial). Em último caso, isso ocorre por que o período militar e a própria imagem dos militares estariam em plena harmonia com o ideal de nação e o “espírito nacional” que Bolsonaro defende em seu discurso.

A proposta de governo também articula a pauta da segurança e do militarismo com as noções de pátria e nação. O documento procura costurar essa relação a partir do argumento de que os agentes de segurança e defesa são os responsáveis pela defesa da soberania da nação e, portanto, devem ser reconhecidos como heróis nacionais. O militarismo e a exaltação dos militares como heróis nacionais funcionam de modo estratégico para Bolsonaro, visto que o próprio também é um militar; logo, apto para ser enquadrado na categoria de herói nacional. Como parte dessa

valorização do aspecto militar de sua formação e atuação anterior à vida política, Bolsonaro é recorrentemente chamado de “o capitão” por seu círculo político próximo e seus apoiadores (BAUER, 2019). A autora acrescenta que

Bolsonaro cria identificações por meio do ódio e por sua personificação das Forças Armadas, que no Brasil têm um prestígio que não gozam em nenhum outro país do Cone Sul. Os analistas atribuem esse prestígio às estratégias de legitimação da ditadura, à forma como foi feita a transição para a democracia e a uma imagem histórica das Forças Armadas identificadas com a ordem e com a própria ideia de Brasil (BAUER, 2019, p. 44, tradução do autor⁷⁰).

Em um dos eixos temáticos mais extensos da proposta, o “Segurança e combate à corrupção”, o espaço é dedicado à defesa do combate às drogas, da política de encarceramento em massa e da atuação de policiais no combate ao crime. Mais especificamente, constrói-se uma defesa intransigente da figura policial no Brasil, eximindo-a de responsabilizações por eventuais mortes ou danos causados em operações policiais e retratando-a como alvo de críticas ideológicas por grupos políticos de esquerda e pela mídia em geral.

O trecho abaixo, retirado da proposta, ilustra como a candidatura de Bolsonaro se posiciona, sobre a defesa jurídica da atuação de policiais através da medida de excludente de ilicitude, que exclui a culpabilidade de condutas ilegais em determinadas circunstâncias. A promessa da expansão do excludente de ilicitude foi, inclusive, uma de suas promessas de campanha direcionadas ao setor militar.

Policiais precisam ter certeza que, no exercício de sua atividade profissional, serão protegidos por uma retaguarda jurídica. Garantida pelo Estado, através do **excludente de ilicitude**. Nós brasileiros precisamos garantir e reconhecer que a vida de um policial vale muito e seu trabalho será lembrado por todos nós! Pela Nação Brasileira! (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 32, grifo do original).

No excerto, há uma tentativa de vincular emocionalmente a atuação policial à simbologia de nação. Mais que uma base eleitoral importante à candidatura de Bolsonaro, os militares compõem a construção de sua identidade política e a identidade que se pretende imprimir à pátria em sua retórica. Por isso, reforçar a ideia de que policiais e militares são “heróis nacionais” é uma estratégia recorrente em sua campanha, e visa condensar no mesmo discurso o nacionalismo e o militarismo.

⁷⁰ No original: “Bolsonaro crea identificaciones por medio de su odio y por medio de su personificación de las Fuerzas Armadas, que em Brasil cuentan con un prestigio del que no gozan en ningún otro país del Cono Sur. Los analistas le atribuyen este prestigio a las estrategias de legitimación de la dictadura, a la forma como se realizó la transición a la democracia y a una histórica imagen de las Fuerzas Armadas identificadas con el orden y con la propia idea de Brasil” (BAUER, 2019, p. 44).

Abaixo, recuperamos mais um exemplo de como a candidatura de Bolsonaro articula a imagem dos militares com a construção simbólica de nação existente em seu discurso.

Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela doutrinação ideológica de esquerda, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram. Houve clara intenção de desconstruir a imagem desta espinha dorsal da Nação, afinal, elas são o último obstáculo para o socialismo. (...) Atualmente, a Nação olha para as Forças Armadas como garantia contra a barbárie (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 33).

O trecho acima, além de ilustrar como a candidatura de Bolsonaro responsabiliza a “doutrinação ideológica de esquerda” por atacar a imagem das Forças Armadas brasileira, ainda serve como mais um demonstrativo de como o discurso bolsonarista retrata os militares e suas instituições como sendo os verdadeiros heróis nacionais, defensores da pátria contra o “socialismo” e a “barbárie” – razão pela qual seriam atacados por grupos de esquerda, visto que, segundo seu argumento, estes últimos são, por essência, antipatriotas. Esse discurso beligerante e militarista “converte adversários políticos em inimigos da pátria” (ALONSO, 2019, p. 55).

Nesse exemplo, destacamos também a utilização de prosopopeia para atribuir à abstrata ideia de “nação”, sentimentos ou ações que são próprias de humanos (como em “espinha dorsal da Nação” ou “a Nação olha para as Forças Armadas”). Interpretamos como uma estratégia recursiva que mira no robustecimento dos laços emocionais e subjetivos entre o Estado-nação e os cidadãos nacionais. Ou, para utilizar os termos mais próximos do bolsonarismo, entre as categorias “pátria” e os “patriotas”.

Na Figura 6, mais um retrato da defesa incondicional da figura policial e militar na proposta de governo de Bolsonaro e como ela se associa com o imaginário nacionalista do universo bolsonarista. O conteúdo desta página do documento aparece em conformidade com a abordagem que é dada à questão militar e policial no restante da proposta de governo e propõe que policiais mortos em operações sejam lembrados e homenageados como heróis, tendo seu nome gravado no Panteão da Pátria e da Liberdade. Analisando a composição das frases, observa-se que, ao mesmo tempo em que afirma que “Enquanto a esquerda está preocupada com as mortes associadas a ações policiais” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p.

29), diz, em seguida, que “Nós brasileiros agradecemos aos heróis e suas famílias pela coragem e pelo sacrifício que fizeram” (*Idem, Ibid*).

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

- Enquanto a esquerda está preocupada com as mortes associadas a ações policiais, segundo a Ordem dos Policiais do Brasil (OPB), foram mortos 493 policiais em 2016! Em 2017 esse total subiu para 552 e, infelizmente, tudo indica que teremos ainda mais policiais mortos em 2018.
- São Heróis Nacionais que tombaram e foram esquecidos pelos atuais governantes nesta Guerra do Brasil! Um dos compromissos será lembrar o nome de cada um desses guerreiros! Suas famílias serão homenageadas e cada um desses heróis terá seu nome gravado no Panteão da Pátria e da Liberdade!

A GUERRA NO BRASIL SERÁ
VENCIDA!
NOSSOS HERÓIS SERÃO
LEMBRADOS!

Nós brasileiros agradecemos aos heróis e suas famílias pela coragem e pelo sacrifício que fizeram! Que seus nomes nunca sejam esquecidos!



BOLSONARO2018

Figura 6. Página 29 da proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro. Fonte: O CAMINHO DA PROSPERIDADE (2018).

Ênfase, nesse último trecho, para a utilização do termo “brasileiros” para se referir àqueles que são agradecidos pela atuação dos policiais na execução de suas funções. Ou seja, se a esquerda, em seus próprios termos, pensa de modo crítico em relação às mortes associadas às ações policiais, os *brasileiros* são gratos. A oposição que se constrói não é entre “esquerda e direita” ou “progressistas e conservadores”, por exemplo. Diferentemente disso, proposta de plano de governo é explícita em construir uma relação de antagonismo entre as categorias “esquerda” e “brasileiros”.

Nessa perspectiva, a simbologia da categoria “brasileiros” deixa de remeter aos cidadãos que compartilham dos critérios para obtenção de nacionalidade brasileira, estabelecidos pelo Art. 12 da Constituição Federal de 1988, e passa a significar um *status* sócio-político, cujos requisitos para obtenção, seriam a identificação, aceitação e compartilhamento das noções de pátria e patriotismo representadas por Bolsonaro. A rigor, nessa ótica, grupos dissidentes – como partidos políticos de esquerda (ou mesmo de centro) e indivíduos que se posicionavam como opositores da candidatura de Jair Bolsonaro – não serão considerados brasileiros. No limite, essas práticas retóricas buscam reforçar a confusão conceitual entre as ideias de “bolsonarismo” –

sintetizando as agendas conservadoras e visões ideológicas deste grupo, incluindo a defesa e exaltação militar – e “patriotismo”.

O material da proposta de plano de governo da candidatura de Jair Bolsonaro em 2018 acima mobilizado, visando analisar como ocorre a articulação dos conceitos de nação, pátria e temas contíguos, não apresenta a totalidade de vezes em que tais conceitos estão presentes no documento. Contudo, é um conjunto que funciona de forma representativa para identificarmos alguns padrões temáticos e estéticos – ou, nos termos de Silverstein (2003), padrões de imagens e estilos – da comunicação relativa à ideia de nação e pátria num dos documentos imprescindíveis para qualquer candidatura presidencial. Com efeito, identificamos algumas tendências que se destacam quando a proposta de governo de Bolsonaro se utiliza de “nação” e “pátria” em sua comunicação.

Em primeiro, apresentar-se como legítimo defensor dos supostos valores e identidades nacionais. Em mais de uma ocasião, o documento informa que a identidade nacional do Brasil e os valores que, alega o bolsonarismo, definem esse país, estariam sendo deturpada por práticas políticas de governos anteriores. Ao fazê-lo, a proposta reivindica para si a capacidade de, se eleito governo, reverter essa transição, numa tentativa de retornar às tradições nacionais. Como já foi discutido, essa prática é recorrente quando se faz uso do nacionalismo enquanto formação discursiva (CALHOUN, 1997). No entanto, a construção dessa mitologia nacionalista toma conceitos essencialmente contestados – ou seja, aqueles sobre os quais não se possui consenso ou ampla aceitação (GARVER, 1978) – como os casos de “valores nacionais” e “identidade nacional”, como sendo unanimidades definidas social e historicamente, de maneira acrítica. A proposta analisada não parece oferecer maiores problematizações sobre o que se entende por “identidade nacional”, ou como se pode moldar tal valor através de políticas de governo.

Outra tendência observada na análise do material é o reforço da identidade de grupo de simpatizantes de Bolsonaro por meio do chavão “patriotas”. A sobreposição de determinadas informações verbais e visuais aludem a um tipo de característica coletiva autoatribuída entre eleitores bolsonaristas: patriotismo. Dessa forma, quando o plano de governo do então candidato comunica, dentro de um quadro verde e amarelo, que “é importante não esquecer que SOMOS MUITO MAIS FORTES que todos esses problemas” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 15), ou “A NOSSA BANDEIRA É VERDE-AMARELA” (*Idem*, p. 08), consideramos se tratar de

um chamado à permanência e reforço da mobilização popular através da alcunha de patriotas.

A terceira tendência refere-se ao estilo e estética da comunicação não verbal da proposta de plano de governo analisada. Para a conformação da identidade política de Bolsonaro, no documento, são utilizadas predominantemente as cores verde e amarelo; em mesma medida, a cor vermelha é atribuída para a construção das representações e simbologias de esquerdas. De um lado, o líder patriota e seus seguidores, igualmente patriotas, se apropriam das cores que são símbolo da nação para alimentar sua identificação coletiva com o projeto político do então candidato. Por outro lado, só pode haver espaço para a sua antítese: a identificação visual do antipatriota através de símbolos e cores que não pertencem ao imaginário coletivo de nação e pátria brasileira.

A colocação de figuras e instituições ligadas à segurança e defesa, como polícias, agentes militares e as Forças Armadas, no posto de heróis nacionais também é uma das características identificadas na proposta de governo de Jair Bolsonaro. A narrativa se desenvolve a partir do argumento de que essa classe sofreu constantes ataques da mídia, de setores acadêmicos e de governos anteriores. No entanto, os *verdadeiros patriotas*, afirma o documento, reconhecem seus esforços na manutenção da segurança pública e na soberania do Estado contra conspirações comunistas e doutrinações ideológicas de partidos de esquerda. Portanto, observamos a inclusão de militares e policiais como um dos pilares da retórica nacionalista bolsonarista, ocupando uma posição de prestígio, onde são retratados como heróis responsáveis pela não sucumbência do Brasil frente ao que alegam de ameaças comunistas e ideológicas de diversas ordens.

Por fim, interpretamos que a proposta de plano de governo de Bolsonaro assume a tendência populista de reduzir a categoria mais ampla da população brasileira e equacioná-la à categoria de apoiadores e simpatizantes bolsonaristas. Esse movimento é realizado a partir da utilização dos conceitos de “patriota”, “cidadão do bem”, “defensor dos valores da Nação e da família brasileira”, entre outros. Dessa maneira, sob essa ótica, são sistematicamente excluídos das categorias simbólica “brasileiros” aqueles que se opõem parcial ou integralmente à visão de mundo ou propostas de políticas advindas de sua candidatura. Percebemos, portanto, uma instrumentalização nacionalista, populista e excludente na retórica do documento analisado.

A seguir, analisaremos algumas publicações selecionadas pela conta oficial do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro (@JairBolsonaro) no *Twitter* durante o período de campanha eleitoral presidencial em 2018. O objetivo é traçar análises que deem conta de oferecer interpretações e identificar padrões ao uso das noções de “nação”, “nacionalismo”, “pátria”, “patriotismo” e “identidade nacional” (através de mensagens textuais e audiovisuais) em sua comunicação digital naquela rede social, bem como verificar se há convergências com as tendências observadas na proposta de governo.

4.2.2 Manifestações no *Twitter*

Criado em 2006, o *Twitter* é uma rede social e um servidor para *microblogging* que permite que os usuários compartilhem e recebam atualizações instantâneas de outros usuários ao redor do mundo. Uma de suas principais características é o limitado e reduzido número de caracteres permitidos por cada mensagem: 280. Originalmente, a quantidade máxima de caracteres permitidos por cada *tuíte*⁷¹ era de 140; no entanto, a partir uma atualização realizada na plataforma em 2017, esse número dobrou e, desde então, permanece em 280. Justamente por permitir somente mensagens curtas, a rede costuma ser utilizada para o compartilhamento de “conteúdos rápidos” e instantâneos sobre o que está ocorrendo no mundo, a partir da ótica de cada usuário e a respeito dos mais variados temas, desde cultura, música e entretenimento, passando por política, sociedade, economia etc.

Sua proposta inicial seria a de ocupar, na internet, o espaço e a função que as mensagens de texto por celulares (SMS) desempenham. Mas, ainda que a essência da rede permaneça sendo a produção de mensagens textuais curtas, outras atualizações na plataforma tornaram seu uso mais dinâmico, expandido as possibilidades de criação e compartilhamento de conteúdo para além de mensagens escritas, passando a abarcar materiais audiovisuais, como imagens, vídeos e *memes*⁷². Com efeito, as ações e interações entre usuários do *Twitter* se resumem

⁷¹ O termo “tuíte” é o aportuguesamento do original “*tweet*”, em inglês. Cada tuíte é uma mensagem publicada no *Twitter*.

⁷² *Meme* é o termo utilizado para se referir a imagens, textos ou vídeos que são retirados de seu contexto original e alterados ou reinterpretados para atingir fins humorísticos (VISCARDI, 2020). Varis e Blommaert (2015) consideram que os *memes* geralmente pressupõem uma combinação de textos e imagens que passam por um processo de ressemiotização, através do qual alguns de traços originais

em: “1) postar sua própria mensagem na rede (com links, imagens e vídeos); 2) ‘retuitar’ a mensagem de alguém, com ou sem um comentário; 3) responder a um tuíte logo abaixo dele e 4) dar ‘like’ em um tuíte sem necessariamente retuitá-lo ou comentá-lo.” (VISCARDI, 2020, p. 1139-1140).

Assim como a maior parte das redes sociais, o *Twitter* oferece um espaço que favorece o compartilhamento de conteúdo “direto”⁷³ entre um usuário e seus seguidores, sem a mediação explícita de outros agentes – ainda que os algoritmos desempenhem um papel no controle e circulação de mensagens postadas na rede social (BLOMMAERT, 2020). Por essa razão, cada vez mais, tem se tornado um ambiente propício para que atores políticos divulguem suas agendas, propostas e ideologias defendidas entre seus seguidores, de maneira direta e contínua, favorecendo a consolidação de laços interativos e afetivos e contribuindo para a conformação de identidades políticas coletivas. Sobre a presença e atuação de políticos nas redes sociais, Viscardi adiciona que

Ao aderir ao uso dessas plataformas, os políticos aderem também à arquitetura das redes, às suas dinâmicas de compartilhamento, de viralização e de estabelecimento dessa proximidade com seus interlocutores, este último um importante elemento na manutenção da lógica populista. Além disso, mobilizam a geração de pautas que serão não só discutidas e compartilhadas por seus apoiadores, como também noticiadas pela imprensa (VISCARDI, 2020, p. 1140-1141).

Entre os principais pontos a serem destacados no modo de funcionamento da comunicação política via *Twitter*, Blommaert (2020) cita que não existe uma estrutura linear e simétrica entre emissor e receptor de mensagens, tampouco existe um único público, uma audiência homogênea, a receber as mensagens que são publicadas nos perfis do *site*. Segundo o autor, o que se percebe é a existência de “um complexo fragmentado de audiências ‘nichadas’, muitas vezes com interesses ou orientações políticas incompatíveis” (2020, p. 397, tradução do autor⁷⁴).

Ainda, o autor reforça o argumento de que, no *Twitter*, o discurso político não é produzido apenas por lideranças políticas: a produção, a circulação e os efeitos dos

são removidos – sem que o cerne de seu conteúdo se torne irreconhecível – e situacionalmente modificados de modo a produzir efeitos comunicativos diferentes.

⁷³ Aqui, o sentido de “direto” é compreendido como a ausência de estruturas midiáticas mediando, selecionando e guiando os discursos emitidos por atores políticos, como em entrevistas concedidas a jornais, por exemplo. No entanto, não se trata de uma comunicação puramente direta, visto que a distribuição e o alcance das mensagens são indiretamente mediados por fatores inerentes às redes sociais, como os algoritmos (BLOMMAERT, 2020).

⁷⁴ No original: “a fragmented complex of ‘niched’ audiences often with incompatible interests or political orientations” (BLOMMAERT, 2020, p. 397).

discursos são reflexos da interação entre todos os interlocutores envolvidos no processo de comunicação virtual, incluindo os atores não humanos, como os algoritmos (BLOMMAERT, 2020). Essa noção ajuda a compreender como os tuítes publicadas nas contas pessoais de figuras políticas moldam ao mesmo tempo em que são moldadas pelas manifestações coletivas. Por exemplo, determinado candidato pode se apropriar de uma pauta social que está sendo amplamente discutida digitalmente por sua base eleitoral através de sua interação com essa base, tornando-a um tópico político explorado em suas redes sociais; sendo igualmente possível o sentido inverso: determinado grupo se apropriando digitalmente de pautas levantadas por candidatos políticos.

A partir dessas considerações a respeito do funcionamento do *Twitter* e de sua estrutura comunicativa, avançaremos para a investigação dos usos das noções de “nação” e “pátria” na conta oficial do então candidato à presidência em 2018, Jair Bolsonaro. Através da ferramenta de busca avançada, disponibilizada pelo próprio *site*, foi possível revisitar os tuítes emitidos por seu perfil no *Twitter* durante a campanha eleitoral presidencial daquele ano, entre os dias 15 de agosto de 2018 e 28 de outubro de 2018. De início, é necessário pontuar que apesar de se tratar da conta *pessoal* do então presidencial, não necessariamente é Jair Bolsonaro quem, de fato, produz(ia) os tuítes de seu perfil. Na verdade, há indícios de que tenha sido Carlos Bolsonaro, segundo filho de Jair Bolsonaro e vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo partido Republicanos, o responsável pela estratégia de comunicação digital da campanha de seu pai e pela produção dos tuítes do então candidato à época das eleições⁷⁵.

Como esperado, o “tempo da política” (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) foi um período prolífico para as redes sociais de Jair Bolsonaro. Em sua conta no *Twitter*, houve intensa atividade e muitos tuítes postados ao longo de um mesmo dia; tendência que se acirrou ainda mais conforme a data do 1º turno (7 de outubro de 2018) e do 2º turno (28 de outubro 2018) se aproximavam. Entre a diversidade de material, Bolsonaro fez uso de todas as possibilidades audiovisuais em seus tuítes: textos, imagens, memes e vídeos; repostou as transmissões ao vivo que realizou com

⁷⁵ Carlos Bolsonaro já admitiu ter acesso à conta do *Twitter* de seu pai, Jair Bolsonaro. Em 2019, o vereador se desculpou por publicar na conta de seu pai um tuíte sem autorização do mesmo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/twitter-bolsonaro-carlos-mensagens/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

frequência em seu canal no *YouTube*, e também repostou matérias jornalísticas que o citavam – normalmente para criticá-las ou desacreditá-las. Além do mais, fez grande utilização da informalidade em sua comunicação via *Twitter*, o que o fez ser considerado por apoiadores como uma figura autêntica e “próxima”.

Em 16 de agosto de 2018, Bolsonaro fez o primeiro tuíte aludindo à ideia de patriotismo, considerando a partir do início das eleições. Conforme ilustra a Figura 7, a mensagem afirma “Por fim, um presidente que seja honesto, patriota e tenha Deus no coração”. A escolha textual pela expressão “por fim”, indica que, pela primeira vez, em algum determinado período de tempo que não é especificado, o Brasil terá a chance de ter um presidente que zela pelos valores da pátria, caso Bolsonaro seja eleito. Ao fazê-lo, reivindica exclusivamente para si o título de patriota, ao mesmo tempo em que, indiretamente, rotula os presidentes anteriores como sendo antipatriotas (ou, ao menos, como não patriotas).

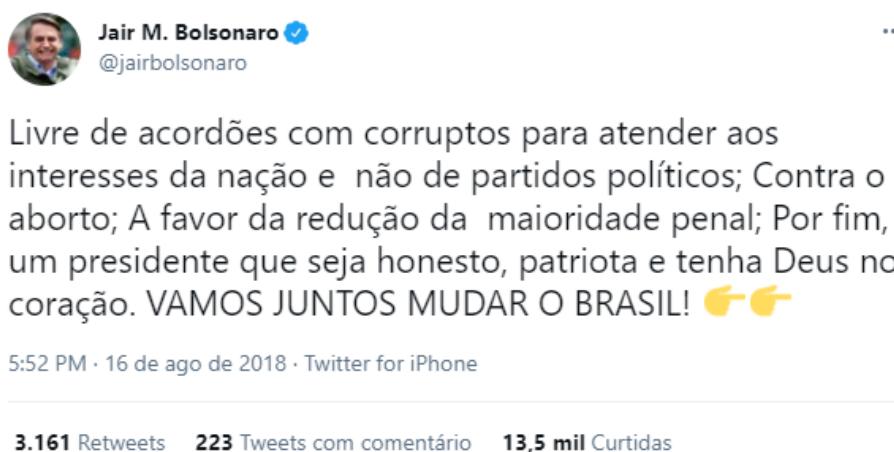


Figura 7. Tuíte de 16 de agosto de 2018. Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1030195606222974978>. Acesso em: 20 mar. 2021.

De forma similar, nesse trecho, Bolsonaro também afirma se diferenciar dos presidentes anteriores por ter “Deus no coração”. Como se discutiu no capítulo anterior, é seguro afirmar que a articulação de valores religiosos, especialmente cristãos, em sua retórica e comunicação digital, é um dos pilares centrais da conformação do nacionalismo bolsonarista. Deste modo, a narrativa se constrói a partir da argumentação de que Bolsonaro seria o único candidato a representar dois valores amplamente aceitos na sociedade brasileira: patriotismo e cristianismo.

Nesse mesmo tuíte, representado pela Figura 7, Bolsonaro menciona a necessidade e o compromisso em atender “aos interesses da nação e não de partidos políticos”, sem que se discorra sobre quais seriam tais interesses. Além de se

apropriar do conceito de “interesses da nação” para benefício político próprio, é interessante observar como o conceito em questão é textualmente colocado em posição de antagonismo em relação aos interesses de partidos políticos, inferindo que estes são um obstáculo à promoção daquele.

Ao final do tuíte, destaca-se também a utilização de *emojis*⁷⁶ que representam um movimento de mãos característico de Bolsonaro e repetido por seus apoiadores ao longo da campanha eleitoral. Seu formato simula um revólver e seu significado alude ao uso e porte de armas. Os *emojis* complementam a mensagem do texto que os precede: “VAMOS MUDAR O BRASIL!”, indicando que a mudança que pretendem levar a cabo no país passa pela implementação de políticas armamentistas, pauta extensivamente defendida por Bolsonaro. Viscardi (2020) aponta que a informalidade na escrita, como é o caso do emprego de *emojis*, é um traço importante do populismo esposado por Bolsonaro em suas redes sociais durante a campanha. A utilização de linguagem informal reforça características exploradas pelo então candidato na conformação de sua identidade política, como o esforço por parecer um “homem do povo” e cujos discursos são expressos de forma simples, coloquial e, por vezes, rígida (SILVA, 2019).

A Figura 8 retrata outro tuíte de Bolsonaro com a mesma temática e estrutura argumentativa: a oposição entre “interesses da nação” e partidarismo. A mensagem responsabiliza a composição do governo baseada em critérios político-partidários, e não a partir do critério de perseguição do interesse nacional, como sendo a causa de o Brasil “estar na lama” nos últimos governos. Aqui, novamente, há o reforço de um sentimento antipartidarista e também de rejeição à política, reificando o “interesse nacional” como um valor apolítico, quase mítico. Para Fernandes (2019), ataques aos partidos políticos, frequentemente elaborados a partir de óticas moralistas, são uma das estratégias de promoção de uma suposta homogeneidade nacional baseada em princípios ufanistas.

⁷⁶ Os *emojis* ou *emoticons* são um recurso textual frequentes em comunicações digitais, especialmente nos espaços informais. Se tratam de imagens (representações gráficas) que expressam emoções e sentimentos. Cada *emoji* possui um significado particular e sua interpretação é dada de acordo com o contexto em que está inserido (EMOJI, 2021).

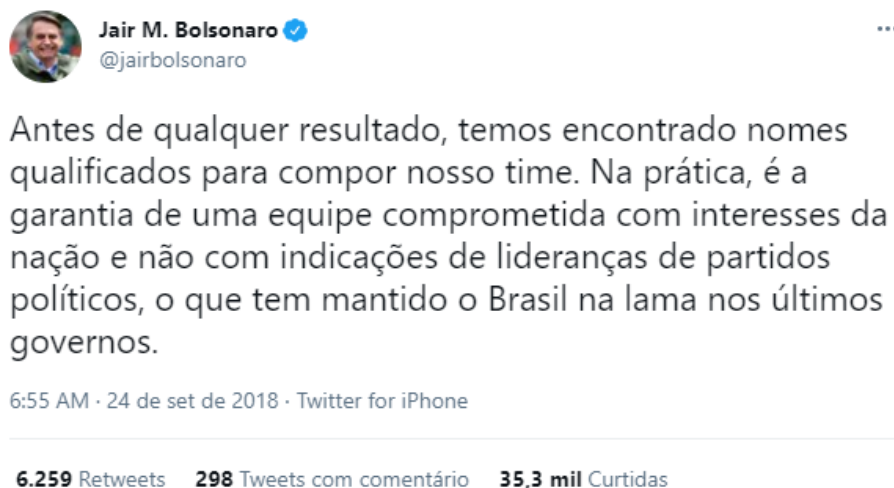


Figura 8. Tuíte de 24 de setembro de 2018. Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1044163347720081415>. Acesso em: 20 mar. 2021.

No caso de Jair Bolsonaro, o antipartidarismo foi uma retórica bastante acionada em seus discursos durante a campanha presidencial. Normalmente, e como é o caso dos tuítes representado pelas Figura 7 e Figura 8, ela esteve associada a uma perspectiva nacionalista que busca acomodar divergências políticas a partir da consensual, ainda que vazia, ideia de “interesses da nação”. Num primeiro momento, tal estratégia discursiva age de modo a despolitizar o conceito e o imaginário de “nação” para, em seguida, torná-la objeto maleável e capaz de abrigar seus próprios projetos políticos.

É necessário ressaltar como a construção dessa dicotomia inconciliável entre nação e partidos políticos encontrou respaldo ao mesmo tempo em que fortaleceu o sentimento de rejeição popular ao *establishment* político no Brasil, que atingiu seu ápice no ano de 2018. Entre os desdobramentos dessa crise de representação política, houve uma grande rejeição popular a partidos políticos estabelecidos, com destaque absoluto para o PT e o antipetismo. Um dos sinais dessa crise de representação e da dificuldade enfrentada por figuras políticas tradicionais nas eleições de 2018 pode ser identificado na renovação sem precedentes na Câmara dos deputados. Naquele ano, 243 novos deputados federais foram eleitos, representando uma renovação de 47,3% em relação à composição anterior da Câmara – a maior desde a redemocratização. Impulsionado pela candidatura carismática de Bolsonaro, o PSL foi o partido com o maior número de novos representantes no legislativo federal (SILVEIRA; MIRANDA, 2018). No Senado, das

54 cadeiras que estavam em disputa, 46 foram ocupadas por senadores novatos – representando um índice de renovação de 87% (SOUZA).

Nos executivos estaduais, também se verificou um favorecimento de candidaturas de *outsiders* da vida política, com destaque para a eleição de governadores sem cargos eletivos anteriores, como os casos de Romeu Zema (NOVO) em Minas Gerais, Wilson Witzel (PSC) no Rio de Janeiro e Carlos Moisés (PSL) em Santa Catarina⁷⁷. Em meio a esse cenário, Silva (2019) assinala que o êxito de Bolsonaro em conseguir se promover como uma figura *outsider* – a despeito de ter exercido o cargo de deputado federal pelos últimos 28 anos e ocupar o mandato enquanto concorria à presidência – foi fundamental para seu sucesso eleitoral.

Nesse sentido, a figura e a promoção pessoal de Bolsonaro enquanto líder carismático e esposando um suposto patriotismo, suplantou associações coletivas mais sólidas que se pudesse fazer entre o então candidato e seu partido à época das eleições. Para Fernandes (2019, p. 244), “Bolsonaro pôde ser eleito em cima de sua própria figura, e o projeto que ele representa não está atrelado a um projeto de partido, pois foi o PSL que se beneficiou do crescimento de Bolsonaro, e não o contrário”. Ainda, Alonso (2019) considera que o binarismo “pátria *versus* partido” foi uma das principais narrativas carregadas por pela campanha de Bolsonaro, na qual se rejeitaria

⁷⁷ Sobre o caso de Witzel, no Rio de Janeiro, e Moisés, em Santa Catarina, vale a pena assinalar que ambas as candidaturas experimentaram uma ascensão considerada tardia e surpreendente. Após movimentos de associações mais consistentes entre sua imagem e a de Jair Bolsonaro, Witzel e Moisés foram impulsionados nas pesquisas de opinião, atingiram a votação necessária para disputarem o segundo turno e, em 28 de outubro de 2018, foram eleitos à liderança do executivo em seus respectivos estados com um discurso conservador e de promessa de renovação política. No entanto, durante o exercício de seu mandato, ambos os governadores – a partir de conjunturas políticas específicas de cada caso – atravessaram um processo de ruptura com Bolsonaro e a agenda bolsonarista e passaram a ser considerados por grande parte dos apoiadores do presidente, como figuras detratadas. Outro paralelo que envolve as trajetórias de Witzel e Moisés, é o enfrentamento de crises jurídicas e políticas para a manutenção (não sucedida, no caso fluminense) do cargo – especialmente a partir de seus desalinhamentos políticos com a presidência. Em maio de 2021, consolidou-se a cassação do mandato de Wilson Witzel, afastado permanentemente do cargo após um processo julgado na Alerj, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e em um Tribunal Misto formado por deputados estaduais e desembargadores do Tribunal de Justiça, onde fora, em todas as instâncias, considerado culpado por crime de responsabilidade e má gestão de contratos na área da saúde durante a pandemia (BARREIRA; SATRIANO, 2021). No caso catarinense, o governador sofreu dois afastamentos temporários ao ter dois processos de *impeachment* aceitos, respectivamente, pela Alesc e pelo Tribunal Especial de Julgamento, composto por deputados e desembargadores. No primeiro processo, fora acusado de crime de responsabilidade por ter concedido, por meio de medida administrativa, aumento salarial aos procuradores catarinenses sem a anuência do legislativo estadual; no segundo, fora acusado de crime de responsabilidade pela aquisição de 200 respiradores artificiais com pagamento antecipado de R\$ 33 milhões (MARTINS, 2020). Em ambos os processos, Moisés foi absolvido e pode retornar ao mandato. O caso dos governadores fluminense e catarinense ensejam o surgimento de uma agenda de pesquisa própria, relativa às oportunidades e constrangimentos eleitorais e políticos reservados aos dissidentes do bolsonarismo a partir de 2018.

retoricamente a ideia de partidos e suas divergências político-partidárias em prol da única verdade: a nação.

A próxima sequência de tuítes observados não só indica uma continuidade na estratégia de antagonizar a ideia de nação à política partidária, mas também avança simbolicamente na construção do patriotismo como um valor apolítico, suprapartidário e, especialmente, ideologicamente neutro. Em 02 de outubro de 2018, como mostra a Figura 9, Bolsonaro tuitou que “A questão ideológica é tão, ou mais grave, que a corrupção no Brasil” e que “O desaparecimento do Estado, e o fim das indicações políticas, é (*sic*) o remédio que temos para salvar o Brasil”. Nessa mensagem, Bolsonaro equaliza a ideologia à corrupção para afirmar se tratar dos dois maiores problemas do país.

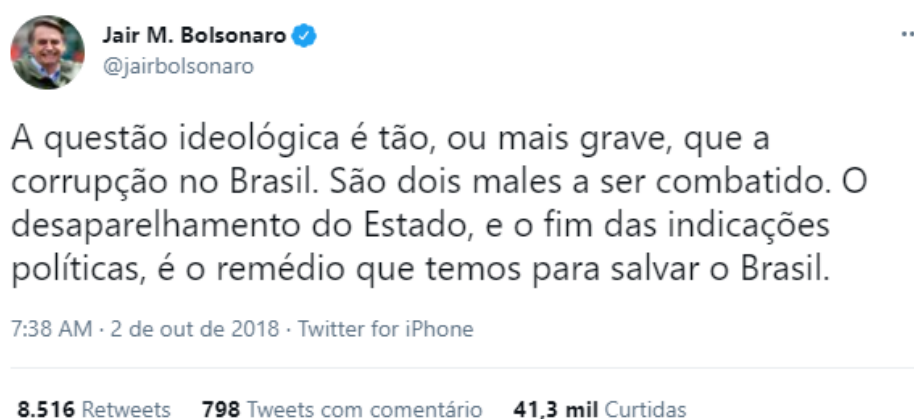


Figura 9. Tuíte de 02 de outubro de 2018. Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1047073236591235074>. Acesso em: 20 mar. 2021.

No entanto, a extrema vagueza do termo “questão ideológica” não nos permite ir muito além na interpretação do tuíte se não levarmos em consideração as imagens e estilos (SILVERSTEIN, 2003) do discurso bolsonarista, que precedem esta mensagem e fazem com que ela se torne inteligível dentro do contexto a qual está inserida. É preciso recuperar elementos da identidade política e estratégica discursiva de Bolsonaro para colocar em contexto o termo “questão ideológica”, empregado no tuíte.

Partindo da premissa de Alonso (2019, p. 52), de que “a comunidade moral bolsonarista se estrutura na crença compartilhada em códigos binários, que divide o mundo em bem e mal”, podemos afirmar que uma das clivagens das visões de mundo do bolsonarismo repousa na problemática da ideologia. Bolsonaro atribui aos adversários políticos, notadamente os grupos e partidos políticos de esquerda e os

governos anteriores, a característica de “ideológicos” e “doutrinadores”, em todas as frentes de atuação, incluindo na condução da política externa. E, ao fazê-lo, busca se distanciar dos termos “ideologia” e “doutrina”, pretendendo ser visto como um político com uma visão de mundo “neutra” e apolítica, cujos valores defendidos não pertencem ao campo das ideologias, mas, sim, ao dos consensos totalizantes.

Ainda que a identidade política de Bolsonaro se apoie em imagens que gozam de certo consenso e aceitação popular na realidade social do Brasil (como o conservadorismo moral, o liberalismo econômico, a defesa do “cidadão de bem” e sua família, e o cristianismo, por exemplo), é importante reafirmar que, mesmo essas, são guiadas por orientações ideológicas e doutrinas políticas bem definidas. Max Weber já havia rejeitado a hipótese de uma neutralidade puramente racional nas relações sociais, inclusive na política e na ciência; o autor compreendia “a vida social como um politeísmo de valores em combate mútuo, sendo possível [aos indivíduos] a opção entre esses valores” (GERTH; MILLS, 1982, p. 90).

A falsa ideia de que o discurso de Bolsonaro parte de uma neutralidade axiológica, coloca-o no centro do senso comum e o permite instrumentalizar tais valores e pautas sem que pareçam representar somente uma determinada representação de mundo. Nesse raciocínio, a “questão ideológica” à qual se refere Bolsonaro no tuíte da Figura 9, pertence à esfera política do espectro de esquerda – que, por sua vez, estaria tomada pelas práticas de corrupção, aparelhamento do Estado, indicações políticas, favorecimentos partidários, doutrinação etc. Em contraste, Bolsonaro posiciona-se retoricamente não como representante de ideologias que compreendem e leem o mundo social, político e econômico a partir de outras orientações ideológicas. Ao contrário, busca rejeitar o próprio campo político e suas clivagens ideológicas para defender uma moralidade supostamente neutra porque relativamente consensual.

As Figuras 10 e 11 são tuítes feitos no perfil de Jair Bolsonaro em 27 de outubro e 20 de outubro, respectivamente. Em ambos, há a combinação de recursos textuais e imagéticos. Os dois tuítes foram recuperados em perspectiva para que pudéssemos analisar como a mesma mensagem transita em diferentes modalidades na campanha de Bolsonaro, através de um processo de mobilidade do discurso que se enquadra naquilo de Blommaert (2020) denomina de entextualização, resultando numa corrente de significações.



Figura 10. Tuíte de 27 de outubro de 2018. Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1056349605582045184>. Acesso em: 20 mar. 2021.



Figura 11. Tuíte de 20 de outubro de 2018. Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1053734462230614016>. Acesso em: 20 mar. 2021.

No tuíte da Figura 10, publicado na véspera do segundo turno das eleições, há o texto “ATÉ A VITÓRIA, SE DEUS QUISER!” acompanhado de uma fotomontagem do rosto de Bolsonaro sorrindo, com uma camiseta amarela que traz a mensagem “MEU PARTIDO É O BRASIL” escrita em verde, com a bandeira brasileira ao fundo. Já a Figura 11 traz uma fotografia de Bolsonaro acompanhado de seis mulheres; entre elas, a ex-jogadora de vôlei, Fernanda Venturini, a qual Bolsonaro agradece pela consideração. As seis mulheres estão vestidas de forma semelhante: calça *jeans* e uma camiseta branca com a mensagem “MEU PARTIDO É O BRASIL #17” escrita em verde e amarelo.

Duas observações considerações principais emergem a partir da observação das imagens. Em primeiro lugar, elas são representativas e ilustram parte da discussão levantada a respeito das de como as estratégias discursivas de despolitização e antipartidarismo utilizadas por Bolsonaro na conformação de seus discursos eleitorais são amplamente apoiadas por uma retórica e simbologia nacionalista. Ao se apropriar da mensagem “meu partido é o Brasil”, Bolsonaro infere não participar das lógicas político-partidárias de disputa de poder, guiadas pela perseguição de interesses particulares de cada partido em cada contexto. Com efeito,

a representação gráfica do logotipo do PSL, na Figura 10, ocupa uma posição ínfima, quase imperceptível. Diferentemente da bandeira nacional e da mensagem trazida na camiseta, que são o grande destaque da imagem tuitada.

Nesse caso, Bolsonaro não se posiciona como candidato à presidência enquanto representante do Partido Social Liberal, mas enquanto representante do “partido Brasil”. Essa movimentação é poderosa do ponto de vista de sua capacidade de mobilizar eleitores porque se articula um fenômeno que goza de amplo prestígio social, o patriotismo, ao mesmo tempo que se afasta dos antagonismos inerentes à política de partidos. E ela é especialmente potencializada no contexto em que o Brasil se encontrava em 2018, onde o *establishment* político, as instituições partidárias e as instituições e atores políticos sofriam ataques generalizados por parte da opinião pública – fenômeno que Fernandes (2019) classifica como despolitização antipartidária.

Ao se apoiar em uma representação não mais partidária, mas de cunho nacionalista, representada pelo lema “Meu partido é o Brasil”, Bolsonaro alcançou êxito em acomodar interesses eleitorais potencialmente divergentes a partir do signo da pátria, supostamente alheia à política. Para Fernandes (2018), essa comunicação antipartidarista e ufanista de Bolsonaro busca nacionalizar consensos através da despolitização, apelando para os sentimentos de unidade e coletividade nacional acima das divergências políticas.

Bolsonaro também tuitou uma imagem muito semelhante à da Figura 10 em outra ocasião. Conforme ilustra a Figura 12, a mensagem publicada em 18 de outubro de 2018, diz: “18 de outubro / Dia do Médico: ESSA DATA FICARÁ PARA SEMPRE EM MEU CORAÇÃO”. Abaixo dela, praticamente a mesma fotomontagem da Figura 10, onde Bolsonaro aparece vestindo uma camiseta amarela com a mensagem “MEU PARTIDO É O BRASIL” escrita em verde, porém com diferentes elementos gráficos: um plano de fundo predominantemente amarelo com um detalhe em verde; em relação à mensagem verbal, a repetição das mesmas frases presentes no tuíte. O elemento que chama a atenção para a análise, no entanto, é o escrito “BRASIL” em verde, no canto inferior da fotomontagem, com uma mancha de ferida bem ao meio da palavra, provavelmente aludindo a uma perfuração, e o que parecem ser manchas de sangue.

O tuíte é referência ao incidente que ocorreu enquanto Jair Bolsonaro realizava um comício na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, na tarde do dia 06 de

setembro de 2018. Em determinado momento em que estava em meio à multidão de apoiadores, o então candidato sofreu um golpe desferido por uma faca na região do abdômen. Esse evento alterou significativamente os rumos das eleições, visto que fez com que Bolsonaro se retirasse fisicamente dos compromissos de campanha até o final da campanha, incluindo os debates eleitorais.



Figura 12. Tuíte de 18 de outubro de 2018. Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1052927918333157376>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Para refletir sobre como o episódio da facada influenciou na relação entre o então candidato e seus apoiadores, Cesarino (2019) propôs a terminologia “corpo digital do rei”:

Eu trouxe essa imagem clássica da teologia política medieval, onde ao corpo físico do rei sobrepunha-se o corpo glorioso, divino, para destacar como, após o atentado a faca que retirou Jair Bolsonaro da esfera pública, seu corpo debilitado foi substituído por um corpo digital formado por seus apoiadores, que passaram a fazer campanha no seu lugar. [...] a remoção do corpo físico do candidato do espaço público após o atentado levou à sua rápida substituição por um corpo digital formado por seus apoiadores (CESARINO, 2019, p. 533).

A semiótica da Figura 12, mais especificamente a do corte e do sangramento sobre a palavra “Brasil”, quando colocada em contexto com a facada sofrida por Jair Bolsonaro, sugere que as representações de Bolsonaro e a do Brasil se confundem simbolicamente. Nesse caso, o golpe desferido não teria sido somente contra o então

candidato, atingindo também a própria ideia de nação. Dessa forma, podemos utilizar o termo “corpo digital do rei”, de Cesarino (2019), para refletir em que medida este não seria também a representação de uma espécie de “corpo nacionalizado do rei”, estrategicamente instrumentalizada pela campanha bolsonarista e complementar ao lema “Meu partido é o Brasil”.

A segunda consideração que surge a partir da observação das Figuras 10, 11 e 12, é a mobilidade do discurso eleitoral utilizado por Bolsonaro através da replicação do lema “Meu partido é o Brasil” em diferentes situações, através de um processo de entextualização (BLOMMAERT, 2020). Ainda, a mensagem que é carregada por apoiadores de Bolsonaro (Figura 11), é a mesma que o político utiliza em suas publicações no *Twitter* (Figuras 10 e 12), em mais um exemplo de como as dinâmicas sociais influenciaram a comunicação digital do então candidato, e vice-versa.

Foi ainda em 2013, nos grandes protestos que tomaram as ruas de todo o Brasil, que emergiram as alegações populares do tipo “Meu partido é o Brasil”. Não se trata, portanto, de um lema criado pela campanha de Bolsonaro; mas, sim, de um lema que foi gradualmente apropriado por ela. “Meu partido é o Brasil” (considerando também suas variações, como o “meu partido é meu país”), atravessou um percurso no espaço-tempo, experimentando diferentes aplicações e culminando num processo de mobilidade discursiva equivalente ao que Blommaert (2020) denominou de entextualização. Segundo o autor,

A entextualização se refere ao processo por meio do qual os discursos são sucessivamente ou simultaneamente descontextualizados e metadiscursivamente recontextualizados, de modo que se tornem um novo discurso associado a um novo contexto e acompanhado por um metadiscurso particular que fornece uma espécie de “leitura preferencial” para o discurso (BLOMMAERT, 2020, p. 398, tradução do autor⁷⁸).

Dessa forma, pode-se dizer que o lema em questão foi metadiscursivamente recontextualizado para uma nova leitura a partir de novos interesses. Se, no início, esse discurso ecoava o desejo do enfraquecimento do espaço político institucional, dando lastro a uma crise de representação partidária, na qual “não foi apenas a forma de partido que foi rejeitada, mas a noção básica de que um partido político deveria ser um instrumento de intervenção política” (FERNANDES, 2019, p. 244), depois ele

⁷⁸ No original: “*Entextualization refers to the process by means of which discourses are successively or simultaneously decontextualized and metadiscursively recontextualized, so that they become a new discourse associated to a new context and accompanied by a particular metadiscurso which provides a sort of ‘preferred reading’ for the discourse*” (BLOMMAERT, 2020, p. 398).

passou a cumprir um propósito explicitamente eleitoral. Não necessariamente divergente em relação à ideia original, visto que se manteve a conotação negativa direcionada a partidos políticos; mas, agora, em prol de um candidato que seria supostamente independente às dinâmicas e interesses presentes na política partidária e comprometido apenas com a nação.

Ainda, a Figura 11, na qual Bolsonaro aparece acompanhado por apoiadoras vestindo a camiseta com o lema “Meu partido é o Brasil”, é representativa do argumento de Blommaert (2020) de que, na era das redes sociais, discursos políticos não são necessariamente (ou somente) o discurso de políticos profissionais. O que ocorre, segundo o autor, é que os políticos normalmente produzem a “entrada” (*input*) necessária para que os discursos circulem digitalmente, mas sem que tenham controle sobre os seus rumos ou efeitos. A comparação entre a Figura 11 e as figuras 10 e 12 demonstra como múltiplas audiências podem reproduzir o mesmo discurso político, cada qual em sua própria rede social. Ademais, reforça a observação de que a comunicação da campanha presidencial de Jair Bolsonaro se mostrou sensível às manifestações populares on-line e off-line realizadas por seus apoiadores, incluindo referências (e, por vezes, replicações integrais) dessas manifestações em suas publicações digitais.

Avançando na análise das publicações de Bolsonaro em sua conta no *Twitter*, separamos duas ocasiões em que o então candidato demonstra uma retórica que busca reduzir a base identitária comum de seu eleitorado à categoria de nacionais (brasileiros). Nos dois casos, será possível observar como a comunicação bolsonarista recorre a uma mobilização popular de caráter fundamentalmente nacionalista, demonstrando como essa ideologia exerce grande influência em seu discurso, inclusive quando comparada com outras categorias que Bolsonaro articulou a seu favor, como a religiosidade.

Conforme a Figura 13, em 10 de setembro de 2018, Bolsonaro tuitou a seguinte mensagem: “Hoje temos um respeitável e crescente time, cujo centro das ideias une conservadores, liberais, cristãos, ateus e outros muitos, visando um bem comum: o Brasil e nossa liberdade!”. Dela, destacamos a articulação de duas duplas de categorias aparentemente dicotômicas: liberais *versus* conservadores, e cristãos *versus* ateus. Ainda que o conceito de liberalismo seja difuso, especialmente nessa aplicação, pode-se inferir que ele está em situação de oposição ao conservadorismo – que, por sua vez, identifica a base de apoio popular de Bolsonaro e é uma de suas principais credenciais autorreferenciadas.

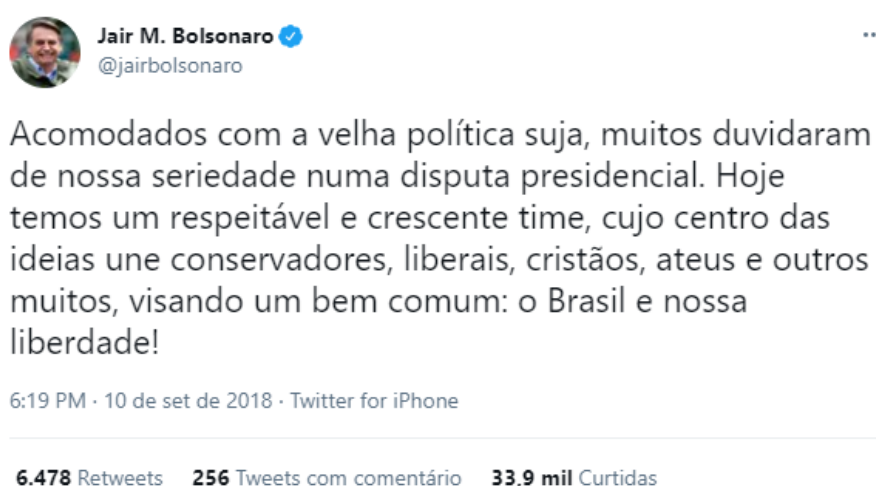


Figura 13. Tuíte de 10 de setembro de 2018. Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1039262142237732864>. Acesso em: 20 mar. 2021.

No caso da segunda dupla, é ainda mais significativo como Bolsonaro aparenta demonstrar “concessões” retóricas ao ateísmo e aos eleitores ateus, ainda que seu discurso político seja massivamente baseado em elementos e referências cristãs (ALMEIDA, 2019). Inclusive, Bolsonaro foi constantemente crítico a um completo afastamento entre as esferas políticas e religiosas, tensionando o debate sobre o laicismo no país. Mas o único “bem comum” que o então candidato parece não negociar em sua conformação discursiva e identitária, é a nação. Diferentemente do conservadorismo e da religiosidade (cristã), casos em que há espaço, como demonstra a Figura 13, para que se acene aos seus antagonismos aparentes, a ideia de “Brasil” permanece como valor de máxima rigidez. Com efeito, o nacionalismo, muitas vezes revestido de patriotismo, parece ser a base intransigível das demais camadas de identidade do bolsonarismo.

Nesse mesmo sentido, a Figura 14 recupera outra manifestação em que Bolsonaro recorre à narrativa da suposta homogeneidade, unidade e equidade da

população a partir do critério de nacionalidade. Sob esse argumento, as pessoas teriam na nacionalidade brasileira o seu principal marcador social identitário – individual e coletivo. Em 24 de outubro de 2018, seu perfil no *Twitter* publicou a seguinte mensagem:

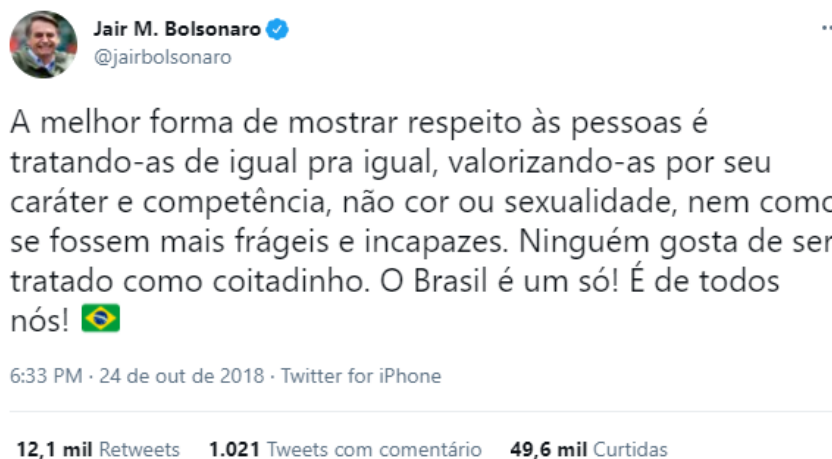


Figura 14. Tuíte de 24 de outubro de 2018. Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1055210728653766656>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Nela, Bolsonaro alega que, independentemente de “cor ou sexualidade”, as pessoas devem ser tratadas de maneira igual pois “ninguém gosta de ser tratado como coitadinho” e “o Brasil é um só”. Esse tipo de discurso levanta problematizações sobre como o discurso nacionalista pode ser utilizado para promover uma suposta equalização e homogeneização da população de um determinado território, normalmente referente a um país. Assim como outras estratégias discursivas apoiadas no nacionalismo, essa também demonstra ter alta capacidade de mobilização popular, uma vez que visa implantar a noção de que a população não pode se deixar dividir por clivagens sociais, visto que estão invariavelmente unidas por uma mesma nação, compartilhando a mesma ancestralidade e futuro (CALHOUN, 1997).

O tuíte promove um apagamento de questões raciais, de gênero e capacitismo no Brasil. Especificamente, o discurso de apagamento racial em prol da unidade nacional presente no tuíte de Bolsonaro se apoia num dos mitos fundadores da identidade nacional brasileira: o encontro e a miscigenação entre as três raças fundadoras (branco, negro, indígena) constituindo não somente uma população, mas também um regime democrático harmonicamente multirracial (MARX, 1998). Tal narrativa, segundo o autor (*Idem*), historicamente dificultou a luta dos movimentos

negros contra a discriminação racial e desigualdade social no país. Nesse sentido, Maia (2019) acrescenta que essa mitologia nacionalista brasileira não permanece apenas no nível da retórica política, mas causa também efeitos práticos na sociedade, como o reforço da difundida – inclusive em nível internacional – ideia de que não existe racismo no Brasil.

Ainda, a promoção de um discurso que é baseado na noção de uma unificação nacional, na qual todos os cidadãos do país estariam em situação de igualdade social e jurídica, a depender apenas de seu próprio “caráter e competência” e sem relação com sua condição física, seu gênero, sua raça e cor, é uma estratégia populista pois pressupõe a adequação de demandas sociais potencialmente distintas e inevitavelmente plurais em situação de completa equivalência através de um denominador comum (LACLAU, 2013) – a nacionalidade. Para Silva, esse tipo de discurso “mercantilizou uma certa imagem de ‘povo brasileiro’ – uma forma de dimensionamento que ampliou as demandas de determinados setores da população [seus eleitores] como demandas de um povo inteiro [todos os brasileiros]” (2019, p. 09, tradução do autor⁷⁹).

Por fim, a última sequência de tuítes retirados do perfil de Jair Bolsonaro servirá de apoio para pensar como o nacionalismo em sua campanha foi retoricamente acionado a partir de referências externas consideradas positivas (notadamente, os Estados Unidos de Donald Trump) e negativas (como o caso da Venezuela de Nicolás Maduro). Como mostra a Figura 15, em 25 de outubro de 2018, a seguinte mensagem foi publicada em seu *Twitter*:

A frase “NÓS VAMOS FAZER DO BRASIL UMA GRANDE NAÇÃO!”⁸⁰ pode ser lida como uma espécie de adaptação do *slogan* da candidatura do republicano Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016, “*Make America Great Again*” (em tradução livre, “Tornar a América Grande Novamente”). Na verdade, apesar de ter se popularizado em 2016, o *slogan* não foi criado pela candidatura trumpista. Em 1980, o também candidato republicano à presidência dos Estados Unidos, Ronald Reagan, estampou sua campanha com os dizeres “*Let’s Make America Great Again*” (em tradução livre, “Vamos Tornar a América Grande

⁷⁹ No original: “*commoditized a certain image of the “Brazilian people” – a form of scaling that amplified the demands of certain sectors of the people as the demands of an entire people*” (SILVA, 2019, p. 09).

⁸⁰ A utilização de caixa alta em textos costuma ser interpretada nas redes sociais como uma forma de “falar alto” ou “gritando” com o interlocutor. É um recurso textual que pode exprimir afetividade ou hostilidade, a depender do contexto em que está inserida (VISCARDI, 2020).

Novamente). De todo modo, sua réplica nas eleições presidenciais dos dois países (em 2016, como lema de Donald Trump, e em 2018, através de tuítes e falas de Jair Bolsonaro), ilustra como líderes populistas da extrema-direita contemporânea encontram-se articulados numa rede de solidariedade internacional (EATWELL; GOODWIN, 2020).



Figura 15. Tuíte de 25 de outubro de 2018. Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1055635879237173248>. Acesso em: 20 mar. 2021.

A compreensão da construção da identidade política, dos discursos e da comunicação virtual de Bolsonaro, necessariamente passa pelo entendimento de suas relações com a vitória eleitoral de Donald Trump em 2016. Steve Bannon, ex-estrategista da campanha presidencial de Trump e estudioso e entusiasta do populismo (CESARINO, 2019), possuía, à época das eleições presidenciais de 2018, uma relação de proximidade com Eduardo Bolsonaro, terceiro filho de Jair Bolsonaro e eleito Deputado Federal pelo PSL em 2018. Em 04 de agosto de 2018, Eduardo chegou a tuitar uma foto⁸¹ ao lado de Bannon, na qual afirmou que o ex-estrategista estadunidense era um grande entusiasta da campanha de Jair Bolsonaro e que ambos manteriam contato e juntariam forças no combate ao marxismo cultural.

Essa troca de referências entre figuras políticas da campanha de Bolsonaro e de Trump demonstra como ascensão do populismo de extrema-direita é um fenômeno internacionalmente articulado, como afirmam Eatwell e Goodwin (2020). Para o presente estudo, importa observar como Bolsonaro exprime um chamado à nação que se constitui a partir de uma relação de inspiração e solidariedade com lideranças políticas de outras nações que também esposam um populismo extrema-direita, como é o caso dos Estados Unidos, observável na Figura 15, mas também da Índia, Itália e, especialmente, Israel.

⁸¹ Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1025718449425788929>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Por trás da mensagem “vamos fazer do Brasil uma grande nação” (e outras variações, como “vamos retomar/recuperar o Brasil” ou “devolver a grandeza do Brasil”, também escritas ou faladas por Bolsonaro em seus textos e vídeos publicados no *Twitter*), existe o aceno a um suposto passado nacional épico. Essa é uma característica recorrente em mobilizações de cunho nacionalista e visa oferecer ao discurso político a imagem de um passado em que determinada nação foi grandiosa, referente a uma temporalidade irrecuperável e, por vezes, sequer existente (CALHOUN, 2008). No caso de Bolsonaro, o momento da história do Brasil que funciona como referência a esse desejo de “retorno à grandiosidade” através de uma tentativa de reescrita do patriotismo brasileiro, são os anos da ditadura militar, de 1964 a 1985 (CESARINO, 2020; BAUER, 2019).

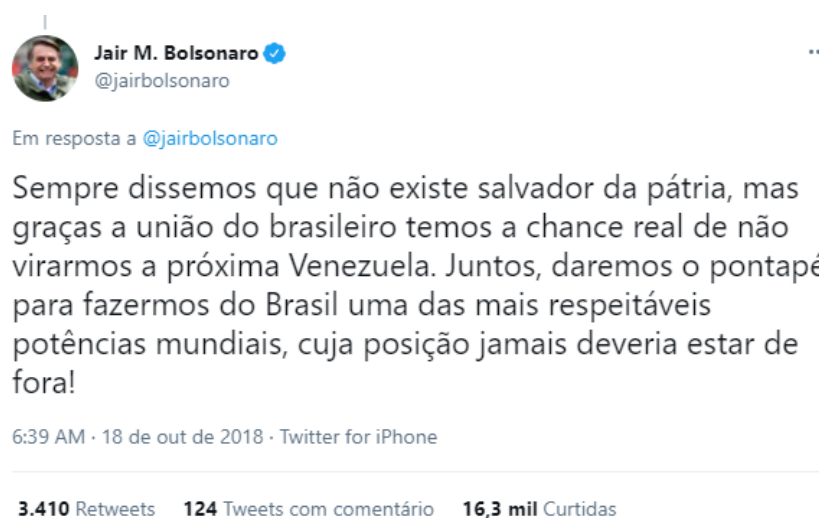


Figura 16. Tuíte de 18 de outubro de 2018. Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1052856574027460608>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Conforme a Figura 16, em 18 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro publicou um tuíte no qual afirma não existir um “salvador da pátria” e que “graças a união do brasileiro temos a chance real de não virarmos a próxima Venezuela”. Assim como o nacionalismo de Bolsonaro é inspirado em lideranças políticas de extrema-direita cujas nações são consideradas modelo, ele também se apoia na construção de antagonismos internacionais através do constante ataque a determinados países, com destaque para os casos da Venezuela, Cuba e China – todos países retratados pelo bolsonarismo como “ditaduras comunistas” e posicionados em sua retórica como a antítese do projeto de pátria e patriotismo defendidos por Bolsonaro.

Em seu perfil no *Twitter* durante as eleições, Bolsonaro fez dezenas de publicações em referência à Venezuela, sempre de maneira hostilizada (exceto para

demonstrar solidariedade a figuras e grupos políticos opositores ao governo de Maduro), tentando construir uma rede de associações entre o regime venezuelano, o comunismo, o autoritarismo, os partidos políticos de esquerda no Brasil, especialmente o PT, a fome e a miséria. Seu argumento sempre girava em torno da afirmação de que, caso não fosse eleito, o Brasil seria deliberadamente transformado em uma Venezuela, apostando naquilo que Wodak (2015) considera um discurso político digital escandalizado, polêmico e conspiratório.

Nessa subseção, objetivamos coletar algumas manifestações de Bolsonaro em seu *Twitter* para analisar como sua candidatura presidencial em 2018 se apropriou de um nacionalismo discursivo, fortemente apoiado em noções de patriotismo, interesse nacional, populismo, antipartidarismo, homogeneidade nacional e antagonismos e referências internacionais. Não se tratou de uma recuperação exaustiva dos tuítes publicados pelo então candidato à presidência, mas uma seleção que pudesse ser representativa de parte de sua estratégia de comunicação digital para mobilização eleitoral a partir dos conceitos de nação, pátria e identidade nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar de que modo o nacionalismo e o patriotismo influenciaram na candidatura, nas estratégias empregadas e na formação da identidade política de Jair Bolsonaro nas eleições de presidenciais de 2018. Diferentes pesquisas e estudos recentes dão conta de analisar o bolsonarismo a partir de diversas óticas e lentes teóricas. No entanto, por compreender que a manipulação do nacionalismo como ferramenta de mobilização popular desempenhou um papel fundamental em seu sucesso eleitoral, buscamos enfatizá-lo nas discussões acima trazidas.

Para a consecução do objetivo principal da pesquisa, dividimos o trabalho em três seções. Na primeira seção, recorreremos ao arcabouço teórico sobre o nacionalismo a partir de autores clássicos do tema, como Ernest Gellner, Benedict Anderson e Anthony Smith para delinear conceitos importantes para o estudo, como é o caso de “nação”, “Estado”, “patriotismo” e “nacionalismo”. Nessa etapa, destacamos as contribuições que buscaram borrar as fronteiras conceituais entre “patriotismo” e “nacionalismo” a partir do argumento de que ambos os fenômenos se cristalizavam na sociedade de forma semelhante, a despeito dos esforços realizados por alguns autores e líderes políticos de classificar o primeiro como sendo um valor positivo, republicano, eurocêntrico e necessário à formação e solidificação dos Estados-nação, ao passo em que o segundo estaria atrelado à irracionalidade e guerras expansionistas.

Ainda na primeira seção, buscou-se apresentar, brevemente, como o nacionalismo influenciou em alguns autores de teoria sociológica, entre eles, Karl Marx, Norbert Elias e Marcel Mauss, perpassando por abordagens mais contemporâneas, como as de Craig Calhoun e Michael Billig. Em seguida, discutiu-se sobre o nacionalismo e o patriotismo como fonte de mobilização política, uma vez que, em contextos de disputas eleitorais, podem ser classificados como *valence issues* ou seja, são valores com absoluta legitimidade popular sob os quais os candidatos e candidatas à (re)eleição buscam basear-se para constituir sua candidatura.

Com efeito, discorreu-se sobre diferentes momentos da experiência histórica do Brasil em que agentes políticos instrumentalizaram os signos e os elementos que aludem à pátria para fortalecer seu governo ou imagem, com ênfase nos períodos autoritários, notadamente o Estado Novo (1937–1946) e a Ditadura Militar (1964–

1985). Por fim, recuperamos parte da literatura contemporânea internacional a respeito da crise das democracias liberais, da ascensão de líderes nacional-populistas (tendo na eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos seu exemplo mais explorado) e do recrudescimento do Estado-nação frente às forças globalizantes (como é o caso do *Brexit*); fenômenos esses que reposicionaram o nacionalismo no centro dos debates políticos mundo afora.

Representados em seu *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, consideramos três elementos indispensáveis para a construção da identidade política de Jair Bolsonaro naquela eleição: o nacionalismo, a religião cristã e o militarismo. Dessa forma, ainda que tenha no nacionalismo e patriotismo seu principal objeto de análise, o restante do trabalho foi dedicado a analisar como essas três variáveis – estreitamente imbricadas, ainda que heterogêneas – exerceram influência em sua candidatura. O pressuposto por trás desse recorte temático, é o de que os campos religioso e militar ofereceram as bases conceituais e retóricas necessárias à formação do nacionalismo bolsonarista.

Para tanto, na segunda seção, debruçamo-nos a explorar as relações estabelecidas entre Bolsonaro o eleitorado evangélico e como a esfera religiosa esteve relacionada à construção do discurso nacionalista do então candidato. De início, buscamos reconstruir brevemente a trajetória política dos evangélicos no Brasil, enfatizando os efeitos de suas clivagens internas na proliferação do (neo)pentecostalismo como uma das maiores vertentes religiosas do país atualmente. Também se enfatizou as diferentes alianças formadas entre lideranças evangélicas e coalisões político-partidárias ao longo do período da redemocratização no Brasil, demonstrando a capacidade de negociação e barganha de políticos evangélicos frente a conjunturas políticas diversas e afastando a hipótese de um alinhamento automático de classes evangélicas a governos conservadores.

Em seguida, discutimos sobre a constituição dos evangélicos, através da ativa participação política de pastores nacionalmente reconhecidos, como uma consolidada base de apoio eleitoral à candidatura de Jair Bolsonaro em 2018. Em especial, objetivamos problematizar algumas das estratégias de difusão do nacionalismo bolsonarista a partir da esfera religiosa, notadamente sua capacidade de transitar simbolicamente entre as religiões católica e evangélica a partir da apropriação do conceito de “cristão” para referenciar a si e ao seu projeto de nação. Finalmente, analisamos como a simbologia messiânica de salvação da pátria operacionalizou

discursos que sobrepujam a figura de Jair Bolsonaro à ideia de nação, e como seus destinos estariam alinhados a partir de uma interferência divina de redenção.

A terceira e última seção foi dedicada a analisar a comunicação política da candidatura de Jair Bolsonaro no que tange a sua concepção das noções de “nação” e “pátria”. Para tanto, selecionamos duas fontes de material de campanha, a saber, sua proposta de plano de governo e as publicações de sua conta no *Twitter*. Quanto colocadas em comparação, as fontes selecionadas permitiram a identificação de padrões na comunicação política bolsonarista entre um canal oficial de campanha (a proposta de plano de governo) e um canal informal (as publicações no *Twitter*).

Num primeiro momento, apresentamos uma discussão teórica a respeito das estratégias de comunicação digital de agentes políticos na era das redes sociais. Recorremos ao que Blommaert (202) denominou de *entextualização* para explicar a mobilidade dos discursos digitais a partir de um processo de recontextualização em cada compartilhamento ou interação sofrida. Silverstein (2003) e Svesson (2011) foram mobilizados para ajudar a compreender como as redes sociais de atores políticos são utilizadas para negociar sua identidade política através do compartilhamento de mensagens com imagens e estilos estrategicamente escolhidos. Também observamos, a partir de Wodak (2015), que uma característica central à atuação de agentes políticos de extrema-direita nas redes sociais é o tipo de conteúdo no qual se baseiam majoritariamente: temas polêmicos, conspiratórios e alarmistas.

Avançando para a análise empírica, a observação do plano de governo de Jair Bolsonaro revelou que o documento é extensivamente baseado em símbolos e retóricas nacionalistas. Mais especificamente, a instrumentalização de um nacionalismo populista e excludente na retórica do documento para reforçar a fronteira entre patriotas e inimigos da nação. Entre as tendências encontradas, destacamos: 1) apresentar Jair Bolsonaro como defensor da *verdadeira* identidade nacional do Brasil; 2) o reforço, através de elementos verbais e visuais, da caracterização de apoiadores de Bolsonaro como “patriotas”; 3) a escolha por cores vermelhas para tratar a respeito dos adversários políticos, excluindo-os da possibilidade de participar do imaginário nacionalista de Bolsonaro; 4) a centralização dos agentes e instituições de segurança e defesa como heróis nacionais, responsáveis por garantir que a nação não tenha sucumbido às supostas conspirações comunistas; e 5) a estratégia populista de reduzir a categoria mais ampla da população e equacioná-la à categoria de apoiadores de Bolsonaro.

Em seguida, foi selecionada uma série de *tweets* da conta oficial de Jair Bolsonaro, publicados no intervalo entre 25 de agosto de 2018 a 28 de outubro de 2018 – correspondente à duração oficial da campanha eleitoral daquele ano –, que pudesse elucidar como os conceitos de “nação”, “pátria” e “identidade nacional” foram instrumentalizados em sua comunicação digital naquele *site*. Nas mensagens analisadas, pode-se observar a recorrente prática de retratar as relações político-partidárias (e o próprio universo da política) como sendo as antagonistas dos supostos interesses da nação. Ao empregar essa retórica, Bolsonaro reforça a estratégia mais ampla de sua candidatura, de se posicionar como um antipartidarista, um *outsider* da política partidária.

Tal movimentação se torna possível quando o então candidato, repetindo publicações com os dizeres “atender aos interesses da nação e não de partidos políticos”, se apropria da suposta neutralidade do conceito de “interesses da nação” para se apresentar como uma via apolítica e suprapartidária porque patriota. Ainda que falsa, a premissa de que o discurso nacionalista de Bolsonaro parte de uma neutralidade axiológica, o permitiu projetar seus valores e interesses políticos sem que isso fosse socialmente lido como tal: uma determinada – e bem delimitada – visão de mundo. Importa reforçar o papel das esferas religiosa e militar (juntas do discurso nacionalista) na consolidação de tal imagem despolitizada da candidatura de Jair Bolsonaro.

Para a execução da pesquisa, foi necessária a delimitação nítida de um escopo temporal, considerando se tratar de um fenômeno social e político ainda em curso – inclusive como estratégia de distanciamento do pesquisador aos eventos políticos e sociais que tomaram lugar a partir da eleição de Bolsonaro. A escolha por dedicar-se exclusivamente ao estudo da candidatura de Jair Bolsonaro deixa em aberto a possibilidade de se avançar na análise, buscando compreender como o nacionalismo e o patriotismo operam na ótica e manutenção de seu governo. Nesse sentido, observação de possíveis continuidades e rupturas em relação aos padrões identificados durante a campanha eleitoral bolsonarista no que tange às noções de nação e pátria, aparenta ser uma agenda frutífera para investigação.

Ademais, a delimitação da proposta de plano de governo e das publicações no *Twitter* como as fontes de pesquisa majoritárias, implica que diferentes fontes permaneceram abertas a análises. Assim, destacamos a proeminência das publicações do então candidato em suas páginas oficiais no *Facebook* e no *Youtube*

como possíveis acervos de pesquisa – ainda disponíveis ao livre acesso na data em que se escreve o estudo.

Conforme posto por Calhoun, “não é boa prática acadêmica desejar que o nacionalismo não exista” (2008, p. 37). Nesse sentido, a presente dissertação, reconhecendo a complexidade do objeto e longe de apresentar uma resposta exaustiva à problemática do nacionalismo instrumentalizado pela Jair Bolsonaro em 2018, intentou recuperar determinados aspectos do fenômeno em questão, visando avançar nas leituras e argumentos que pesquisadores e pesquisadoras Brasil afora vêm desenvolvendo com brilhantismo há mais tempo. Espera-se que além de contribuir para o campo teórico próprio do nacionalismo, o estudo possa robustecer as evidências que apontam para o nacionalismo e o patriotismo como forças propulsoras e intrinsecamente imbricadas ao bolsonarismo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. A religião de Bolsonaro: populismo e neoconservadorismo. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 409-426, 2021.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud.** CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185–213, 2019.
- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 52-70, 2019.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. **Ecodebate**, 31 out. 2018 [online]. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 22 mai. 2020.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. 5ª ed. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- AVINERI, Shlomo. **Marxism and nationalism**. *Journal of Contemporary History*, v. 26, p. 637-657, 1991.
- BARREIRA, Gabriel; SATRIANO, Nicolás. Quase unânime: no Tribunal Misto, na Alerj ou no STJ, em 7 votações Witzel teve 140 votos contra e só 1 a favor. **G1**, 2021 [online]. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/01/quase-unanime-no-tribunal-misto-na-alerj-ou-no-stj-em-6-votacoes-witzel-teve-140-votos-contras-e-so-1-a-favor.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2021.
- BAR-TAL, Daniel. Patriotism as Fundamental Beliefs of Group Members, **Politics and the Individual**, v. 3, n. 2, p. 45-62, 1993.
- BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019.
- BÉLANGER, Éric; MEGUID, Bonnie. Issue Salience, Issue Ownership, and Issue-Based Vote Choice. **Electoral Studies**, v. 27, n. 3, p. 477–491, 2008.
- BENNER, Erica. **Really Existing Nationalisms: a post-communist view from Marx and Engels**. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- BILLIG, Michael. **Banal Nationalism**. Londres: SAGE Publicações, 1995.
- BLOMMAERT, Jan. Political Discourse in Post-Digital Societies. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 1, p. 390–403, 2020.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política: volume I**. Trad.: Carmen Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª Ed., 1998.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais** (UNESP - Araraquara), v. 35, p. 149-171, 2009.

BORON, Atilio A. El Manifiesto Comunista hoy: permanencias, obsolescencias, ausencias. In: BORON, Atilio. **Tras el búho de Minerva Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo**. Buenos Aires: CLACSO, p. 03-30, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, Catarina. O longo caminho de volta. In: BUENO, W. et al (Orgs.). **Tem saída?** Ensaio críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, p. 203–2010, 2017.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Trad.: Mario Marino e Eduardo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BURITY, Joanildo. Conservative Wave, Religion and the Secular State in Post-impeachment Brazil. **International Journal of Latin American Religions**, v. 4, p. 83-107, 2020a.

BURITY, Joanildo. El pueblo evangélico: construcción hegemónica, disputas minoritarias y reacción conservadora. **Encartes Antropológicos**, v. 3, p. 1-35, 2020b.

BURITY, Joanildo. The Brazilian Conservative Wave, the Bolsonaro Administration, and Religious Actors. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, p. 1-19, 2021.

CALHOUN, Craig. **Nationalism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don. H. (Org.). **Nacionalismo no novo mundo**. Rio de Janeiro: Record, p. 37–70, 2008.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Bolsonaro – mito político ou líder carismático? In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, p. 351-369, 2020.

CANOVAN, Margaret. **Nationhood and Political Theory**. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

CASARÕES, Guilherme. Religião e Poder: a Ascensão de um Projeto de “Nação Evangélica” no Brasil?. **Interesse Nacional**, n. 49, p. 09-16, 2020.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Trad.: Joana Angélica d’Avila Melo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2020**: principais resultados. Ipea, 2020 [online] (Nota Técnica Ipea). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CESARINO, Leticia. How Social Media Affords Populist Politics: Remarks on Liminality Based on the Brazilian Case. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 404–427, 2020.

CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 62, p. 530–557, 2019.

CHERNILO, Daniel. Methodological Nationalism and its Critique. In.: DELANTY, G.; KUMAN, K. (Eds.). **The SAGE Handbook of Nations and Nationalism**, Londres: SAGE, p. 129-140, 2006.

CHERNILO, Daniel. The critique of methodological nationalism: theory and history. **Thesis Eleven**, v. 106, n. 1, p. 98-117, 2011.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRAU, Alain. Dicionario de los símbolos. Trad.: Manuel Silvar e Arturo Rodríguez. Editor digital: Titivillus. Edição digital: epublibre, 2018.

CONNOR, Walker. Beyond reason: The nature of the ethnonational bond, **Ethnic and Racial Studies**, v. 16, n. 3, p. 373-389, 1993.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DATAFOLHA. **Eleições 2018**: Intenção de voto para presidente da República – 2º turno - 25/10, 2018 [online]. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2020.

DIETZ, Mary. Patriotism. In.: BALL, T.; FARR, J.; HANSON, R. (Eds.). **Political innovation and conceptual change**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 177-193, 1989.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo**: a revolta contra a democracia liberal. Trad.: Alessandra Bonruquer. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. [online]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4040999/mod_resource/content/6/A%20Sociedade%20Dos%20Individuos%20-%20Norbert%20Elias%20%281994%29.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

EMOJI. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/emoji/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: A encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FOURNIER, Marcel; TERRIER, Jean. Apresentação. In.: MAUSS, M. **A Nação**. São Paulo, Três Estrelas, p. 10-37, 2017.

GARVER, Eugene. Rhetoric and Essentially Contested Arguments. **Philosophy and Rhetoric**, v. 11, n. 3, p. 156–172, 1978.

GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**: Selected Essays, London: Fontana, 2a Ed., 1993.

- GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Oxford: Blackwell, 1983.
- GELLNER, Ernest. **Thought and Change**. Londres: Weidenfeld and Nicolson. 1964.
- GERTH, Hans H.; MILLS, Charles W. Orientações Intelectuais. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos, p. 62–93, 1982.
- GOLDSTEIN, Ariel. El Frente Parlamentario Evangélico en el Brasil de Bolsonaro. **XIII Jornadas de Sociología**. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2019.
- GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, p. 17-109, 2020.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HASS DA SILVA, Eduardo C.; REIS, Gabbiana Clamer F. F. dos. Avanço conservador na educação brasileira: uma proposta de governo pautada em polêmicas (2018). **Revista Cantareira**, n. 33, 2020.
- IPSA. **Congress Theme: New Nationalisms in an Open World, 2020** [online]. Disponível em: <https://wc2021.ipsa.org/wc/congress-theme>. Acesso em: 12 set. 2020.
- KEDOURIE, Elie. **Nationalism**. Londres: Hutchinson University Library. 1960.
- LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Trad. Carlos Eugênio M. de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- LOPES, Dawisson Belém. Dois anos de uma política externa rudimentar. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 229-240, 2021.
- MAIA, Tatiana Vargas. Entrevista com a Professora Doutora Tatiana Vargas Maia sobre Nacionalismos no Século XXI. **Revista Perspectiva**, UFRGS, v. 12, n. 23, p. 222-227, 2019.
- MAIA, Tatiana Vargas. Fazendo o Brasil e o brasileiro: raça, nação e Estado no país da “democracia racial”. In: BUENO, W. et al (Orgs.). **Tem saída? Ensaio críticos sobre o Brasil**. Porto Alegre: Zouk, p. 109–115, 2017.
- MARIANO, Ricardo. O futuro não será protestante. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, n. 1, p. 89-114, 1999.
- MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **REVISTA USP**, v. 1, p. 61-76, 2019.

MARTINS, Herminio. Time and theory in sociology. In: REX, J. (Ed.). **Approaches to sociology**: an introduction to major trends in British sociology. Londres: Routledge, p. 246-294, 1974.

MARTINS, Valéria. Alesc aceita segundo pedido de impeachment do governador Carlos Moisés e da vice. G1, 2020 [online]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/09/03/alesc-aceita-segundo-pedido-de-impeachment-do-governador-de-sc-e-da-vice.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2021.

MARX, Anthony. **Making Race and Nation**: A comparison of South Africa, the United States and Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Trad. Alvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.

MAUSS, Marcel. **A Nação**. Trad. Dorothee de Bruchard. São Paulo, Três Estrelas, 2017.

MELO, Sydnei. Deus, a Bíblia e os evangélicos na Constituinte (1987-1988). **Caminhando** (São Bernardo do Campo), v. 23, p. 81-105, 2018.

MESSEMBERG, Debora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 621-647, 2017

MOTTA, Rodrigo. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: MOTTA, Rodrigo; BOHOSLAYSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane (Org.). **Pensar as direitas na América Latina**. 1 ed. São Paulo: Alameda, p. 75–98, 2019.

MUNCK, Ronaldo. **Marx@2000**: Late Marxist Perspectives. Palgrave Macmillan, 2000.

O CAMINHO DA PROSPERIDADE. **Proposta e Plano de Governo de Jair Bolsonaro**, 2018 [online]. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. “Estado Laico não é Estado Ateu”: algumas reflexões sobre Religião, Estado e Educação a partir da “lei da bíblia” em Florianópolis/SC. **Política & Sociedade**, v. 16, p. 449-473, 2017.

OLIVEIRA, André de. Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na Justiça em nove votos na Câmara, **El País**, 2016 [online]. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html. Acesso em: 20 abr. 2021.

ORWELL, George. Notas sobre o nacionalismo. Trad. Aluizio Couto. **Crítica na Rede**, 2015 [online]. Disponível em: <https://criticanarede.com/nacionalismo.html>. Acesso em: 14 set. 2020.

ÖZKIRIMLI, Umut. **Theories of Nationalism**: a critical introduction. 2ª Ed. Palgrave Macmillan, 2010.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. A. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 94, p. 31- 94, 1995.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, n. 19, p. 26-45, 1987.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. (Org). **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: HUCITEC, p.163-191, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, Campinas, vol. III, nº 1, p.32-63, 1995.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. Estimating ideology of Brazilian Legislative parties, 1990-2005: a research communication. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

QUINALHA, Renan. Desafios para a comunidade e o movimento LGBT no governo Bolsonaro. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, p. 356-373, 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Daniel. Enregistering the nation: Bolsonaro's populist branding of Brazil. **Working Papers in Urban Language & Literacies**, p. 1-27, 2019.

SILVA, Danillo da C. P. Embates semiótico-discursivos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e ditadura. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 59, n. 2, p. 1171–1195, 2020.

SILVEIRA, Wilson; MIRANDA, Tiago. Câmara tem 243 deputados novos e renovação de 47,3%. **BRASIL, Câmara dos Deputados**, 2018 [online]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>. Acesso em: 03 mai. 2021.

SILVERSTEIN, Michael. **Talking Politics**: The Substance of Style from Abe to “W”. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

SMITH, Anthony. **National Identity**. Londres: Penguin Books, 1991.

SMITH, Anthony. **Nationalism and Modernism**: a critical survey of recent theories of nations and nationalism. Londres: Routledge, 1998.

SOUZA, Murilo. Índice de renovação no Senado é de 87%; 46 dos 54 eleitos são novatos. **BRASIL, Câmara dos Deputados**, 2018 [online]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545853-indice-de-renovacao-no-senado-e-de-87-46-dos-54-eleitos-sao-novatos/>. Acesso em: 03 mai. 2021.

STUENKEL, Oliver. É preciso resgatar da extrema direita os símbolos nacionais. **El País**, 05 jun. 2019 [online]. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/12/opinion/1560348817_282472.html. Acesso em: 02 out. 2019.

SVENSSON, Jakob. Nina on the Net: A study of a politician campaigning on social networking sites. **Central European Journal of Communication**, v. 4, n. 07, p. 195–208, 2011.

TONET, Ivo. A propósito de “Glosas Críticas”. In: MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**. Por um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VARIS, Piia.; BLOMMAERT, Jan. Conviviality and collectives on social media: virality, memes, and new social structures. **Multilingual Margins**, v. 2, n. 1, p. 31–45, 2015.

VAZ, Alexandre Fernandez; GARCIA, Gabriel. O ocidentalismo fantástico do chanceler: uma análise indiciária das influências no pensamento globalista de Ernesto Araújo. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18 n. 2, 87-118, 2021.

VIROLI, Maurizio. **For Love Of Country**: an essay on patriotism and nationalism. Oxford: Clarendon/Oxford University, 1997.

VISCARDI, Janaisa Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1134–1157, 2020.

WALT, Stephen Martin. Nationalism Rules. **Foreign Policy**, 2011 [online]. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2011/07/15/nationalism-rules/>. Acesso em: 02 de out. 2019.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WIMMER, Andreas; GLICK SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: nation–state building, migration and the social sciences. **Global networks**, v. 2, n. 4, p. 301-334, 2002.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear**: What right-wing populist discourses mean. Sage, 2015.